



---

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

## **ACAMPAMENTO GRAJAÚ**



**ETNOGRAFIA DE UMA OCUPAÇÃO POLÍTICA**

**Fernando Firmo**

**Brasília-DF, agosto de 2008**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**Fernando Firmo**

**ACAMPAMENTO GRAJAÚ:  
ETNOGRAFIA DE UMA OCUPAÇÃO POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

**Orientadora: Antonádia Borges**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**Fernando Firmo**

**ACAMPAMENTO GRAJAÚ:  
ETNOGRAFIA DE UMA OCUPAÇÃO POLÍTICA**

**Banca Examinadora**

Doutora Antonádia Borges – (Presidente) DAN/UNB  
Doutora Lygia Sigaud – (Examinadora) MUSEU NACIONAL/UFRJ  
Doutor Brasilmar Ferreira Nunes – (Examinador) SOL/UNB  
Doutora Cristina Patriota de Moura – (Suplente) DAN/UNB

*À todos aqueles que abriram as portas de suas casas e vidas a mim, em especial,  
Lídia, Adilson, Célio, Celina, Carlos e Sérgio*

## AGRADEÇO

Aos moradores do Acampamento Grajaú e Residencial Real Conquista, por aceitarem e acolherem um jovem perplexo com as agruras e dissabores da vida;

À professora, orientadora e amiga, Antonádia Borges, por suas inúmeras leituras cuidadosas da presente dissertação. Seus comentários sinceros, francos, ao apontar meus erros e acertos, deu o tom de outra perspectiva de pensar, viver, etnografar;

Aos professores/professoras do DAN;

À Lygia Sigaud, que prontamente aceitou o convite, brindando-nos com sua presença em meu ritual de passagem;

Ao professor Brasilmar Ferreira Nunes, agradeço-o com a mesma intensidade;

À Mariza Peirano, por ensinar-me que fazer Antropologia, requer uma pitada de razão e uma boa dose de emoção;

Aos professores/professoras da UFG, em especial, Selma Sena e Marco Lazarin, sem eles, não descobriria um sentido para a Antropologia;

Aos amigos e colegas da Kata e do curso de mestrado, prefiro não citar nomes para não esquecer ninguém;

Aos companheiros de boteco, sinuca e conversas sobre meus problemas, suas angústias, nossas perplexidades e descobertas sobre antropologia, o mundo e a vida em Brasília;

Aos participantes do Gesta, ali tudo começou...

Aos amigos militantes e trabalhadores/as rurais do MST obrigado pela acolhida, que tanto me confortava, em horas difíceis e de muito trabalho.

Ao CNPQ pelos recursos financeiros. Graças a esta instituição tive o privilégio de ficar dois anos de minha vida dedicado exclusivamente ao curso de mestrado;

À minha mãe, por ter me dado asas para voar e não mais voltar;

À Rosa e Adriana, eficientes na medida certa para resolver nossos desatinos;

À Carol: hoje tão distante e, ao mesmo tempo, tão próxima, eternizada em minhas lembranças;

À todos que de algum modo contribuíram e acreditaram neste trabalho. Sinto-me honrado pela confiança e espero não ter desapontado.

## RESUMO

Em maio de 2004, teve início uma das maiores ocupações de terras da capital goiana. Consta nos jornais locais dessa época que mais de 2.500 famílias construíram barracos de lona, madeira ou alvenaria em uma área próxima ao centro da cidade, ocupada ilegalmente, no Setor Parque Oeste Industrial. No ano seguinte, aos 16 dias do mês de fevereiro, a PM ao lado da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, cumpriu o mandado do MP de desocupar as terras do Parque Oeste Industrial. A ocupação, batizada de “Sonho Real”, teve um fim trágico com a morte de duas pessoas, durante o despejo violento. A partir deste fato, o movimento social constituído dentro da Ocupação Sonho Real, ganhou visibilidade no cenário local e nacional. Com a ajuda de movimentos sociais de luta pela terra no campo e na cidade, ONG’s e partidos políticos, deflagrou-se uma série de protestos em Goiânia. Neste contexto, diferentes bandeiras foram levantadas como: (i) abertura de uma CPMI da Terra para investigar as mortes dos trabalhadores durante o despejo, (ii) uma política de reparação moral e material aos moradores da antiga Ocupação Sonho Real, (iii) construção de um abrigo para as famílias despejadas que não possuíam parentes e/ou conhecidos na cidade. Poucos dias após o despejo, os governos estadual e municipal providenciaram dois ginásios de esportes, para instalar provisoriamente os remanescentes da ocupação. Em fins de junho de 2005, o STJ, formalizou um TAC, obrigando os governos municipal, estadual e federal, a construir um conjunto habitacional popular para assentar definitivamente os moradores da ocupação de terras do Parque Oeste Industrial. O Estado teria um prazo de até 02 (dois) anos para entregar mais de 1.200 moradias contemplando, primeiramente, o grupo que cobitava os ginásios de esportes. Devido a precariedade dos locais de moradia daquelas pessoas naquele momento, os ginásios de esportes, um acampamento provisório foi erguido nas cercanias da capital para abrigar estas famílias, enquanto aguardavam a construção do conjunto habitacional que iria assentá-las definitivamente. Minha experiência de pesquisa que resultou na presente dissertação trata da vida no acampamento durante a transferência dos moradores do local para o conjunto de habitações cujo nome é Real Conquista.

**Palavras chaves:** Ocupação, etnografia, antropologia da política, militância e trabalho.

## ABSTRACT

In May of 2004, it had beginning one of the biggest land occupations of the goiana capital. It consists in local periodicals of this time that 2,500 families had more than constructed barracos of canvas, illegally works with wood or masonry in an area next to the center to the city, busy, in the Sector Park Industrial West. In the following year, to the 16 days of the February month, the P.M. to the side of the Secretariat of Public Security of the State of Goiás, fulfilled the errand of the MP to vacate lands of the Park Industrial West. The occupation, baptized of “Real Dream”, had a tragic end with the death of two people, during the violent ousting. From this fact, the social movement consisting inside of the Occupation Real Dream, gained visibility in the local and national scene. With the aid of social movements of fight for the land in the field and the city, ONG' s and political parties, a series of protests in Goiânia was deflagrou. In this context, different flags had been raised as: (i) opening of a CPMI of the Land to investigate the deaths of the workers during the ousting, (ii) one politics of moral and material repairing to the inhabitants of the old Occupation Real Dream, (iii) construction of a shelter for the unhouse who do not possuíam relatives and/or known families in the city. After the ousting, the governments state and municipal had few days provided two gymnasia of sports, to provisorily install the remainders of the occupation. In ends of June of 2005, the STJ, legalized a TAC, compelling the governments municipal, state and federal, to construct a popular habitacional set definitively to seat the inhabitants of the land occupation of the Park Industrial West. The State would have a stated period of up to 02 (two) years delivering 1.200 housings more than contemplating, first, the group that cobitava gymnasia of sports. Had the precariousness of the places of housing of those people at that moment, the gymnasia of sports, a provisory encampment was raised in the environs of the capital to shelter these families, while they waited the construction of a popular habitacional set that would go to seat them definitively. My experience of research that resulted in the present monograph deals with the life in the encampment during the transference of the inhabitants of the place for the habitacional set.

**Keys words:** Ocupattion, ethnography, anthropology of the politics, militancy and work

## SUMÁRIO

<b>AMANHECER</b> .....	11
<i>Trabalho de campo e perspectivas</i>	
Em maio de 2007, no Residencial Real Conquista.....	11
Estado, movimento popular e política pública .....	14
Trabalho de campo e perspectivas.....	19
<b>PARTE I</b> .....	26
<b>CAPÍTULO I - MILITANTES</b> .....	27
<i>Militância e trajetórias</i>	
Segmentaridade, política e ajuda .....	27
Tereza .....	30
Entre mulheres.....	35
Américo .....	37
Pé-de-boi .....	40
Paulo.....	44
A reunião.....	47
Liderança e política .....	54
Militância e trajetórias .....	56
<b>CAPÍTULO II - POLÍTICOS E TÉCNICOS DO GOVERNO</b> .....	60
<i>Políticas sociais e empregos na política</i>	
Filas e documentos .....	60
Um político em ação .....	62
As mulheres contra [Dora] o Estado .....	67
Walter e Claudiene .....	71
Saudar os mortos: uma forma de fazer política .....	78
Políticas sociais e empregos na política.....	83



<b>PARTE II</b> .....	88
<b>CAPÍTULO III - EMPREENDEDORES</b> .....	89
<i>Sociedades com o governo e correrias</i>	
Bola e Magrão .....	91
A história da firma .....	96
Sociedades com o governo .....	98
Os empreendimentos .....	99
“Nosso nome é pronto” .....	103
No bar da loira .....	106
De volta ao campo .....	108
“Nosso trabalho, é um trabalho social” .....	112
<b>PÔR-DO-SOL</b> .....	116
<i>Etnografia e teorias sobre a pobreza</i>	
Inauguração do 2º módulo do Real Conquista .....	122
Notícias da AGEHAB .....	123
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	124
<b>SEQÜÊNCIA DE FOTOS</b> .....	131
<b>ANEXOS</b> .....	132
Anexo I .....	133
Anexo II .....	134

### **Lista de siglas utilizadas**

AGEHAB (Agência Goiana de Habitação)  
B.O (Boletim de Ocorrência)  
CELG (Compahia Energética de Goiás)  
CMI (Centro de Mídia Independente)  
COMURG (Companhia de Urbanização de Goiania)  
CUT (Central Única dos Trabalhadores)  
CPF (Cadastro de Pessoa Física)  
CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito)  
CPT (Comissão Pastoral da Terra)  
DP (Delegacia de Polícia)  
DPG (Departamento de Polícia de Goiás)  
DF (Distrito Federal)  
FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço)  
FUNDEC (Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário)  
IPTU (Imposto Territorial Urbano)  
MP-GO (Mnistério Público de Goiás)  
MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra)  
MTL (Movimento Terra Trabalho e Liberdade)  
NuAP (Núcleo de Antropologia da Política)  
ONG (Organização Não Governamental)  
PM (Polícia Militar)  
PM's (Policiais Militares)  
PSOL (Partido Socialista)  
PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos)  
PCdoB (Partido Comunista do Brasil)  
PT (Partido dos Trabalhadores)  
PV (Partido Verde)  
SANEAGO (Superintendência de Água e Esagoto de Goiás)  
SDS (Secretaria do Desenvolvimento Social)  
SESI (Serviço Social da Indústria)  
SENAI (Serviço Nacional da Indústria)  
SPC (Serviço de Proteção ao Crédito)  
STJ (Supremo Tribunal de Justiça)  
TAC (Termo de Ajuste de Conduta)  
UFG (Universidade Federal de Goiás)  
UNB (Universidade de Brasília)

**AMANHECER**  
*Trabalho de campo e perspectivas*

**Em maio de 2007, no Residencial Real Conquista...**

Acordei com o som de um rádio-relógio. O locutor anunciava as notas de falecimento da capital goiana. Passava das 6:00h. Levantei e fui cuidar da vida. Já na rua, encontrei com Pé-de-boi. Ele falava ao celular, deixando transparecer muita aflição. Assim que o desligou, disse-me que algo terrível acontecera. Perguntei-lhe o que se passava. Confuso e revoltado, meu colega narrava para mim: que um pessoal que não fazia parte da luta deles – na calada da noite anterior – invadiu 19 casas destinadas aos moradores do Acampamento Grajaú.

A situação descrita me levava a pensar na posição do Movimento Luta e Moradia (“movimento”<sup>1</sup>), nas famílias do acampamento e nos militantes, diante daquele quadro inesperado e ao mesmo tempo trágico.

Pé-de-boi, antecipando as perguntas que eu desejava fazer, esclareceu que Américo (liderança local) pedira a ele para acalmar os moradores do conjunto habitacional e frear qualquer tentativa de solucionar o caso enquanto ele (i) não avisasse os moradores do acampamento e (ii) chegasse ao local para, juntos, resolverem o impasse.

De moto Pé-de-boi e eu fomos à quadra das casas invadidas, no conjunto.

Ao chegarmos, um cerco estava armado. Policiais, agentes do MP/GO, da AGEHAB e alguns curiosos. Entre estes, Walter, um conhecido nosso, ex-morador do acampamento e que fora recentemente assentado no conjunto habitacional.

Jornalistas de emissoras como Sbt, Globo e Record disputavam os melhores *clases* do “grupo de invasores”, como a eles se referiu Pé-de-boi. Alguns (jornalistas) se arriscavam a ir até as casas invadidas, para tomar depoimentos. Uma agente da AGEHAB dava uma entrevista aos jornais impressos locais *Diário da Manhã* e *O Popular*. Tratava-se de Dora, uma assistente social, que ocupava um cargo comissionado na AGEHAB e trabalhava no acampamento.

Pé-de-boi lamentou o fato. Para ele, aquela não era a luta daquelas pessoas. Paulo, que encontramos naquele instante, nos contou que o “grupo de invasores” (palavras usadas

---

<sup>1</sup> Daqui em diante uso o termo “movimento” com aspas sempre que me referir ao Movimento Luta e Moradia.

por ele) era massa de manobra de algum candidato da oposição, que pretendia desmoralizar o “movimento” perante a sociedade. A repercussão do caso na mídia seria motivo suficiente para os simpatizantes (da causa que defendiam) olhá-los com desconfiança. Pé-de-boi explicava-nos que não foram eles, mas o Estado que pedira a “reintegração de posse”. Dora, após a entrevista, se juntou a nós. De longe, observei Walter sair de cena.

Passava das 10:00h quando um ônibus parou em frente às casas “invadidas”. Américo desceu do veículo, acompanhado de um grupo de pessoas – moradoras do acampamento – que aguardavam, ansiosamente, a remoção para o Real Conquista<sup>2</sup>.

Todos gritavam: “justiça, justiça, justiça” [...] Diziam-se indignados com a falta de compreensão daquelas pessoas, “invasoras”. Eles, moradores do acampamento, estavam na luta havia três anos. Não era justo, portanto, que pára-quadistas ocupassem as casas que paulatinamente, vinham sendo indicadas para aqueles que há muito aguardavam por um lar.

O que me chamou a atenção foi a presença de Tereza, que liderava uma associação de mulheres. Ela e suas apoiadoras saíram do ônibus ao lado do homem que eu conhecera como seu desafeto político. Assim que a vi, fui conversar com ela. Disse-me que suas diferenças com a liderança do “movimento”, tendo em vista o problema que enfrentavam, eram irrelevantes. Além do mais, ela não precisava se “misturar” com ele, ou segui-lo. Afinal, ambos protestavam contra algo que ela achava pessoalmente errado. Lutavam pela mesma causa, porém, cada um “no seu canto”, como fez questão de frisar.

O fato de ela e suas companheiras terem pegado uma carona no ônibus, arranjado por Américo com o político Elias Vaz (vereador e amigo do “movimento”), não significava para Tereza uma união. Eles estavam do mesmo lado contra uma ameaça externa, de fora do acampamento. Ela viera ao conjunto para ajudar. Já ele, “de certo, para fazer política”. Ao sepultar qualquer dúvida sobre sua coerência ou sobre suas afinidades, Tereza e suas apoiadoras se embrenharam na multidão.

Voltei para perto de Paulo, Pé-de-boi e Dora. O líder Américo iniciou um discurso (em frente às casas invadidas). Imediatamente a pequena multidão o circundou. Ele usava

---

<sup>2</sup> Desde já, vale ressaltar alguns dados importantes sobre o Real Conquista. Neste conjunto habitacional serão construídas 2.470 casas. Destas, 1.200 destinadas aos moradores do Acampamento Grajaú. Outras 1.270 edificações, que serão construídas pouco a pouco até 2009, beneficiarão um conjunto de pessoas cadastradas que não residiram no acampamento, mas moraram na Ocupação Sonho Real no ano de 2004-2005. Para todos os cadastrados – independentemente se morarem fora ou dentro do acampamento – as casas são gratuitas.

um megafone para narrar a todos uma das inúmeras versões sobre a gênese do Residencial Real Conquista, naquele exato instante, maculado por uma “invasão”:

Gente, nossa história não começou prejudicando ninguém. Fomos para uma terra abandonada para fazer nossas barracas de lona, nossa ocupação. Lá agüentamos de um tudo: poeira, sol, chuva, lama, político prometendo ajuda... As terras do Parque Oeste não cumpriam função social. A Ocupação Sonho Real, fundada nestas terras, foi um sonho de nove meses. Depois, veio o pior: a desocupação, a ação da polícia pra tirar a gente da ocupação e demolir os barracos. Vi dois companheiros morrerem, durante a retirada. Os PM's atiravam pra tudo quanto era lado, bombas, cão farejador, esquadrão de elite da PM, helicóptero. Parecia que a luta tava perdida, mas erguemos a cabeça, enterramos nossos mortos e fomos à luta de novo. Acampamos na Assembléia Legislativa, até conseguirmos o ginásio para abrigar nosso povo, depois da retirada. Foram seis meses. O pessoal morando nas beiras e dentro de ginásios de esporte. E o “movimento”, lutando, protestando... Conseguimos sair do ginásio, quando o governador liberou uma área pra gente montar nosso Acampamento, o Grajaú. Aí, mais dois anos de luta, até chegar aqui no Residencial Real Conquista. Esse conjunto aqui é fruto desta história de muita luta. E nós entramos aqui de cabeça erguida, como proprietários, não como invasores. Muitas vidas se perderam no caminho para alcançarmos nossas moradias, nosso Residencial Real Conquista, que é nossa “Real Conquista”. Digo pra todos que é possível conseguir moradia do Estado, o Cheque Moradia é uma política de que todos vocês podem se beneficiar. Nós do “movimento” podemos ajudar vocês a criarem o movimento de vocês e trilharem uma luta de cabeça erguida, tendo o governo como aliado e não como inimigo. Mas iremos ajudar se vocês respeitarem a nossa luta. Estas casas aqui têm dono, muito sangue foi derramado para elas estarem de pé, e todos do acampamento estão unidos para defender o que lhes é de direito. Esta é a nossa história! (Filmado dia 07/05/2007).

Excluído: a

Após esta fala de Américo, algum jornalista o convidou para uma entrevista. Dora foi conversar com os “invasores”. Paulo, Pé-de-boi e eu a acompanhamos. Ao chegarmos às casas invadidas, um homem apresentou-se como representante das famílias. Foi logo nos perguntando se “a sociedade goianiense” teria que presenciar outro massacre contra um “grupo sem-teto”. Ele invocava um pertencimento a uma solidariedade difusa, na qual os sem-teto compartilhariam de algo que os caracterizaria como grupo, independentemente de terem vivido uma história comum – a narrada por Américo. Ele ameaçava: daquela vez, os culpados seriam “os próprios irmãos de luta”. Dora o advertia: o melhor que eles tinham a fazer era aceitar as decisões judiciais, e lutar por uma casa de forma legal, por meio do “Programa Cheque Moradia”. O governo estadual cuidaria da transferência de todos para um albergue. Poderiam sair, sem que a PM precisasse entrar em ação. Depois ela distribuiu

um prospecto com os documentos necessários para o cadastramento no Programa Cheque Moradia<sup>3</sup>.

Paulo me explicava, ver aquela cena, era triste; porque “a luta por moradia não devia ser entre irmãos”. Ele sabia, entretanto, que “aquilo (a rivalidade) acontecia dentro e fora do “movimento”. Olhando para Tereza (que se encontrava do outro lado da rua), me dizia que ela era um bom exemplo de como se dava esta disputa no próprio acampamento, entre lideranças que “tinham ideologias muito diferentes”. Vendo-as unidas, diante da ameaça dos “invasores de fora”, se lembrava de “outros tempos”, anteriores as últimas querelas, em que as forças dos grupos também se somavam. Sua memória e análise demonstravam que aquela era uma situação efêmera: ao final do episódio cada liderança (Tereza e Américo) seguiria seu caminho, em lados opostos: de um lado o “movimento”, de outro a “associação de mulheres”.

A “invasão” das casas chegara ao seu fim, pacificamente. A AGEHAB providenciou um caminhão para transportar o grupo e seus objetos pessoais, como em outras ocasiões semelhantes, porém, com outros protagonistas em cena.

Excluído:

### **Estado, movimento popular e política pública**

Apresentar, de início, o último evento que presenciei em campo, foi uma maneira que encontrei para fugir de um suposto *background* histórico e/ou geográfico que antecederia as tramas que pretendo analisar, que tratam de segmentaridade, participação política, formas de trabalho, pobreza, engajamento e militância. As breves considerações que faço sobre uma história que é comum aos moradores do conjunto habitacional (narrada acima por Américo) conectam-se a proposições mais gerais, associadas à execução de uma política de habitação e a lógica dos movimentos sociais, ou mais precisamente, a relação entre o Estado, uma política habitacional e um movimento popular.

Em certo momento de sua narrativa sobre a gênese do Real Conquista, Américo fala do Programa Cheque Moradia, que possibilitou aos moradores deste conjunto habitacional saírem da condição de “invasores” e conquistarem a moradia de “cabeça erguida”.

O programa habitacional “Cheque Moradia” é um crédito de ICMS do Governo do Estado de Goiás doado a famílias com renda de até três salários mínimos, exclusivamente,

<sup>3</sup> Ver anexo I, uma cópia do prospecto. O mesmo que em outros tempos, técnicos do governo, distribuíram aos moradores do Acampamento Grajaú.

para compra de materiais destinados à construção, reforma ou ampliação de sua moradia. A rigor, não é doação em dinheiro e sim crédito tributário. Esta doação aos beneficiários é feita sob a forma de cheques, cujas liquidações só podem ser efetivadas pelo: pagamento de uma dívida de ICMS frente ao fisco estadual<sup>4</sup>. Os cheques impressos na própria AGEHAB – com valores de R\$ 1.500; R\$ 3.000 e R\$ 5.000 – têm valor monetário apenas nas casas de material de construção cadastras junto ao governo do estado, as quais, por sua vez, podem usá-los na quitação de tributos cobrados pelo Tesouro do Estado de Goiás.

Dada a abrangência do programa (construção, reforma e ampliação) e meu interesse específico em etnografar o processo vivido pelas pessoas que residem no Real Conquista hoje, detenho-me aqui apenas em sua modalidade “construções de conjuntos habitacionais” (Manual-Geral, 2001: 06), na qual as famílias do acampamento se enquadravam. Para a execução do programa, nesta modalidade, é imprescindível uma organização comunitária, que deve trabalhar ao lado dos governos no empreendimento (a construção de um conjunto habitacional). No caso do acampamento a equipe, formada por Dora, Américo, Paulo e Pé-de-boi, participou continuamente deste processo, freqüentando certas reuniões na AGEHAB e auxiliou no: (i) cadastramento dos beneficiários; (ii) na escolha da área; (iii) na compra de materiais de construção; (iv) na contratação de funcionários que trabalhavam na fabricação do conjunto de habitações; (v) na fiscalização para desmanchar as barracas de quem se mudava para o Real Conquista.

Excluído: ¶

O Programa sugere uma parceria entre governos municipal, estadual e federal para a execução da obra. No caso do Residencial Real Conquista, o governo municipal forneceu a área. O governo estadual concedeu, mediante análise de cadastro, um Cheque Moradia no valor de R\$5.000,00 e os equipamentos públicos como energia e água potável. O governo federal completou, com recursos do FGTS, parte do capital necessário para a construção das casas populares<sup>5</sup> – cada unidade foi orçada no valor de R\$12.500. Nesta modalidade o repasse do recurso, foi de forma coletiva. O governo estadual, através da AGEHAB, ficou responsável em gerir o dinheiro para o grupo, até o fim da obra do conjunto habitacional.

Excluído: s

<sup>4</sup> Manual-Geral do Cheque Moradia, p.03. Goiânia, AGEHAB, 2001.

<sup>5</sup> A planta arquitetônica da casa no Real Conquista seguia, em linhas gerais, um padrão adotado em grande parte dos programas de habitação encontrados no Brasil. Uma planta quadrada, com um ou dois dormitórios, corredor, sala, cozinha e banheiro, totalizando 40 m<sup>2</sup> de área construída com 36 m<sup>2</sup> de espaço útil, no centro de um terreno de 200 m<sup>2</sup>.

Como podemos perceber, o Cheque Moradia trata-se de uma política social, destinada a intervir na questão dos conflitos de terras urbanas. Ele oferece chances concretas para os grupos que lutam pela moradia deixarem de ser alvo de programas pontuais e emergenciais do Estado.

Sobre este assunto, o argumento de Sigaud (2004) desconcertou meu ponto de vista. Partindo de estudos em ocupações e assentamentos rurais na Zona da Mata de Pernambuco, a autora afirma que:

contrariamente ao senso comum, não existe uma massa de sem-terra ansiando pelo acesso a terra; os movimentos criam a demanda por terra ao convidar trabalhadores para ocupá-la. São eles que lhes abrem a possibilidade de ter acesso a uma terra com a qual nunca haviam sonhado [...] Ao aceitarem o convite e se instalarem nos acampamentos, os indivíduos tornam-se sem-terra, porque passam a reivindicar a terra para si [...] Começam a se identificar dessa forma, que é a modalidade apropriada de se representar nos acampamentos, e passam a ser vistos, no campo e da cidade, como “sem-terra” (Sigaud, 2004: 269-270-271).

Os movimentos criam, portanto, não apenas a demanda como também as condições de possibilidade de se tornar um sem-terra (ou, no caso de minha pesquisa, um “sem-teto”) e vir a ser contemplado pelo Estado. De sua parte, os movimentos dependem fortemente do Estado para levar adiante seu programa de ocupações de terras (urbanas ou rurais), pois os benefícios a serem obtidos constituem um poderoso argumento para chamar as pessoas para as ocupações.

Caso contrário, o que levaria um grupo de pessoas a agüentar agruras de toda ordem por anos? Como exposto, depois da desocupação das terras do Parque Oeste Industrial, as pessoas que residiram nesta ocupação, moraram em ginásios de esportes e, posteriormente passaram a viver em um acampamento, enquanto aguardavam a construção do conjunto habitacional para assentá-los definitivamente. O que os fazia agüentar penúrias materiais e morais, senão os benefícios que o Estado poderia oferecer a eles? Penso que a dinâmica das ocupações é tributária das políticas públicas do Estado. Sem elas, os movimentos sociais não teriam esperanças fundadas para oferecer aos participantes de uma luta e encontrariam dificuldades para reunir pessoas a fim de participar desta ação coletiva.

Como adverte Sigaud (2004), não quero dizer que a luta por moradia e/ou terras não exista. Pretendo ao longo dessa dissertação apresentar elementos que me ajude a “evitar um



olhar idealizador” (*idem*, p.277) capaz de obscurecer as causas de uma luta. Minha intenção é, preponderantemente, estabelecer as bases da luta por moradia de que trato, nos termos em que a mesma me foi apresentada ao longo do trabalho de campo, por anfitriões diversos, os quais, por sua vez, defendiam certas versões e visões heterogêneas a respeito do referido processo.

A demanda por lotes e casas populares não é preexistente as experiências distintas e cambiantes de todos os atores envolvidos nesta trama. Ela é produzida pelos movimentos e alimentada pelas práticas do Estado. Para isso é necessário que existam sujeitos dispostos a atender aos convites dos movimentos e a crer na possibilidade do acesso ao benefício porque se luta. Tais sujeitos participam de ações que produzem o efeito de fazer existir uma luta pela moradia. Os efeitos dessa ação podem ser múltiplos, dentre eles (i) a política de Estado de desapropriação de áreas urbanas; (ii) a construção de conjuntos habitacionais populares; (iii) a criação de movimentos sociais de luta pela moradia e, sobretudo; (iv) o fato de que com esta demanda reivindicada pelos movimentos sociais milhares de pessoas obtêm a atenção do Estado (dos governos), beneficiando-se de um programa habitacional. Não fosse essa luta, “muitas permaneceriam ignoradas, ou apenas seriam alvo de programas pontuais e emergenciais dos governos” (Sigaud, 2004: 278).

Durante a realização do trabalho de campo, pude presenciar justamente como se dava o envolvimento de:

- (i) militantes que trabalhavam na organização comunitária responsável em auxiliar a execução do programa Cheque Moradia junto a AGEHAB;
- (ii) políticos que com frequência visitavam o acampamento e o conjunto habitacional para acompanhar, lançar ou garantir a existência desta e de outras políticas sociais;
- (iii) técnicos do governo que realizavam os chamados “trabalhos sociais” no local.

As relações entre estes e outros personagens, beneficiários do “Cheque Moradia”, mostrou-me a presença de um Estado vivido, em ação, para atender uma demanda social (a luta por moradia), pivô do conflito que abre a dissertação. O episódio que tratava de um conflito para reafirmar direitos, (casas frutos de uma história coletiva compartilhada por um grupo, que mantinha um relacionamento cotidiano com uma política pública) nos mostra

claramente, quem pode ou não fazer parte de uma luta, calcada nos benefícios que o Estado oferece.

Internamente, entre o grupo de beneficiados que pesquisei, os efeitos dessa luta eram múltiplos. Posso citar que levavam a:

- (i) aparição de segmentos no grupo, fundamentados nas concepções das lideranças da organização comunitária sobre os limites entre a “política” e a “ajuda” ao se tornarem membros de um conselho gestor dos recursos destinados à construção do conjunto;
- (ii) as formas peculiares e ao mesmo tempo gerais, de se relacionar com o Estado por meio de filas, cadastros, protocolos, listas e técnicos, às vezes, vistos como o próprio Estado em carne e osso;
- (iii) a criação de postos de trabalho que iam da burocracia para oficializar e executar o trânsito entre beneficiários e objetos políticos, aos diferentes empreendimentos que se criava no local para realçar os contornos do trabalhador, que afastava os estigmas da pobreza, geralmente, condição crucial, para a população ser agraciada pela atenção do Estado, reivindicada, por algum movimento social.

Estes problemas (que interessavam, particularmente, a meus interlocutores) vieram à tona quando passei a observar e seguir atores específicos que participavam ativamente da luta cotidiana por direitos e pela dignidade moral e material, sem me preocupar muito com uma questão teórica, a priori, que eu deveria perseguir em campo, a despeito do interesse das pessoas que me acolhiam em suas casas. Minha intenção ao longo desta dissertação foi valorizar ou, em palavras mais diretas, levar a sério o que importava para os colegas que fiz em campo.

Nas próximas páginas, de forma sintética, narro algumas preocupações que tive ao passar um tempo no acampamento, como fui apresentado aos dados e quais as perspectivas que lanço a fim de construir uma arquitetura teórica capaz de amarrar histórias e pessoas singulares, tendo, a um só tempo, a pretensão em articulá-las a outras tramas mais amplas. Em suma, faço uma síntese de um processo de pesquisa, que se esclarecerá ao longo do texto, recheado por sujeitos que estiveram vivendo de forma intensa e visceral o Estado, a política e o governo.

### **Trabalho de campo e perspectivas**

Passei a segunda quinzena de janeiro e o mês de fevereiro de 2007, no convívio dos moradores do Acampamento Grajaú – que pouco a pouco eram transferidos para o conjunto habitacional Real Conquista. Nessa época, me deparava com dificuldades semelhantes as que Foote Whyte (2005) enfrentou nas esquinas de *Corneville*, sobretudo, quando ficava a olhar uma barraca ser derrubada ou uma pessoa se mudar e me perguntava se estar parado ali era um processo suficientemente ativo para ser dignificado pelo termo pesquisa? Uma obviedade me deixaria mais tranquilo: as atividades diárias daquelas pessoas constituam os dados de minha etnografia. O ato de derrubar uma barraca ou presenciar uma mudança era um meio de comprovar a existência de um Estado vivido – que se realiza por meio de um governo em exercício (Borges, 2005) – através da execução do programa Cheque Moradia. Tais atividades se inseriam dentro de projetos de vida e relacionamentos, nos quais estava posto a triangulação entre o Estado, objetos de políticas sociais e o público dessas benesses.

Tive o privilégio de, na última quinzena da pesquisa, ter uma barraca para mim. Isso foi de grande valia. Sempre que vivenciava uma situação que considerava muito importante corria para “minha barraca” e anotava, pelo menos no calor das situações, os pontos altos de algum evento. Nestas horas inventava alguma desculpa como: precisava ir ao banheiro, pegar um boné para me proteger do sol ou tomar água. Na barraca havia uma cama, um colchão, um baú, um filtro, água e energia elétrica (objetos que comprei de um colega que residia no acampamento). Quando saí do local doei estes artefatos à vizinha mais próxima. À noite, me dedicava à escrita do diário na íntegra. Além disso, tinha a vantagem durante o tempo que passei no local, de andar com diferentes pessoas e grupos. Esta independência relativa, me permitiu levar a sério, um conselho do professor Laraia, em uma conversa que tivemos na recepção do Departamento de Antropologia/UNB, antes de ir a campo: “faça o maior número de amizades possíveis, e ande com diferentes grupos”.

A primeira coisa que fiz quando retornei de campo foi organizar o material. Logo no início veio a dúvida. Como o organizaria? Por temas ou situações sociais? Afinal de contas tomei notas das reuniões do “movimento”, das relações de trabalho, amizade e parentesco, sobre os rituais políticos, religiosos e economia local. No entanto, me perguntava se este era o melhor caminho.

Então, me dei conta que minhas anotações falavam não de “indivíduos” (sem rostos, perdidos na multidão) e sim de pessoas específicas com as quais passava o tempo. Mais do que conformar ou afrontar teorias, meu objetivo era investigar, o que interessava a meus colegas. Atento a importância de escrever pequenas biografias, focalizando os problemas que meus colegas colocavam organizei o material que dispunha por pessoas, situações. Para cada dia elaborei duas colunas: uma para descrever o lugar e atividade desenvolvida e outra contendo um resumo de cada pessoa presente no local.

Como preferi seguir este caminho, não me preocupei em realizar entrevistas (do tipo “estruturadas ou semi-estruturadas” – para usar a linguagem dos manuais de pesquisa nas ciências sociais). Alguns trechos de conversas gravadas que aparecem no decorrer do texto, devem-se a (i) realização de um vídeo, proposto por um de meus anfitriões e (ii) ao registro audiovisual de eventos públicos que aconteceram no local, a pedido de Américo (liderança comunitária), como por exemplo, uma reunião descrita no primeiro capítulo e a visita de um político narrada no capítulo seguinte. Deixei cópias destes materiais no “movimento”.

Preocupava-me mais em – para lembrar as célebres palavras de Malinowski (1984) – participar pessoalmente do que estava acontecendo. Meu fascínio pelo trabalho etnográfico é justamente por entender que realizar uma observação participante significa, “muito mais a possibilidade de captar as ações e os discursos em ato” (Goldman, 2003: 458). Encontrei nos estudos de “antropologia da política”, bons referenciais de como armar uma arquitetura teórica para esta dissertação, preocupada e comprometida com os problemas e as teorias que nossos interlocutores elaboram a fim de explicar seus fracassos e êxitos com o universo da política, dos governos, do trabalho e dos estigmas a eles colados. Vejamos como cheguei a esta perspectiva.

Por algum tempo, passei a me dedicar a leitura das etnografias publicadas pelo NuAP no intuito de compreender o que era chamado de uma “antropologia da política”<sup>6</sup>. Percebo que diferentemente da antropologia política, tradicional, os pesquisadores do NuAP em suas

---

<sup>6</sup> No contexto brasileiro, desenvolveu-se, na década de 1990, um conjunto de trabalhos autodenominados “antropologia da política”, que tiveram sua institucionalização mais importante no NuAP, sediado no Museu Nacional da UFRJ, mas envolvendo grupos de pesquisadores em outras universidades federais, como as de Brasília, Ceará e Rio Grande do Sul. O objetivo do NuAP, definido por Mariza Peirano no “curso de rituais” (PPGAS/DAN/UNB/2007), era partir da suposição básica de que a categoria política é sempre etnográfica. Investigar a política legitimada nos padrões ocidentais modernos, deslegitimando pretensões essencialistas, sociocêntricas e conformistas, era uma maneira de revelar que a própria percepção da “política” como uma esfera social à parte de outras esferas é produto dessa ideologia moderna.

etnografias evitaram conceber a política como um domínio ou processo específico definível objetivamente de fora. Ao contrário, tratou-se de investigar fenômenos relacionados àquilo que, do ponto de vista nativo, era considerado como política. Por isso,

...ao invés de buscar a essência do político ou a especificidade de um domínio, o que se pretende é olhar a política, tal como definida por diferentes grupos com “olhos de antropólogo”, isto é, com olhos e todos os outros sentidos acionados na prática do pesquisador treinado de um modo singular. No caso de sociedades como a nossa, trata-se menos de discutir em abstrato as relações entre o domínio político e o Estado do que interrogar a política que é feita, a política que as pessoas dizem fazer ou que identificam como sendo feita por outros (Palmeira e Barreira, 2006: 09)

A preocupação central, nesta perspectiva, não diz respeito a construção de grandes modelos teóricos, e sim a lançar um olhar antropológico sobre as instituições, relações e atividades pensadas como políticas. O recorte criterioso em torno de eventos etnográficos permite a estes seguir os itinerários dos sujeitos envolvidos visceralmente com as ações do Estado (do governos), seus atos e interpretações do que eles pensam, fazem e/ou vivem como política. Evita-se, portanto, tomar a política como categoria naturalizada ou um dado *a priori*, para valorizá-la em seu contexto de ação. Como coloca Palmeira e Barreira (2006: 09) na introdução da antologia *Política no Brasil: visões de antropólogos*, o desafio de se fazer uma antropologia da política, é refletir “sobre a ‘política’ para além das definições legais ou modelares numa sociedade que pensa as atividades políticas como um domínio à parte de tantos outros – econômico, jurídico, artístico etc”. É o que nos lembra Goldmam (2006) em seu trabalho sobre a facção entre movimentos negros em Ilhéus: “isso significa que a política não é pensada como um domínio, um aspecto da vida social – substantismo e formalismo que constituem os dois grandes modos de defini-la na tradição acadêmica – e sim como uma atividade” (*idem*, p.209).

Falar *da* política no feminino, e não, *do* político reificado como um domínio social de atividades significa dizer que não há limites atribuíveis, *a priori*, ao que possa ser pensado e vivido como próprio “da política” e que eventuais limites socialmente construídos, o privilégio da imutabilidade. Significa também afastar a idéia de um repertório fixo de temas políticos. Uma das questões centrais desse ponto de vista, é entender como um tema ou conjunto de atividades, ou ainda, agentes e relações sociais, passam a ser considerados ou deixam de ser considerados políticos (Palmeira e Barreira, 2006: 09-10)

Assim, a própria noção do que é “política” é repensada, expandida e articulada ao contexto mais geral: o da vida cotidiana. O objetivo último não é simplesmente confirmar ou encaixar dados em um modelo teórico, fornecido por nossos ancestrais, e sim promover a superação do conhecimento existente por meio da etnografia e expandir a própria teoria antropológica. A investigação antropológica da política concentra-se não no isolamento de temas e fenômenos sociais e sim no seu entrelaçamento, e na “multiplicidade de questões envolvidas”, como chamam atenção Goldman e Sant'Anna (1999).

Fazer uma antropologia da política significa (no meu entender) um comprometimento com as “teorias nativas”, esmiuçando o que para os sujeitos que pesquisei significa fazer, pensar e/ou viver a política em um contexto marcado pelas ações governamentais do Estado referentes a consolidação de uma política pública: a entrega de um conjunto habitacional para os remanescentes da Ocupação Sonho Real. Minhas evidências etnográficas somadas a minha predileção teórica me levaram a refletir o seguinte problema: as formas pelas quais “a política” (de uma perspectiva construída) é pensada e vivida em meio a uma triangulação entre os governos em exercício, suas políticas sociais e o público que as usufrui (Borges, 2003, 2005a). Por isso, peço paciência aos leitores ao longo do texto ao se depararem com personagens, casos e situações que não seguem uma ordem cronológica.

O estilo que adotei na montagem do texto procurou relacionar sujeitos etnográficos conectados pelo Programa Cheque Moradia, em suas particularidades e generalidades, no que tange as formas de se pensar e fazer política. Valorizei tanto histórias e casos em que (i) meus interlocutores viam um fato como político e formulavam problemas e perspectivas em relação as pessoas e aos objetos envolvidos, (ii) não se falava de política para evitar brigas entre amigos. Nesses casos, realcei os problemas que interessavam a meus colegas como as distinções entre pobres e trabalhadores. O que há em comum nestes personagens, é como vivem o “Estado” e a política (desprezada por alguns) como uma relação que envolve filas, documentos, cadastros, listas, obras, visitas de políticos, técnicos e projetos.

Por isso, me apóio nesta perspectiva, no intuito de (i) explicitar uma teoria etnográfica da política, que engloba, segmentaridade, política e ajuda a partir de trajetórias (ii) refletir a relação entre políticos, técnicos do governo e movimentos sociais, (iii) mostrar a hierarquia e a heterogeneidade de lugares vistos pelo senso comum como uma “massa de pobres”. A abordagem etnográfica da política enfatizada nesta dissertação foi um esforço no sentido de

levar a sério como os atores compreendiam e experimentavam “a política”, ou seja, como significavam objetos e práticas relacionadas ou não a ela. Esforcei-me para mostrar que este universo não é um dado *a priori*.

\*\*\*

Os bons modos do mundo acadêmico, exigem que se forneça ao leitor uma síntese da presente etnografia.

Dividi os capítulos pensando nas duas etapas da pesquisa. Na primeira, durante quase um mês visitava o acampamento diariamente. Hospedava-me na casa de amigos, e tomava três conduções do centro da cidade até o local. Neste tempo, andei mais com militantes que trabalhavam no “movimento” e na associação de mulheres. Os dois primeiros capítulos, tratam deste tempo. Nas últimas duas semanas, consegui uma barraca graças a gentileza de um colega que se mudara para o conjunto habitacional. Esta vivência, mais intensa com os moradores locais, resultou no terceiro capítulo, que considero a segunda etapa da pesquisa.

No primeiro capítulo da dissertação mostro como o fato de o *movimento* liderado por Américo “estar à frente” nas relações entre governos e beneficiários do programa “Cheque Moradia” levava a conflitos de ordens variadas, estabelecidos a partir das distintas visões de “política” e “ajuda” que cada grupo/liderança possuía. Nesta parte falo também sobre o trabalho das mulheres e sobre as diferentes atividades que aconteciam no espaço que elas possuíam. Descrevo as atividades de militantes liderados por Américo e o ponto de vista desta liderança e seus apoiadores sobre fazer política-e-ajudar pessoas. Falo ainda do local de encontro do “movimento” aonde aconteciam às reuniões para a entrega das listas (que davam direitos a uma família pleitear ou receber benefícios oriundos de políticas sociais) e os cultos da igreja.

O segundo diz respeito às relações entre militantes, políticos, técnicos do governo e a população local. Trazer à tona este trânsito de personagens, para mim, tem pelo menos duas implicações importantes. Suponho que do ponto de vista de “autoridades políticas”, esses encontros, registrados em fotografias e exibidas no site do governo estadual, fazem sentido na medida em que são formas de divulgação de seus nomes e ações em favor do município ou estado. Do ponto de vista da liderança com quem fiz a pesquisa, o apoio dos políticos e a

associação de seu nome às realizações de obras públicas (no caso, a construção do conjunto habitacional) era um meio através do qual, ele buscava assegurar a divulgação de seu nome para além da localidade no intuito de construir sua carreira. Neste capítulo, meu objetivo é mostrar como o mundo da política, que envolve visitas de políticos profissionais, militantes e técnicos do governo, para inaugurar ou manter certos programas assistenciais ou mesmo reafirmar o que foi feito pela comunidade explícita como um “universo exterior”, de fora, pouco conhecido e “de difícil acesso” [...] “é feito de relacionamentos pessoais” (Palmeira, 2006: 140).

No último capítulo Bola e Magrão são os personagens centrais. Ambos, engajaram-se neste tipo de causa e movimento por outras vias, muito diferentes, dos casos que apresento no primeiro capítulo. A “carrerista” destes personagens, seus clientes, e a “sociedade com o governo” que mantinham, eram capazes de evidenciar uma complexa rede de pessoas que viviam juntas, e possuíam distintos processos de contabilizar a riqueza (bens materiais e relações), e de fazer contratos de trabalho. Para eles, serem vistos no acampamento como “empreendedores” lhes conferiam (i) amplas possibilidades de crédito no comércio local (bar, padaria, bicicletaria); (ii) suas barracas tinham o privilégio de serem equipadas com objetos que as tornavam mais confortáveis (banheiro, varanda para lavar roupa, paredes de madeira, piso de concreto) e; (iii) tinham um trabalho remunerado que lhes possibilitavam ajudar seus companheiros (um emprego compatível com seus projetos de militância). Estes casos nos mostram as ações não previstas pela engenharia social do governo ao executar o Programa Cheque Moradia.

Faço ainda alguns comentários sobre a forma que adotei na escrita da dissertação. Citações de meus interlocutores, de autores e de trechos de meu diário de campo, com mais de três linhas uso recuo de margem, espaçamento duplo e fonte 10. No corpo do texto uso letra normal e aspas quando cito trechos, expressões e frases de autores e interlocutores. A grafia em itálico deixei apenas para expressões em outra língua. Uso o termo “movimento”, com aspas, sempre que me referir ao Movimento Luta e Moradia. Os nomes completos de agências, instituições, partidos e movimentos preferi não citá-los na íntegra no corpo do texto, usei somente as siglas. Na página 10, há um índice com as siglas e seus significados. Mantive os nomes do acampamento e do conjunto habitacional a pedido de meus colegas.



Altereí o nome dos mesmos para evitar problemas apontados por certos antropólogos<sup>7</sup>. Não alterei os nomes de políticos e autoridades, pois acredito que descontextualizaria o material. Sobre as fotos, coloquei um índice, na p.138, com informações “do contexto da situação” em que as mesmas foram tiradas.

Seguindo as pistas de Gluckman (1987: 228-229): “descreverei os eventos da forma em que os documentei [...] Espero que, dessa forma, a força de meu argumento possa ser apreciada melhor”.

---

<sup>7</sup> Ver, especialmente, Foote Wye (2005): “Sobre a evolução de Sociedade de esquina”.

## **PARTE I**

## CAPÍTULO I – MILITANTES



Na primeira parte desta etnografia discutirei o trabalho dos militantes. Refletindo as trajetórias de Tereza, Américo, Pé-de-boi e Paulo, procuro observar como a formação de segmentos tem a ver com as concepções e ações de “política” e “ajuda”. A idéia é mostrar a segmentaridade local a partir destas categorias. Para isso, primeiro, retornarei ao evento que abre a dissertação: a “invasão” de 19 casas no conjunto habitacional, por pessoas que não tinham em comum as trajetórias marcadas pela luta em torno da construção deste local.

### **Segmentaridade, política e ajuda**

Iniciei a presente dissertação, com alguns comentários sobre o derradeiro evento que presenciei, durante uma visita que fazia a meus interlocutores que haviam se mudado para o Real Conquista (Paulo e Pé-de-boi), meses depois que tinha dado por encerrado o trabalho de campo no acampamento em janeiro e fevereiro de 2007.

Naquela situação, duas lideranças do local (Américo e Tereza), que se apresentavam como rivais, estavam lado a lado, para defender certos interesses que, como ouvi, estavam além de disputas pelo poder e de oposições fundadas em ideologias radicalmente contrárias. Tereza deixou claro suas diferenças com Américo quando afirmou que ela foi lá para ajudar e Américo, para fazer política. Tratava-se de uma aliança efêmera, como ela mesma disse: não precisava se aliar a ninguém para lutar por algo que ela considerava errado. Ali tinham um objetivo em comum: retirar os invasores das casas, que por direito eram dos moradores do acampamento.

Em outras ocasiões dificilmente poderíamos falar de uma cooperação entre estes dois movimentos (lideranças). Simmel (1974), analisando o conflito entre grupos nos ilustra esta questão ao descrever situações de disputas (enquanto uma relação social) de grupos para com outros grupos externos. Ele nos mostra que em situações como a da invasão das casas, grupos internos (que se apresentam como rivais) podem se tornar, ao menos aparentemente, coesos e reforçar suas identidades contra aquele que fora classificado como um inimigo. O reforço dessa identidade se torna uma arma poderosa contra as ameaças externas e fornece subsídios para que esses grupos permaneçam unidos para enfrentar os problemas que a eles são apresentados.

Assim, é preciso reconhecer que não precisamos falar em “sociedades segmentares” para que a noção de segmentaridade possa ser empregada. Essas segmentações entre grupos que ocupavam a mesma posição e tinham uma trajetória de luta em comum, funcionaram como ponto de encaixe para a aparição de cooperações, aparentes. Ao narrar uma versão do conjunto habitacional em nome de todos/as, Américo, mostrou-se um líder bem sucedido, ao ser capaz de sobrecodificar a dispersão para obter o apoio necessário com o objetivo de enfrentar as pressões externas.

A situação que descrevi na introdução, não foi a primeira vez que alguém me falou o que pensava acerca da política, apontando, pelo menos, duas direções para o termo: uma negativa e outra positiva. Estes e outros eventos que presenciei, nos quais esta ambigüidade era clara, política associava-se a ajuda – dedicar-se a comunidade, fazer algo pela maioria, ou política não se misturava com ajuda. Por meio da trajetória dos personagens que focalizo pude entender como a segmentaridade entre o “movimento” coordenado por Américo e a

associação de mulheres que Tereza atuava, se relacionava com (i) fazer política para ajudar pessoas, (ii) política e ajuda (trabalho comunitário) não se misturavam.

Para explicitar como estas concepções entravam em ação, escrevi breves perfis dos militantes que trabalhavam no acampamento, tendo como objetivo de salientar significados atribuídos a militância, ao trabalho e ao mundo da política. Penso que faz mais sentido falar de indivíduos, seguir suas trajetórias, ver os arranjos e as estratégias que adotavam frente as suas demandas pessoais e coletivas.

Esta ênfase dada à observação sistemática do comportamento concreto de indivíduos específicos representa para mim uma retomada dos conselhos de Malinowski (1984) sobre a necessidade de documentar as atividades rotineiras de pessoas específicas e de se procurar explicações nos fatos evidentes do comportamento observado, antes de se evocar o peso do passado para explicar as ações do presente. Nesta etnografia trato de pessoas concretas, cada uma dotada de particularidades e, sobretudo, de agência e criatividade.

Por isso, abro mão de analisar a sociedade, a estrutura ou sistema político, em prol de uma abordagem que prioriza os arranjos, as trajetórias e as redes de relações de sujeitos capazes de mobilizar outros sujeitos para atingir metas e satisfazer as demandas de moradia de uma coletividade. Os pequenos dramas em que estas situações ocorriam mostrou-me a heterogeneidade de um universo visto pelo senso comum, como um bloco homogêneo de pobres, excluídos, vivendo na penúria material e simbólica, pela ausência do Estado e pelas práticas “clientelistas”, conforme é veiculado na mídia em geral. Com o trabalho de campo descobri o reverso: (i) um mundo complexo e complicado onde a categoria política tinha os mais diferentes sentidos, que seguiam ideologias muito específicas quanto ao modo de se fazer “política” e “ajuda” e (ii) esta ausência do Estado, é contestável diante de etnografias preocupadas e comprometidas em apresentar uma narrativa que dê conta da triangulação entre um governo em exercício, suas políticas sociais e o público que as usufrui.

Daqui em diante, abordo a relação entre estes líderes/movimentos e seus apoiadores de forma mais densa. Traçarei pequenos perfis, tomando como referências etnográficas não entrevistas tendo como parâmetros de técnicas da história oral, e sim diferentes momentos de convívio com os personagens que elejo no presente capítulo: Tereza, Américo, Pé-de-boi e Paulo. Trato-os como “sujeitos etnográficos, cujas relações passadas fornecem elementos para a construção antropológica de interpretações (em) perspectivas” (Borges, 2005b: 95).

Por ora, apresento minhas impressões coletadas na vivacidade das situações em que tentava compreender as singularidades de algumas histórias, ao mesmo tempo nas suas unicidades e generalidades.

### **Tereza**

Tereza foi a primeira pessoa que conheci no Acampamento Grajaú. Baixa, nervosa, não se deixava dominar e como se dizia não tinha papas na língua: falava com humor, com rapidez, às vezes no limite do compreensível. Aparentava ter uns 40 anos, pelas expressões que o tempo deixara em sua face. Certo dia, ela me convidou para almoçar em sua barraca. Chegando lá descobri que tínhamos um prato típico de acampamentos: arroz com jurubeba.

Ela falou-me que o prato do almoço lembrava-a de uma parte muito importante de sua história. Perguntei-lhe por quê? Disse que foi criada em um acampamento rural. Seu pai era militante do MST. Por esta razão sua família (a mãe, o pai, o irmão e ela) percorreu vários estados. Infelizmente, sua mãe morreu por alguma doença crônica. Seu pai fora morto em um confronto com capatazes de uma fazenda ocupada em Goiás. O irmão, recentemente, conseguiu ser assentado em um lote via MST, na região norte de Minas Gerais. Conheceu o ex-marido, militante da via campesina, em um ato de protesto da CUT, no início dos anos 90, em São Paulo. Com ele teve uma filha. Sua idade, 14 anos.

Nessas idas e vindas pelo país, ambos desiludidos com o MST pela falta de atitude de lideranças em comandar a “verdadeira revolução” nos latifúndios espalhados pelo Brasil, se mudaram para Goiânia-GO. Segundo ela, se cansou de ouvir promessas de que as mazelas enfrentadas pelos trabalhadores rurais um dia teria fim. Diante de seus ressentimentos, ela e o ex-marido fixaram residência em Goiânia em 1990 – ocasião de um encontro realizado pela CPT. Durante a visita à capital, ela e o marido gostaram da cidade, resolveram ficar e abandonar o MST. Sabe Fernando, “eu queria ter uma vida normal”.

Tereza foi trabalhar como vendedora ambulante em uma das principais avenidas da cidade. O marido “fichou” (emprego de carteira assinada) na construção civil. Dois anos depois dessa guinada na vida, se separaram. O ex-marido, com o fim da união, regressou à São Paulo e nunca mais deu notícias.

Anos mais tarde (2000) Tereza – diante de mais um caso amoroso – viu-se tentada a dar prosseguimento à sua luta<sup>8</sup>.

Depois que se separou do pai de sua filha mais velha, casou-se novamente. Desta vez, com um militante do movimento sem-teto. Quando este pretendente lhe apresentou a causa dos “sem-teto” (2000), viu nela-e-nele a possibilidade de uma retomada de seus ideais, de engajar-se novamente na luta pela terra. Juntos participaram de algumas ocupações. Porém, este caso amoroso (devido a violência do marido), durou menos de três anos (2000-2003). No ano seguinte Tereza soube da Ocupação Sonho Real graças a uma amiga que junto com outras mulheres foram as pioneiras do local. Na época a ocupação foi a solução de seus problemas.

A casa que morava (em maio de 2004) era cedida e a qualquer momento teria que ser devolvida. Sua ex-patroa – para quem ela havia trabalhado como vendedora durante anos – lhe emprestou a casa em que morava, depois que ela foi despejada da penúltima ocupação que participou (no ano de 2003). Certo dia, o filho da ex-patroa retornou à cidade e pediu a casa para montar um negócio. Quando ficou sabendo da “Ocupação Sonho Real” se mudou para lá alguns dias depois de ter recebido a notícia. Na ocupação juntou-se novamente. Morou no local com a filha e o novo companheiro até o dia da reintegração de posse.

Quando as famílias do acampamento moraram em um ginásio de esportes era uma das coordenadoras do “movimento”. No ginásio, o marido depois de uma discussão, segundo ela banal, saiu e não voltou mais. O fim de mais um caso, de pouco mais de um ano, a fez, “desistir dos homens” e dedicar-se, exclusivamente, as tarefas políticas e administrativas do “movimento”. Porém, não sabia que estava grávida de outra menina. Sua filha nasceu no acampamento, 03 meses depois da fundação do local. A maternidade de mais uma filha a fez querer lutar ainda mais. Pensava no futuro de sua pequena, queria lutar por um mundo menos machista para ela. Passou a frequentar as reuniões, nas quais, só tinha homens para negociar a área provisória onde ficariam, por um tempo (acampados) até o governo iniciar a construção do conjunto habitacional para assentá-los definitivamente. Lutou ao lado dos companheiros, que lideram o “movimento”, para conseguirem o acampamento, criado em julho de 2005.

---

<sup>8</sup> Como podemos perceber a palavra “luta” aparece diversas vezes na fala de Tereza. Para ela a luta pela terra, enfatiza o caráter comunitário do enfrentamento das dificuldades e a importância da união. Trata-se de afirmar seu pertencimento legítimo dentro de uma “comunidade de luta” (Comerford, 1999: 41).

Disse-me que foi sua curiosidade que a fez querer participar mais do trabalho político do “movimento”. Não achava certo homens, “decidirem tudo por todos”. Estes “não sabiam as necessidades das mulheres”. Como coloca Ahlert (2008: 37) – em uma dissertação sobre um grupo de mulheres, coordenadoras populares, do Programa Fome Zero no loteamento Monte Verde na cidade Porto Alegre-RS – “o que [elas] afirmavam e mostravam era que estavam fazendo uma forma feminina de política, forma esta que envolvia obrigatoriamente práticas e representações de gênero associadas ao feminino”.

Permaneceu ao lado do “movimento” por mais um ano. Rompeu os laços, quando o líder (Américo) decidiu concorrer nas eleições de 2006 a Deputado Estadual pelo PSOL (Partido Socialista). Para ela a candidatura de Américo – que lhe foi informada por meio de um “santinho”<sup>9</sup>, conforme anexo II – “era uma facada nas costas”. Na manhã daquele dia que sua vizinha lhe mostrou santinho e quando viu os cartazes de Américo – abraçado com Heloísa Helena, tendo como pano de fundo, cenas do acampamento e das casas do Real Conquista, ainda em construção – espalhados por todo o acampamento não se aguentava de tanta decepção. Ela me informou que dias antes de vê-lo naquele “santinho” participou de uma reunião do “movimento” na qual a candidatura de Américo talvez poderia ser lançada. Estavam ali, justamente, para decidir isso. Ela era contra, e ficou deveras aborrecida com ele, por querer levar adiante o pleito ao cargo de deputado estadual. “Como falava bonito, conveceu a todos”.

Saiu tão nervosa da reunião, que ficou alguns dias sem ir na sede do “movimento”. De repente, sua vizinha chegou com a “bomba” – o “santinho”. “Saí na rua e povo tava fazendo festa”. Nesse dia, “declarei guerra”<sup>10</sup>. Na visão de Tereza, o pior, era que o “movimento” se apropriava de doações sob a forma de cestas básicas, cobertores, roupas, entre outras coisas – que de tempos em tempos uma instituição, empresa ou até mesmo os governos enviavam para os moradores do local – para repassá-las como objetos oriundos da “política”. Nestas horas se via seguindo a ideologia do MST, que repudia a candidatura de seus dirigentes a cargos políticos.

---

<sup>9</sup> “Santinho” é o nome popular dado aos folders estampados com a foto e o número do candidato.

<sup>10</sup> Ver Heredia (1995) para uma análise da ambigüidade do caráter festivo do “tempo da política”, que se reveste com seus símbolos visuais (bandeiras, faixas, santinhos, cartazes coloridos) músicas demonstrações públicas, como comícios, passeatas e carreatas, e com massas de gente dando caráter de festa. Por outro lado, trata-se de um período conflitivo, portanto tenso, já que divide pessoas que, em outros tempos, encontraram-se unidas por relações de parentesco, amizade e vizinhança etc.



Refletindo sobre as acusações ao “movimento” – Américo, em especial – percebi que esta forma de socialização configurava uma forma de se fazer apreciações da política local. Tereza, não usava o termo política como um substantivo e um adjetivo para classificar suas ações e as das pessoas e instituições que a cercavam.

Ao pensar nas situações em que ela dizia que o “movimento” fundado para ajudar as pessoas a conquistarem suas casas populares por meio do Programa Cheque Moradia, virou “politicagem” me lembro de certos comentários de Ahlert (2008) sobre as distinções e os diferentes usos dos termos política e ajuda:

À “política” se contrapunha a possibilidade da “ajuda”: esta deveria acontecer “*independente da política*”. Se aquele espaço se constituía como um programa governamental, isto não fazia com se tornasse um espaço político. Por que mesmo quando se estava em cargos políticos, não se devia “*fazer política*”, visto que ela impediria que se reconhecessem as reais necessidades das pessoas - como a fome, explicitada por seu Demétrio (Ahlert, 2008: 108).

Servindo-me das colocações da autora, sobre as ações no Núcleo Monte Verde, “onde as mulheres [coordenadoras locais do Programa Fome Zero] dispunham das possibilidades “das ajudas”, constituindo a ajuda também como fundamental na “política”, digo que para minha interlocutora política e ajuda se davam paralelamente. Ela rejeitava a idéia de utilizar a ajuda para fazer política. Assim como as mulheres que a autora pesquisou, onde em certas horas os termos ganhavam sentidos opostos, o que Tereza considerava “politicagem” era usar a “ajuda” (objetos de políticas sociais) e as pessoas que foram ajudadas como forma de construir uma carreira na política. Por isso, decidiu romper os laços com o “movimento” de Américo, porque “ele usava a ajuda, para fazer carreira na política”. Para ela você fazia política<sup>11</sup> ajudando pessoas, porém, essa ajuda não poderia se tornar uma ferramenta para fazer política, se não essa ajuda virava “politicagem”. Ela não fazia seu trabalho pensando em candidatura – em virar “política” – mas ele sim (Américo) desde o começo da ocupação foi implantado para liderar o local por um político (o vereador da capital Elias Vaz). Aliás, era por isso que não gostava da “política que se faz para candidatar: “porque os políticos

---

<sup>11</sup> Penso que Tereza se refere a política cotidiana de se ter um bom e preservá-lo por meio da honra, do respeito e da dignidade que uma pessoa deve ter para estar a frente de uma coletividade.

transformavam a luta do povo em objeto de política”. Achava que o “movimento” não tinha que se misturar com esse lado podre da sociedade, “a política e os políticos profissionais”.

Por estes motivos, sentiu-se traída. Não era justo, um militante usar “a causa dos sem-tetos” para construir uma carreira política. Com a candidatura de Américo, Tereza, assim como Cláudia – uma pessoa apresentada por Garcia (1997), na ontologia *Miséria do Mundo* organizada por Bourdieu – “ficou desconfiada em relação aos grupos de militantes, suas reuniões, suas discussões”. Ela compreendeu que a dominação social e masculina atravessa também o militatismo, “pois mesmo aí o poder existe e pertence a quem fala melhor e tem mais conhecidos” (*idem*: 392). Diante de suas convicções em relação a má fé de Américo ao investir na carreira política, Tereza reuniu opositoras a campanha do líder do “movimento” e fundou a Associação de Mulheres.

A oposição se acentuou quando o movimento/Américo, por determinação das leis que regem o Programa “Cheque Moradia” (e com o consentimento da maioria dos moradores) passou a representar a todos junto aos governos na construção do conjunto habitacional. Falou que o cargo de liderança lhe rendia muitas “regalias”, como escola particular para as filhas, o carro e outros bens de consumo, além de morar de aluguel na cidade. Para Tereza Américo era uma pessoa que não conhecia de fato as necessidades do local. Ou seja, “para conhecer as dificuldades das vidas das pessoas atendidas, era preciso compartilhar daquele local e das condições de vida daquele espaço” (Ahlert, 2008: 94). Mas, reconhecia que seus rapazes (Pé-de-boi e Paulo, principalmente), “de fato trabalhavam pela comunidade”, eram pessoas que “moravam no local” (sofriam na pele as conseqüências de se coabitar em uma barraca), e estavam empenhados na luta de todos para a construção do Real Conquista.

Em meio a esta conversa Tereza serviu o almoço. Comemos e logo após decidimos ir até à Associação de Mulheres. Antes, ela passou na casa da vizinha para dar um beijo em sua pequena, a filha caçula fruto do último relacionamento. Durante o dia a criança ficava com a vizinha, enquanto Tereza cuidava das tarefas administrativas do grupo de mulheres.

No caminho ela falava dos projetos coordenados por ela como as oficinas de corte e costura, as palestras sobre militância e feminismo. Ao entrar em contato com o movimento feminista redesenhou os caminhos de sua “militância”. Ela não desejava mais lutar ao lado dos homens, nem os queria mais em sua vida. Assim como Cláudia (Garcia, 1997), dizia

não ter horizontes fora de seu “projeto feminista”. Aprendeu que “eles” eram opressores até nas horas em que se diziam engajados na mesma luta.

### **Entre mulheres**

Por um tempo ficamos em silêncio. De repente Tereza alertou-me com um tom de voz sussurrante: “acho que falei demais num lugar que não devia porque se dou o azar de passar alguém do movimento do Américo, a coisa não vai ficar boa para mim, eu fico falando ‘da política ruim’ dele”. Claro que com você não irão fazer nada, mas todo cuidado é pouco. Você está chegando aqui agora. Por isso acho que não vai ter problema. Você simplesmente deu a sorte de cair justamente aqui [risos de ambas as partes]”. Daí para frente ela começou a me falar dos trabalhos políticos realizados na Associação de Mulheres. Disse que realizavam palestras educativas contra agressão doméstica, cursos de capacitação profissional de corte e costura, bordados, e outras atividades. Inclusive, ali funcionava uma “confecção de roupas”. As roupas produzidas por elas eram vendidas em uma feira que acontecia uma vez por semana em Goiânia. Isto era fazer um trabalho comunitário, que não tinha nada a ver com política.

(Extraído do diário de campo, p.37, dia 29/01/2007).

A tenda onde funcionava a Associação de Mulheres ficava em frente ao prédio onde Américo realizava os cultos e as reuniões do “movimento”. Ambos os edifícios, na praça da rua principal<sup>12</sup>. O movimento coordenado por Tereza era um “grupo coletivo de trabalho”, formado por 12 mulheres. Nunca as vi juntas. Talvez, pelo fato de dividirem entre si, o trabalho administrativo, as atividades produtivas e o trabalho doméstico. Por algumas vezes tentei conversar com estas mulheres. O silêncio que pairava entre elas quando eu esforçava para puxar um assunto, aos poucos me informou sobre uma barreira social que havia entre aquelas mulheres e eu. Como me disse certa vez Tereza, ela era a única solteira (separada) do grupo. Tal constatação depois de um tempo, foi essencial para que eu entendesse porque Tereza era a única mulher que se aproximou de mim: as outras eram temerosas em relação aos maridos. Como ouvi: “já pensou se chega um homem aqui, e vê você conversando com

---

<sup>12</sup> A praça da rua principal tratava-se de um espaço circular, onde se concentrava alguns prédios importantes: a barraca da rádio comunitária, a tenda do “movimento” (que funcionava também como igreja, cuja matriz era Luz para os Povos), a Associação de Mulheres e uma filial do escritório do governo estadual conhecido como “AGEHAB” montado para acompanhar o processo de remoção das pessoas que moravam no acampamento para o conjunto habitacional. No escritório trabalham duas assistentes sociais e um estagiário.

alguma mulher, vai logo pensar um monte de besteira”. Eu era “jovem e de fora”, motivos mais que suficientes para deixar os maridos com ciúmes. Tereza uma vez me disse, quando conversávamos sobre o assunto (que ela era a única mulher que se aproximou de mim), que a submissão destas mulheres em relação a seus maridos, mudaria apenas no dia em que suas colegas tomassem consciência da dominação masculina.

Tereza era responsável pela contabilidade da associação. Todas as movimentações financeiras dos panos de prato e das roupas femininas como blusas, saias e bermudas que eram confeccionadas ali, ficavam sob sua responsabilidade. Apresentava mensalmente na frente de suas companheiras, os gastos com a matéria prima, o dinheiro com as vendas, e fazia a divisão dos lucros em partes iguais (incluindo Tereza). Ela era responsável também pela formação de suas companheiras – organizava palestras, mensalmente, sobre direitos femininos e gênero. Outras mulheres com as quais não conversei, trabalhavam no corte e costura das roupas e panos de prato. Havia aquelas que colaboravam realizando as tarefas domésticas como cuidar das crianças e lavar a roupa das companheiras. Sua vizinha, era um exemplo, cuidava de sua filha e de outras duas crianças enquanto as mães trabalhavam o dia todo na confecção.

O dinheiro para a compra dos materiais para a construção da tenda veio de uma ONG italiana que custeava os projetos sociais implantados no acampamento por ela, como cursos profissionalizantes e palestras educativas que aconteciam na associação. Gostava de afirmar constantemente, que seu trabalho era comunitário e não tinha nada a ver com “política e políticos”. Tereza dizia que jamais concordaria com alguém usar a desgraça, o sofrimento do próximo, para fazer política. Ao mesmo tempo, para ela, estas histórias “eram águas passadas”, pois as coisas estavam melhores e em breve todos e todas teriam suas casas. Não se importava mais com estas coisas de/sobre política, cansou-se de brigar. Seu objetivo era a associação de mulheres. Não queria saber mais do “movimento”.

Explicava-me que não se importava de “se dar por completo ao trabalho”, mesmo que para fazer a associação andar, precisava trabalhar dia e noite, no limite dos recursos que elas dispunham. O importante era “não parar de correr atrás”, e sempre lutar para “melhorar de vida”.

Estes traços de certas mulheres do acampamento, que participavam do grupo coletivo de trabalho feminino, colocam em evidência,

Uma forma de “*trabalho*” [...] que acontecia no espaço do próprio Loteamento [Acampamento] e permitia que as atividades domésticas e o cuidado com os filhos não fosse prejudicados. Sem ferir as características que lhes conferiam seus referenciais locais, o “*trabalho*” no Núcleo [na Associação] agregava: inicialmente demonstra que elas não estão paradas, mas *correndo atrás* (Ahlert, 2008: 67).

Tereza sempre me falava que era possível conciliar as atividades domésticas (central na vida de muitas das mulheres da associação) com a militância e a atividade profissional para garantir o complemento na renda familiar. Ela se orgulhava por “tocar” uma atividade que deveria estar sob a responsabilidade do governo. E concentrava todas as suas forças na associação. Ela ressentia-se com Dora (assistente social, que mais adiante irei apresentar) que tinha por “obrigação fazer o que ela fazia”, já que recebia um salário do governo para desenvolver um projeto social na “comunidade”. Para Tereza, Dora apenas “enrolava ali o dia todo, tratando de papeis” (cadastros e listas de beneficiários), mas “desenvolver cursos e coisas do tipo ela não fazia”. Ela dizia que a assistente social nunca a procurou, nem ao menos para saber o que faziam no local, e mesmo assim Dora, “tinha a coragem de falar pros outros que fazia um trabalho social”. Tereza mostrava certa aversão à assistente social. Posso dizer que ela, comparava seu ofício com o de Dora, tendo como parâmetros duas visões de mundo (comparando mais uma vez, as aflições cotidianas de Tereza e Claudia):

...a da militante que obedece primeiro aos impulsos do coração, à revolta e a compaixão, agindo na maioria das vezes na urgência e na improvisação generosa e criadora; a da profissional cujos atos impessoais e antecipadamente regulados obedecem a uma lógica puramente burocrática (Garcia, 1997: 391)

Até aqui, apresentei o trabalho de Tereza (sua trajetória como militante) e seu ponto de vista sobre “política” e “ajuda”. Chegou a hora de olharmos o contraponto: a concepção de Américo e seus apoiadores sobre estes temas.

### **Américo**

Conheci Américo em uma reunião. Durante o tempo em que passei no acampamento o vi pouco, durante o dia. Na maioria desses encontros pude presenciar alguém o acusando de seu nome não estar na lista; de que ele não dormia no local; que ele andava de carro e sempre muito bem trajado. Certa vez quando perguntei a Américo sobre estas acusações,

ele respondeu que “trabalhar com o povo não era coisa fácil, sempre tinha alguém querendo derrubá-lo com alguma fofoca”. Nestas horas, para ele você tinha “que mostrar serviço feito, falar com convicção suas idéias e pisar duro com seu povo”. Ao escrever a presente etnografia, sua resposta me lembrou às explicações que as mulheres de Monte Verde deram a Ahlert (2008), sobre conflitos e acusações que aconteciam no núcleo local do Programa Fome Zero:

A fim de explicar estas constantes – acusações, conflitos – as interlocutoras de pesquisa afirmavam que “*Trabalhar com o povo é um problema sabe*” (Marina). Ou ainda, como apontava Vilma: “*Tem que ser assim, bem durona. Pra lidar com povo da vila tem que ser assim*”. Provocando uma distinção entre elas e os outros moradores da comunidade, era na natureza do “*povo*” que se encontravam as dificuldades, e não na dinâmica das relações (Ahlert, 2008: 89).

Para ele não era fácil negociar com o governo estadual<sup>13</sup> a construção de casas para 2.470 pessoas (número de beneficiários do Residencial Real Conquista, fonte: AGEHAB). Era fácil, como dizia, “acusar alguém disto ou daquilo, mas queria ver alguém provar que ele não fazia: o Real Conquista era a concretude de sua luta, já que foi ele quem organizou o “movimento”, condição *sine qua non* para o repasse do orçamento destinado a construção do conjunto habitacional<sup>14</sup>. Com isso, ele não queria de modo algum desqualificar a luta, dos moradores da localidade. Pretendia como o vi dizer, várias vezes, mostrar para o povo que lidar com o governo, era algo muito árduo que precisava de muita persistência e uma boa rede de relações com políticos profissionais e técnicos do governo. Sem estas relações – como sugere Sigaud (2004) – o “movimento” ficaria sem ter o que oferecer a seu público, pois, em especial, a presença do Estado é uma condição necessária para que se constitua a possibilidade de reivindicação e de resistência.

---

<sup>13</sup> Por mais que a prefeitura e o governo federal contribuíram com a construção do conjunto habitacional (o governo federal contribuiu com 60% do valor gasto na construção das casas, com fundos do FGTS, e a prefeitura doou a área), o controle financeiro da obra, os cadastros, processos e listas com os contemplados, primeiro com o cheque (que dava direito a uma casa em construção) e depois com o nome do beneficiário indicando o número da rua, quadra e lote em que a casa se localizava no conjunto, eram organizados pela AGEHAB. Por isso, é que talvez para os moradores e para o “movimento”, a relação que estabeleciam com o Estado era percebida, na maioria dos casos, via governo estadual.

<sup>14</sup> Preciso acrescentar que o “Cheque Moradia” era repassado simbolicamente – via o nome em uma lista, pois a AGEHAB administrava o recurso para a construção das casas – aos moradores mediante representantes do “movimento”.

Em uma conversa na porta da rádio comunitária, presenciei Américo se defender de acusações como o fato de andar de carro, suas filhas estudarem em colégio particular e ter um celular. Nestas situações, Américo tentava mostrar que o carro “era uma ferramenta indispensável”. Durante o dia trabalhava no Residencial Real Conquista (na Associação de Moradores, que em breve iniciaria suas atividades<sup>15</sup>). Duas vezes por semana estava no acampamento, à noite, para celebrar os cultos ecumênicos da Igreja Luz para os Povos. Três vezes por semana estava na sede da AGEHAB (no centro da cidade) participando de reuniões sobre as obras do conjunto habitacional, aonde 300 famílias já residiam no local. Precisava arrumar tempo ainda para articular contatos com políticos e técnicos do governo, na intenção de buscar parcerias para levar cursos, oficinas e equipamentos públicos (escola, posto de saúde, linha de ônibus) para o Real Conquista. Borges (2003) nos diz que este tipo de relação com o Estado, tem como característica a constante condição de obra inacabada e, portanto, a contínua necessidade das ações políticas por parte do Estado.

Quanto ao colégio em que suas meninas estudavam, era o mesmo de várias outras crianças do acampamento. De fato, era uma escola que não pertencia à rede pública. Porém ele e nem os pais das outras crianças (residentes no acampamento) pagavam pelos serviços. Dada uma parceria entre donos/diretores de colégios particulares e o “movimento”, escolas privadas, situadas em bairros nobres da cidade, acolheram mais de 300 crianças, que não conseguiram vaga na rede pública. Para transportar os pequenos o “movimento” conseguiu da prefeitura municipal, dois ônibus que faziam o transporte das crianças (do acampamento à escola e vice-versa).

O celular dizia não ser mais um artigo de luxo, e sim um meio de você se “relacionar com o mundo”. Quantos ali não traziam consigo, um celular na bolsa ou no bolso da calça. Ele lutava para acabar com o acampamento, e conseqüentemente, com o sofrimento de todos/as que moravam numa barraca. Sua casa estava aberta às pessoas que precisavam de ajuda em momentos de muita penúria. Também não tinha vergonha de dizer que sua mulher era quem bancava grande parte das despesas familiares, já que ela tinha um salário maior. Estava “na luta, na política, não para ganhar dinheiro e sim para ajudar mais pessoas”. Não

---

<sup>15</sup> Américo me disse que a Associação de Moradores do Real Conquista e o Movimento Luta e Moradia serão entidades diferentes, que funcionarão no mesmo espaço. A Associação cuidaria exclusivamente dos assuntos ligados ao conjunto habitacional, enquanto o “movimento” lutaria em prol de moradia, promovendo debates, reflexões e prestando “ajuda” a outros movimentos que tem como bandeira a mesma causa.

negava que ele, Pé-de-boi e Paulo tinham um salário, mas era um salário mínimo pago pela AGEHAB, afinal de contas se “dedicavam exclusivamente a causa” e canalizavam todas as suas energias para a “Real Conquista de todos que era o Real Conquista” [Aplausos].

Estes jogos de atributos falam sobre uma posição, que além de ser fonte indiscutível de prestígio e de poder, é ao mesmo tempo tornar-se uma pessoa vulnerável, a pressão de vários lados. Se nos atentarmos para esta recorrência é possível sugerir que a legitimidade ocupada por líderes comunitários seja constantemente questionada, mostrando, o caráter extremamente volátil dessa legitimidade. Estas situações etnográficas evidenciam que é preciso existir uma contínua reconstituição dos fundamentos da autoridade política.

Nas acusações feitas ao líder Américo, podemos perceber que a posição na qual ele se colocava comportava tanto prestígio, como perigo. O prestígio era aquele da circulação das pequenas vantagens como andar de carro, os objetos como o celular, e a possibilidade de ajudar outras pessoas na luta pela moradia. Posso dizer que o perigo estava presente não apenas nas ameaças físicas “violentas”<sup>16</sup>, mas também de se colocar em um cargo político (liderança local) que existia a partir do reconhecimento e da delegação.

Lembremos Clastres (2005) em sua obra *A sociedade contra o Estado*, ao dizer que a vigilância dos que delegam o poder de representação e gestão dos bens alcançados, teria diretamente a ver com o desejo de manter a igualdade. Por exemplo, ao falar que suas filhas e outras crianças estudavam no mesmo colégio. Nesse sentido Américo ressaltava as características comuns de vida entre ele e “o povo”. Ele queria provar que sabia e conhecia as dificuldades pelas quais aquelas pessoas estavam passando, diferentemente daquilo que falava seus/suas opositores/as.

### **Pé-de-boi**

Quem me apresentou Pé-de-boi foi Tereza. Ela e eu caminhávamos pelas ruas do acampamento, quando vi um rapaz defendendo o líder do “movimento”, que Tereza tanto acusava. Perguntei quem era o rapaz e logo em seguida pedi a ela para apresentar-me a ele. Mesmo a contra-gosto ela o chamou. Apertamos as mãos, trocamos nomes e alguns olhares. Tereza comunicou a Pé-de-boi o que eu pretendia fazer no local. Disse a ele que eu era um antropólogo de Brasília disposto “a conviver um tempo com eles, para conhecer melhor a

---

<sup>16</sup> Mais adiante falo dos motivos que levaram Américo a não residir no acampamento: “ameaças de morte”.



realidade” e a organização do local. Depois destas breves apresentações, Tereza deixou-nos a sós. Penso que ela deve ter voltado ao trabalho na Associação de Mulheres.

Pé-de-boi me chamou para entrar na rádio comunitária. Ao entrarmos, ele explicou-me que o clima no acampamento andava pesado por conta das mudanças para o Residencial Real Conquista. Para ele não era fácil chegar a um consenso quando existiam grupos em lados diferentes”. Olhou pela janela da rádio, virou-se e falou que Tereza era uma “radical”, incapaz de ver os benefícios que conseguiram. Para ela o “movimento” tinha que conquistar as casas na marra. Eles (do “movimento”) aprenderam que não adiantava, “brigar com o governo, fazendo protestos e coisas do tipo”. O negócio era aprender a se relacionar com ele. O “movimento” cumpria a sua parte (ajudando no cadastramento, na gerência das obras de construção do conjunto habitacional, na entrega das listas com o nome dos beneficiados com o cheque moradia) e a contrapartida era certa<sup>17</sup>. Era preciso aprender “a jogar o jogo” – no qual as regras já estavam estabelecidas – “senão colocavam tudo a perder”. Bezerra (2006) em sua etnografia sobre representação política e acesso ao governo federal, segundo o ponto de vista de políticos municipais (prefeito e vereadores) da capital carioca apontou como o acesso aos recursos públicos era vivido pelos militantes de ONG’s como um tipo de jogo regulado por regras que estão fora do controle e às quais é difícil escapar.

O fato de eu estar acompanhado de Tereza quando me encontrei com Pé-de-boi talvez o fez falar sobre as rivalidades que existiam no local. Porém, tive que dar um empurrão a ele. Perguntei-lhe como ele e o “movimento” viam ou reagem a algumas acusações que Tereza fazia. Inclusive, contei-lhe sobre algumas.

Pé-de-boi disse que a discussão entre eles (movimento) e a Associação das Mulheres, estava no âmbito da ideologia. Inclusive, ele me aconselhou a não andar muito com Tereza. Rotulou-a como uma pessoa baderneira, radical. Ele contou-me sua versão sobre a história da desavença entre Tereza e o “movimento”.

Quando houve as eleições para deputado, no ano de 2006, ela e “outras companheiras de luta” não ficaram satisfeitas com a candidatura de Américo pleiteando uma vaga como Deputado Estadual. Dizia Pé-de-boi que ela o acusou publicamente de usar “a luta pela

---

<sup>17</sup> Em sua etnografia Bezerra (2006: 195) descreve uma situação muito parecida: “não ser uma oposição seja ao governo estadual, seja ao federal é algo apontado por políticos locais como a condição para a obtenção dos recursos (fundamental primeiro é você não ser oposição ao governo). Respeitar esse princípio, lembra o ex-secretário de obras [da cidade] de Graciliano, significa saber lidar com quem está no poder”.

moradia” dos residentes no acampamento como trampolim para sua carreira política e para melhorar de vida.

Para Pé-de-boi, as coisas não eram bem assim. Américo (com o consentimento da maioria dos coordenadores do movimento) queria se eleger para ajudar a comunidade. Pois, se alguém do próprio “movimento” se tornasse um político, o acampamento e futuramente o Residencial Real Conquista, teria um representante que poderia fazer mais por todos/as. A intenção de Américo com a política era ajudar a comunidade. Em suas apreciações, fazer política era ajudar as pessoas. Era plausível, alguém querer se tornar político, para ajudar sua comunidade. Pior para ele era, o acampamento, eleger alguém de fora da comunidade, alguém que poderia simplesmente prometer uma ajuda a eles, e nunca cumprir. E, diferente das colocações de Tereza, dizia que “você tem que usar sim o trabalho que realiza como marketing”, senão como as pessoas vão te notar, saber o que você “faz pela comunidade”.

Tereza, segundo ele, não concordava com esta posição do “movimento” e a partir daí passou a falar mal deles. Espalhava que o “movimento” virou politicagem, “bandeou para o lado das elites, do governo, quer saber só de política”.

Para Pé-de-boi tais querelas “políticas” não afetavam apenas o líder do “movimento” e ficavam restritas ao âmbito da disputa pela liderança local (Pé-de-boi achava que essa era a causa principal de Tereza), mas prejudicava a imagem de todos. A acusação não recaía apenas sobre o coordenador, na maioria das vezes, ela se generalizava. E no fim das contas, o grupo sofria as penalidades. Falou-me que depois de uma entrevista que Tereza concedeu aos jornais locais apareceu na mídia “que os moradores do acampamento não precisavam de casa, que eles podiam pagar um aluguel e muitos ali deveriam ter até propriedades”. Isto, dizia pé-de-boi, podia colocar a luta pela moradia a perder. Esta devia estar acima de tudo e de qualquer interesse pessoal pelo poder.

Pé-de-boi finalizou seus comentários dizendo que apesar do desafeto que existe (entre Tereza e Américo) o “movimento” não virava-se contra certos companheiros que outrora estiveram engajados “na mesma luta e do mesmo lado”. Por isso, a tratava cordialmente. Tornou a repetir que a luta pela moradia devia estar acima de interesses pessoais – como pudemos constatar no episódio da “invasão das casas do Residencial Real Conquista”.

Tomou um partido nesta disputa. Trabalhava no “movimento” porque acreditava nos ideais (e no caráter) do líder que elegera para conduzi-lo nesta caminhada rumo à moradia.

Falava que não tinha conhecimento de um movimento social no Brasil que conseguiu “casa e lote de graça do Estado”. Curioso, lhe perguntei como soube da Ocupação Sonho Real, do “movimento”.

Contou-me que estava na luta pela terra desde 1990. Saiu de sua terra natal no sul do país, para ser militante do MST em acampamentos nos estados do Paraná e São Paulo. Na época da Marcha Nacional dos Sem-Terra passou pela cidade de Goiânia e foi convidado pelos membros do MST da cidade a ficar e ajudá-los. Tempos depois, saiu dessa luta: “decidi encarar a vida como todo mundo: trabalhando de peão”. Cansou-se de esperar dias melhores no MST. Segundo ele os salários (ajudas de custo) atravassavam muito, ele não era assentado e morava de aluguel na capital. Além disso nessa época, o governo FHC, como fez questão de dizer, “reprendia os movimentos sociais, em especial, o MST, bolqueando o acesso a recursos para entidades não governamentais”.

Anos mais tarde, viu uma matéria na TV e empolgou-se com a atitude de um grupo, de ocupar uma área. A ação dos ocupantes o fez pensar na vida que levava. Estava infeliz. Quando “descrençou” do movimento sem-terra, foi trabalhar como vendedor em uma loja de materiais elétricos. O salário que ganhava mal dava para cobrir as despesas com aluguel e alimentação. Segundo Pé-de-boi, por mais que trabalhar no MST foi duro, “sentia falta de lutar por uma causa, ter ideologia”. Sua vida resumia-se a um balcão de loja e ver TV à noite. Quando tomou conhecimento da ocupação não tardou para pedir demissão da firma. O dinheiro do acerto trabalhista, foi usado para comprar um lote na ocupação e levantar um barraco de alvenaria, com três cômodos. Depois de sair do emprego, fazia alguns bicos no local como eletricitista. A família (a mulher e três filhos) sempre o apoiou.

Tendo uma bagagem de conhecimentos neste universo (dos movimentos sociais), como “o falar bonito”, traquejo para lidar com questões diplomáticas, conhecimento sobre captação de recurso público para a execução de projetos sociais, entre outras coisas, não tardou para que Pé-de-boi assumisse a posição de destaque que tem no “movimento”. Não negava que também contou com uma “dose de sorte”. Na Ocupação Sonho Real, morava na mesma quadra de Américo e sempre frequentou os cultos realizados na igreja – onde ele era pastor. Assim que ele assumiu a liderança do “movimento” Pé-de-boi foi convidado para trabalhar e militar na causa dos sem-teto.

Ao olhar para o relógio meu anfitrião disse que cuidaria de alguns compromissos. Sem titubear, perguntei a Pé-de-boi qual era sua agenda para aquele dia? Disse-me que teria que ir até a cidade, ver como andava o processo de alguns moradores, que ainda não foram contemplados com o cheque moradia, devido a pendências documentais. Precisava saber dos documentos que ainda faltavam destas pessoas para o governo avaliar o processo. Isto o deixava “sentido”. Porque o “movimento” corria atrás para ajudar a todos/as e Tereza era incapaz de ver/reconhecer isso. Achava que todas as ações do “movimento” eram fruto de interesse individual. Aos olhos de qualquer um era visível que a intenção do “movimento” era ajudar o governo estadual, para agilizar a construção do Real Conquista e acabar de vez com o sofrimento de quem aguardava sua casa em uma barraca de lona no acampamento, inclusive, sua família. Pé-de-boi dizia que existia sim um interesse individual, pois pensava que ajudando sua família, automaticamente, ele ajudava a milhares de outras famílias.

Sáimos da rádio comunitária, nos despedimos e Pé-de-boi pediu que eu voltasse em sua barraca (deu-me o endereço) outra hora. Disse ainda que estaria a disposição para o que eu precisasse. Passei a andar menos com Tereza e, por sua vez, a prestar mais atenção nas atividades dos militantes do “movimento”. Em especial, coleí em Pé-de-boi.

### **Paulo**

Dias depois, conheci Paulo. Pé-de-boi e eu almoçávamos. Apresentei-me (disse-lhe os objetivos pelos quais eu estava ali) a Paulo e este me convidou para acompanhá-lo após o almoço. Ele iria comunicar, pessoalmente às pessoas que tiveram seus nomes estampados na lista do Cheque Moradia, e posteriormente, na lista dos novos moradores do Residencial Real Conquista. Perguntou-me como eu trabalhava para coletar as informações (dados) que precisava. Disse a ele que privilegiava mais a ação e os discursos em ato do que as famosas entrevistas. Ele achou muito interessante a perspectiva de meu trabalho. Perguntei se eu não podia acompanhá-lo. Prontamente, ele concordou.

Paulo e eu saímos da barraca de Pé-de-boi, acampamento adentro. Iríamos visitar 07 (sete) pessoas que se mudariam naquela semana. Valdemir da quadra 02, Maria Antônia da

quadra 03, Josefa da quadra 03, Dilma da quadra 06, Carlos Damião da quadra 08, Roberta da quadra 08 e Maria do Carmo da quadra 10<sup>18</sup>.

Enquanto andávamos, pedi a ele para falar um pouco de sua trajetória como militante. Disse-me que sua história como militante era “curta e grossa”: morava ao lado da Ocupação Sonho Real. Decidiu ocupar um lote para sair do aluguel. Entrou para o “movimento” tendo como objetivos (i) arrumar um emprego (vivia de biscates) que lhe exigisse menos esforço braçal e mais trabalho intelectual e (ii) conquistar uma moradia. Até então, nunca estivera “envolvido com política”. Ou seja, ele caracterizava seu trabalho atual como política.

Além de trabalhar no “movimento”, participava de reuniões políticas e fazia um curso de homilética – formação de pastores, oferecido pela Igreja “Luz Para os Povos”. Américo lhe incentivou a fazer o curso. Paulo começou a se aproximar do “movimento” e da igreja na Ocupação Sonho Real. Sua barraca ficava em frente a igreja coordenada por Américo. Dada esta proximidade, de sua casa com a igreja, e conseqüentemente com o coordenador do “movimento” ele pouco a pouco se interou do trabalho burocrático demandado na luta pela moradia. Explicou-me que tudo começou como uma ajuda, depois se transformou em um “trabalho” que consumia seu tempo de forma integral.

Enfim chegamos à casa do primeiro beneficiado. Paulo ao parar em frente a porta da barraca, foi recebido com festa. O dono da casa ao vê-lo o recebeu com um sorriso. Este senhor começou a nos abraçar e sem qualquer tipo de pudor começou a chorar. Agradeceu-nos como se fôssemos os responsáveis por ele ter conseguido uma casa própria. Em meio a tanta emoção Paulo tinha que explicar ao mais novo contemplado, certas regras que deveria seguir para se mudar.

Os beneficiados deveriam pedir o desmanche de sua barraca logo após se mudarem (Paulo falou que havia uma equipe encarregada deste serviço, que a apresentarei no último capítulo). Em seguida agendava um horário para a mudança e ele ficava responsável em cumpri-lo. No ato da mudança o beneficiado deveria passar no escritório da AGEHAB (no acampamento) para assinar e retirar seu contrato.

Percebi que Paulo ao falar deste “documento”, fazia questão de usar termos como cláusula, instrumento legal, posse provisória do imóvel e contrato consensual. Quando o

---

<sup>18</sup> A AGEHAB dividiu o acampamento por quadras (01 à 14). As barracas são numeradas de acordo com a quantidade de habitantes por quadra. Um exemplo pode nos ajudar. Na quadra 02 moram 80 beneficiários. Então as barracas vão de 1 a 80. Daí tem-se: fulano mora na quadra 02 barraca 59.

indaguei sobre o uso de tais termos jurídicos ele me disse que em breve faria uma faculdade de direito. Não era à toa que – como fez questão de frisar – ele e seus companheiros eram conhecidos como “burocratas”. Outras pessoas, me disseram que “ele [Paulo] era o homem que mais entendia da lei, do processo político no acampamento, até livros de direito tinha em sua casa.

Na barraca seguinte, não fomos recebidos com festa. Uma senhora de nome Dilma ao saber que se mudaria naquela semana, não gostou muito da idéia porque no “bairro novo não tinha ônibus, tinha que andar muito para pegar um” e para ela que trabalhava no centro da cidade, como profissional do lar, ficaria muito difícil.

Com Dona Maria, a história foi diferente. Ao ver Paulo na porta de sua casa, ela teve palpitações. De tanta alegria, aquela senhora de cabelos grisalhos, pulava de felicidades. Ao receber a notícia nos falou que pediria imediatamente a família (ela, suas duas filhas e uma neta recém-nascida) para iniciar a arrumação das malas. Eis que Dona Maria falou a Paulo que sua barraca não poderia ser desmontada. Ele queria saber o motivo de tal reivindicação. A senhora se pronunciou. Anotei sua fala em meu diário de campo:

Dona Maria disse a Paulo que sua barraca não podia ser desmontada pois a filha caçula de 18 anos arrumou um rapaz no acampamento, ficou grávida e como podíamos observar a criança fruto deste relacionamento era ainda um recém-nascido. Quando a criança nasceu construíram um puxado, para a filha e o namorado. O namorado da meniana achava melhor eles ficarem no acampamento para tentar conseguirem uma casa também. Ele não queria morar de favor nem na casa da sogra, nem na casa que o pai dele iria ganhar. Dona Maria achava justo eles (a nova família nuclear) ficarem e lutarem por uma casinha também. Ela ouviu dizer que vai sobrar casa, e que tinha muita gente na mesma situação de sua filha. Eles eram filhos do acampamento. Porque não podiam ter o direito também?

(Extraído do diário de campo, p. 21, dia 22/01/2007).

Paulo questionou a senhora dizendo que as coisas não eram bem assim. Primeiro, não era certo que sobrariam casas no conjunto habitacional. Segundo, se todos agissem daquela forma, seria impossível acabar com o acampamento. Porém, não achava justo deixar aquela nova família ao relento. O “movimento”, de fato, lutaria para contemplar também o público com o perfil do jovem casal. Para a alegria de todos, Paulo acenou com a cabeça dizendo que poderiam ficar na barraca.

Sáimos desta barraca. Enquanto caminhávamos Paulo me falou que isso acontecia com frequência. Pessoas se juntavam, tinham filhos, se separavam. Imaginem, nestes quase dois anos de existência do acampamento, quantas famílias se formaram? Ele disse que a assistente social que trabalhava no acampamento, certa vez, falou que nasceram mais de 100 crianças e tinha conhecimento de mais de 80 uniões, que não passavam por cerimônias oficiais perante a lei ou a igreja. Era comum ouvir que certo rapaz ou moça “se juntou”, ou seja, duas pessoas passaram a morar/compartilhar, a mesma casa.

Caminhava, me lembrava de outros casos semelhantes que tinha ouvido e pensava nas aulas de parentesco.

Os casais que formavam sua própria família, geralmente, construíam a nova morada no fundo da barraca dos pais, formando, por sua vez, duas residências. Havia casos em que a barraca dos pais era expandida. Não encontrei regras que prescreviam em que localidade o casal moraria. Matrilocalidade ou patrilocalidade não tinham muita relevância naquele contexto. Os critérios que definiam a residência do novo casal podiam ser, sobretudo, o tamanho do lote da barraca dos pais; a posição do lote em relação ao nascer do sol; se no lote havia sombra; qual a renda dos pais do casal e do próprio casal, e que tipo de relação podia imperar nas combinações possíveis resultado dos pares sogro/sogra e genro/nora e outros membros do grupo familiar.

De repente, o celular de Paulo tocou. Pelo jeito de se despedir, apressado, percebi que ele dispensava-me. Mas não foi preciso muito de minha percepção para me tocar. Sua frase de despedida dizia tudo: “depois, nos vemos e continuamos este assunto”.

Uma chuva findou meus planos naquele dia. Pensava em fotografar o local depois da partida de Paulo. O “mau tempo” – como dizia meu anfitrião – dos dias seguintes me levou a ficar mais na casa em que estava hospedado (no centro da capital) e trabalhar em minhas anotações.

## **A reunião**

Dias depois, recebi um telefonema de Pé-de-boi informando-me que aconteceria uma reunião do “movimento”. Saí correndo de onde estava hospedado e fui até o local. O trajeto era longo, 25 km do centro da cidade até a entrada do local. No primeiro mês da pesquisa fazia este caminho de ônibus, quase, diariamente. Precisava tomar três conduções antes

desembarcar. Do ponto de ônibus caminhava 03 km à pé, por uma estrada de terra. Mais adiante contarei como consegui uma acomodação. Volto a reunião.

A pauta daquele dia eram as mudanças para o Real Conquista. Assim que Pé-de-boi e eu avistamos o carro de Américo estacionar, fomos até ele. Américo me felicitou e elogiou minha iniciativa. Dizia que minha presença no local era importante. Eu falaria “à sociedade sobre eles”. Um grupo ao vê-lo, começou a questionar os métodos de seleção da AGEHAB utilizados para escolher os beneficiados. Uma voz trêmula ecoou da multidão. Uma senhora dizia que essa história de computador “não estava correto, era certo que tinha maracutaia”. Américo dizia aos companheiros que o “movimento” não tinha qualquer controle sobre a lista que saía da AGEHAB. Tal serviço era executado de forma sigilosa. Segundo ele, nem o presidente da agência de habitação de Goiás tinha acesso a estes dados. Inclusive, durante a assembléia geral iria se defender de certas acusações ligadas a rumores semelhantes.

Américo saiu apressado de onde estávamos (em frente à rádio) para ir ao encontro de uma equipe de jornalistas. Ele pediu licença a mim e disse que iria atendê-los. Nessa hora Pé-de-boi, que se encontrava ao meu lado, tratou de explicar-me que nesse tipo de causa e movimento social, os manifestos tem eficácia quando são divulgados na mídia. Segundo ele o “movimento” tinha a seguinte estratégia: “o negócio era reunir cem ou duzentas pessoas reclamando por sua moradia para sensibilizar as autoridades”. Pé-de-boi me dizia que a reunião ligava-se diretamente ao encerramento do prazo dado pelo Ministério Público de Goiás, para a entrega da unidade I do Residencial Real Conquista conforme determinava o TAC. Ao todo IV unidades serão construídas. A primeira e a segunda unidade do conjunto habitacional foram destinadas aos residentes no acampamento. De um total de 1.200 casas (referentes as unidades I e II), 600 já deveriam ter sido repassadas aos moradores do acampamento. No entanto, 350 estavam prontas. Por isso, era preciso fazer um ato pedindo a agilidade das casas e o cumprimento do TAC. Mas não se tratava de um ato para acusar o governo, e sim para ressaltar “o sofrimento” dos que residiam em uma barraca de lona no período chuvoso.

Na entrevista que concedeu aos jornais impressos e televisionados Américo dizia que o movimento estava aberto “à negociação” – disposto a ouvir as propostas que o governo estadual tinha a fazer para cumprir o cronograma que ficou estabelecido no TAC. Falou-nos que havia recebido um telefonema, fazia pouco tempo, do presidente da AGEHAB, Álvaro



Lourenço, confirmando uma reunião naquele dia. Ele disse aos jornalistas, que estavam em busca de uma solução para saírem o mais rápido possível do acampamento. A proposta que o “movimento” faria na reunião, era para que as pessoas se mudassem para certas casas que faltavam apenas a pintura para terminá-las. Depois das chuvas, o governo se comprometeria em pintá-las. Como esta intempérie era o motivo alegado pela AGEHAB para a demora na entrega das casas, o “movimento” proporia esta “solucionática”, termo usado por Américo, pois das 350 casas construídas, 50 não estavam acabadas.

Para encerrar a conversa com os jornalistas Américo resumiu a pauta da reunião:

Nós queremos que o governo entregue as casas sem a pintura, mas com toda a infraestrutura. Depois que passar as chuvas ele pinta, porque esse é o motivo alegado pelo governo na demora da entrega das casas no residencial. Essa é a nossa proposta. Agora se houver dificuldade do governo em aceitá-la, aí nós vamos ter que ir para a rua, fazer um ato de protesto. Eu acho que não vai chegar a este ponto, o governo não quer isso. Então o movimento está disposto até mesmo às famílias entrarem para dentro das casas, sem a pintura, e depois o governo garante a pintura. É muito melhor entrar para dentro da casa de alvenaria do que ficar na chuva dentro da barraca de lona. Chega de sofrimento, queremos a terra prometida! Quem aceita a proposta que levante o braço! (Filmado, dia 22/01/2007).



Foto II



Foto III

Votada a proposta para os jornalistas “filmarem”, entramos na tenda, onde funcionava a sede do “movimento” e a Igreja Luz para os Povos. Neste espaço, Américo acumulava as funções de coordenador-geral e pastor. Saltava aos olhos como a divisão social do espaço e das pessoas era um microcosmo da hierarquia local. O palco onde todos permaneceram de pé e os instrumentos de fala (microfone e oratório) ficaram reservados aos militantes. Este,

um degrau acima. A plenária, um degrau abaixo, aonde todos permaneceram sentados, o espaço dos participantes.

Américo tomou para si o microfone. Iniciou a reunião com uma oração. Rezou-se um pai-nosso. Em seguida, agradeceu a Deus pelas vitórias conquistadas até ali e pediu para que o salvador continuasse a guiar suas decisões para levar seus irmãos à terra prometida. De início era de se notar como um conjunto de saberes que atenuavam as angústias geradas por um divino imponderável, associava-se aos processos de mobilização e militância, não como momentos separados, e sim, partes de uma mesma engrenagem político-religiosa.

Nos acomodamos. A pauta daquele dia, adiantada para os jornalistas, fora repetida. Américo convocou todos a votarem a questão novamente. Como se estivesse em campanha (ou na frente de uma platéia que ouvia um sermão religioso), ele puxava um coro uníssono das respostas que desejava ouvir. O orador dizia que estavam ali, juntos, para aprovar ou não a proposta do “movimento” ao governo estadual. A multidão concordou com a solução proposta, de se mudarem para as casas sem pintá-las.

A pauta seguinte foi em sua própria defesa. No acampamento surgiram acusações de que ele favorecia certas pessoas e preteria outras. Para ele, ao que parecia, a seleção feita pela AGEHAB era idônea. Ele não tinha contato prévio com as listas dos beneficiários contemplados. Nessa hora um senhor chegou até a porta e pediu a palavra. Grande parte das pessoas presentes começou a vaiá-lo. Insistiu mais uma vez e Américo demonstrou certo incômodo com a situação. A multidão pedia para ignorá-lo e prosseguir com a reunião. Ele decidiu ouvi-lo, mas dizia para ser breve.

Com a voz um tanto ríspida o senhor acusava-o de não residir no acampamento, “de ter abandonado a luta depois que aprendeu a falar bonito, a falar com os políticos. Agora, queria até se tornar um deles!” Américo respondeu-lhe que ele não era homem de fugir da luta. Ele era um homem de ideologia e quando lutava por uma causa, não se preocupava em ganhar dinheiro nas costas dos outros, e sim em alcançar o objetivo pelo qual lutava. Ele “fazia política para ajudar a comunidade”. Américo falou ainda que não precisava residir ali para participar da luta, inclusive, sendo ameaçado de morte. [Aplausos]. Dizia ele que as ameaças contra sua vida, o levou a desistir de morar no local, mas todos se lembravam dele na Ocupação Grajaú desde o início do “movimento”.

Se pensarmos na forma como a palavra luta aparece neste contexto, podemos colocar ao menos duas direções para o termo. Para refleti-las o artigo de Comerford (1999) sobre os discursos dos dirigentes camponeses e a ambigüidade do falar bonito é interessante para pensarmos essa situação.

Primeiro, para uma pessoa adquirir destaque e passe a ser considerada como alguém com potencial para ocupar a liderança, é importante que tenha competência para produzir discursos de uma modalidade considerada adequada, a esse tipo de evento, ou seja, falar bem, falar bonito, expressões usadas para definir uma qualidade positiva de uma liderança. Paradoxalmente, posso dizer que esse atributo é encarado com ambigüidade e mesmo com desconfiança. Aos motivos pelos quais, Américo tornou-se uma liderança, somava-se o fato de que se ele não falasse bonito, como os políticos, talvez, não seria indicado como líder, por justamente, ser esta a condição para negociar com o governo: falar bonito. Porém, esta qualidade que lhe ajudou a galgar o posto que ocupava, era vista com desconfiança, pois ao aprender a falar bonito era acusado de abandonar a luta.

Noutro sentido, a polissemia do termo luta faz com que ele apareça com um sentido diferente daquele empregado por Tereza e pelo senhor que acusou Américo. Lutar, para esta liderança, era entendido como entrar em contato permanente com agentes e interesses políticos (Estado, partidos políticos, ONG, outros movimentos). Envolve informar-se sobre procedimentos burocráticos e jurídicos. Requer saber produzir manifestações para tornar públicas e visíveis reivindicações e interesses. Passa a ser necessário “dominar a arte de falar em público – da luta – bem como a arte de falar na mesa das negociações com agentes do Estado” (Comerford, 1999: 42). Lutar, portanto no sentido empregado por Américo, era uma forma de fazer política, de ajudar as pessoas.

O senhor, ao tentar retomar sua exposição, foi interrompido pela multidão. Sua voz foi engolida por um coro uníssono de vaias. Cabisbaixo, saiu do recinto. Naquele momento, tratava-se de “uma solidariedade de todos os iniciados, ligados entre si pela mesma adesão fundamental aos jogos e as coisas que estão em jogo” (Bourdieu, 2000: 173). O discurso de Américo, a força de suas idéias, foi reconhecida pelo grupo. Por isso, ele foi capaz de reunir as vozes de seus pares, e coletivamente, engolir a voz do adversário.

Américo (agindo como se nada tivesse acontecido) pediu silêncio e colocou o terceiro ponto da reunião: informar o motivo “real” do atraso da entrega das casas. Disse-nos não

ter divulgado este ponto para a imprensa, senão ela massacrava o “movimento”. Iriam falar que no acampamento só tinha marginal, bandido. Naquele momento o que mais dificultava a entrega de mais casas eram os furtos de materiais elétricos e hidráulicos ocorridos no Real Conquista. Dizia que informações do tipo não podiam ser divulgadas pela imprensa, senão “desestabilizava totalmente o movimento, pois ela [a mídia] distorceria os fatos”.

Como coloca Champagne (1997: 63) “os mal-estares sociais não tem uma existência visível senão quando se fala deles na mídia”. Longe de limitar a registrá-los, o tratamento jornalístico fá-los experimentar um verdadeiro trabalho de construção, que depende muito amplamente dos interesses próprios deste setor de atividade, pois,

[...] o que chamamos de um “acontecimento” não é jamais, afinal, senão o resultado da mobilização – que pode ser espontânea ou provocada – dos meios de comunicação. Quando são populações marginais ou desfavorecidas que atraem a atenção jornalística, os efeitos da mediatização estão longe de ser os que esses grupos sociais poderiam esperar, porque os jornalistas dispõem, nesses casos, de um poder de constituição importante. A fabricação do fato foge a essas populações (Champagne, 1997: 67)

Américo temia as distorções da imprensa (da mídia), caso a notícia vazasse. Disse que não confiava nos jornalistas, mas precisavam deles para divulgar o sofrimento do pessoal. O que não queria, era os jornais difamando os moradores, mais uma vez, como acontecera em outras épocas<sup>19</sup>. No acampamento, a população era sofrida, porém, “trabalhadora”, não tinha marginal ou bandido. Mas como em todo local, tinha aquela pequena porção que se dedicava a marginalidade, como em qualquer bairro de uma cidade. Ali não era um refúgio de bandidos. É por isso,

[que] esta visão jornalística é veementemente rejeitada por uma parcela da população desses locais, geralmente a mais politizada ou a mais militante, e suscita sua indignação [...] Os jornalistas são rejeitados pela população desses conjuntos que se vê ser fabricada, nas reportagens televisas e nos

---

<sup>19</sup> Por exemplo, na pesquisa que realizei nos jornais *O popular* e *O diário da manhã*, em diferentes períodos, notei este quadro depreciativo que a mídia projetava nos moradores do local, em cada lugar provisório de moradia que passaram (Ocupação Sonho Real, Ginásio de Esportes e Acampamento Grajaú). Cito os títulos de algumas matérias: “o perigo dos invasores”; “ações criminosas dos invasores”; “invasores implantam o poder paralelo”; “vizinhos da invasão reclamam do aumento da criminalidade”; “retirada dos invasores é irreversível”; “um abrigo para os indigentes da invasão Sonho Real: o ginásio de esportes”, invasores são removidos para acampamento; “três vítimas do crime no acampamento”.

artigos de jornais, uma imagem particularmente negativa do subúrbio. Longe de ajudar os habitantes desses subúrbios, a mídia contribui, paradoxalmente, para a sua estigmatização (Champagne, 1997: 64)

Para evitar estes estigmas (bandidos, marginais e criminosos) inculcados pela mídia, as pessoas tinham que pensar não naquilo que consideravam seus objetivos pessoais, a fim de “descolar um troco, roubando uma torneira ou um fio da casa que vai abrigar um colega de luta”. Pedia a quem conhecia os autores dos furtos, que os aconselhassem a deixarem esta vida. Prejudicar o vizinho, o próximo, era uma ofensa grave a Deus. Hoje pela manhã foi encontrado no acampamento as capas dos fios roubados (descascava-se os fios para vender o metal nos sucateiros (pessoas que trabalhavam com materiais recicláveis). Uma possível prova de que os autores dos furtos residiam no local. Segundo Américo “era muito egoísmo de meia dúzia querer prejudicar milhares”. Era preciso pensar no vizinho, “pensar na luta de quase três anos”. Para ele não se tratava de uma luta individual, e sim de todos. Naquela hora ficava nítido como Américo se utilizava dos enfrentamentos cotidianos, das reuniões, dos debates, enfim, dos rituais do “movimento” para cobrar daquelas pessoas “uma postura correta diante do mundo” (Souza, 1999: 142). Por isso, dizia ele:

...ao falarmos com a imprensa devemos ser cautelosos, medir as palavras, já imaginou se eu soltasse isso para a mídia, era o fim do Real Conquista, já imaginou se eu fizesse como a oposição. E meus colegas, eu falo de uma oposição interna, que para atingir nós da coordenação do movimento, fazem difamação da nossa luta para toda a sociedade (Filmado em 22/01/2007).

Diferentemente das críticas que eram feitas aos opositores externos ao acampamento, as críticas a seus opositores internos não se tornavam públicas (expondo nomes e fatos), e, portanto, não podiam ser respondidas abertamente, não havendo, como se defender delas. Elas corriam no interior do grupo, mas sempre à boca pequena – e de forma anônima. Atingiam diretamente a honra porque ao contrário das acusações e críticas voltadas para pessoas de fora, estas escapavam a essas regras, já que não eram contestadas (Heredia, 2006: 171). Não fazia parte falar mal de companheiros de luta que outrora estiveram juntos e, talvez, essa fosse mais uma razão para tais acusações e críticas não serem respondidas,

mesmo “quando aqueles que as sofriam sabiam perfeitamente de onde elas provinham”<sup>20</sup>. Torná-las públicas seria introduzir o conflito no interior do grupo abertamente (Palmeira, 2006: 171).

Américo finalizou a reunião anunciando minha presença entre eles para realizar “um estudo sobre a situação das famílias acampadas” – coisa que até então, não tinha sido feita publicamente. Ele pediu à todos que me recebessem bem em suas barracas, porque minha presença seria bom para eles. Falava-nos que eu divulgaria a sociedade que o “movimento” era organizado, e dentro do acampamento existia pessoas dignas, honradas. Ali não era um “mundo sem leis, entregue à marginalidade”. É por este e outros motivos que Américo, procurava acima de tudo, defender a boa imagem do local, em contraposição à de favela (ou outro termo qualquer que denote miséria moral e social) que tendia a se impor.

Por fim, mais uma vez, advertiu a todos os presentes sobre o que falariam para mim. Durante a reunião, além de Américo e o senhor, ninguém mais usou “da palavra”. Logo em seguida, ele pediu a Paulo (aprendiz de pastor) que conduzisse a oração final.

### **Liderança e política**

Durante o tempo que residi no acampamento, ouvi algumas versões sobre a trajetória de Américo como militante, iniciada com a atividade de apoiador político de Elias Vaz em seu primeiro pleito, concorrendo a vereador nas eleições de 2001. Nesta eleição Américo e Elias Vaz, lutavam pela causa dos “perueiros”<sup>21</sup> (bandeira do candidato), filiados ao Partido Verde. Com a vitória de Elias Vaz, Américo (nesta época se dedicava ao ofício de perueiro) tornou-se um dos coordenadores do Sindicato do Transporte Alternativo em Goiás.

Uma das primeiras medidas do vereador Elias Vaz foi levar a Câmara de Vereadores de Goiânia, um projeto-lei para regularizar o transporte alternativo na cidade, que até então “rodava” na ilegalidade. Votado e aprovado, durante os anos de 2002/03 as *Vans* (veículo utilitário que transporta até 16 pessoas) competiam com o transporte coletivo da capital, administrado pelos governos estadual e municipal.

---

<sup>20</sup> De forma velada Américo referia-se à entrevista de Tereza a um jornal. Nesta ela o acusava de usar a “luta dos sem-tetos” como trampolim para sua carreira política, de usar o dinheiro do movimento para “viver com conforto” fora do acampamento.

<sup>21</sup> O movimento dos perueiros consistia-se de proprietários de veículos do tipo *Van* que faziam concorrência ao transporte coletivo da capital goiana, levando pessoas para os mais variados trajetos pagando o mesmo valor de uma passagem de ônibus coletivo. Ambos tinham uma *Van* e trabalhavam como perueiros.

Em 2003 o governador proibiu a circulação das *Vans*. A decisão segundo este chefe executivo baseava-se em um laudo realizado por engenheiros, arquitetos e urbanistas que apontava os problemas de inchaço da malha rodoviária devido ao aumento do número de veículos de médio porte (cerca de 1.500 *Vans* no centro da cidade).

Nos anos de 2003/4 Elias Vaz e Américo, junto com estudantes da UFG e ativistas do CMI levaram a causa dos perueiros adiante, porém, após sucessivos conflitos com a PM, não havia membros que desse coro a uma luta. Em 2004 (assim como na eleição passada) Américo era um dos principais apoiadores de Elias Vaz em sua candidatura a reeleição como vereador. Mais uma vez, o candidato saiu vitorioso.

Pouco antes do início do tempo da política (2004), Américo foi morar na Ocupação Sonho Real. No local tomou para si dois lotes. Em um construiu uma casa de alvenaria para a família, a mulher e duas filhas. No outro ergueu uma igreja, filial da matriz Luz para os Povos. Durante dois meses, se dedicou, exclusivamente, a igreja e diante da desorganização do grupo de moradores locais ele encabeçou a criação de um conselho coletivo, para levar encaminhamentos às lideranças locais.

No terceiro mês de sua permanência no local, vieram as tarefas políticas. Os líderes da ocupação, segundo ele, devido a certas picuinhas, não mais se entendiam. Depois desses desentendimentos ninguém respondia pela ocupação. Não havia uma liderança local, uma associação, ou um movimento.

A necessidade da criação de um movimento de luta, da nomeação de um líder e de um corpo administrativo em torno de uma causa social levou a convocação de uma assembléia geral com os residentes na ocupação que, unanimemente, elegeram Américo como líder do “movimento”<sup>22</sup>. Sua popularidade era notória como pastor e militante. Somavam-se as suas qualidades, dispor do domínio de certa linguagem e retórica política, adquirida ao longo dos anos que trabalhou ao lado do político Elias Vaz.

Paulo e Pé-de-boi freqüentavam a igreja coordenada por Américo e o apoiaram desde o início. Américo sabia dos anos de luta de Pé-de-boi no MST e não desprezou a vontade de trabalhar de Paulo. Os três residiam na mesma quadra, o que tornou a convivência entre eles bastante íntima. Eleito como liderança local, Américo, tratou de criar uma comissão

---

<sup>22</sup> Outras pessoas, inclusive, Tereza, reconheceu a importância de Américo para “canalizar” os interesses coletivos e o empenho dele para legalizar a primeira ocupação de terras que realizaram (cujo nome era “Sonho Real”) no Parque Oeste Industrial.

para cuidar das tarefas burocrático-administrativas da ocupação. Pé-de-boi e Paulo, foram eleitos homens de confiança (na gestão do empreendimento que realizavam) de Américo.

Em 2006 veio a candidatura<sup>23</sup>. Queria trabalhar mais pelo seu povo com o início das obras do conjunto habitacional e ajudar outros grupos a conquistar a moradia. Seu lema era: “um candidato de luta”. No pleito eram oferecidos cargos a deputados estadual e federal; governador e; presidente. Américo concorreu a deputado estadual, Elias Vaz governador e Heloísa Helena presidenta da república (todos pela coligação PSOL, PCB e PSTU). Paulo e Pé-de-boi eram os principais apoiadores da campanha. Durante a disputa o acampamento foi palco de visitas dos três candidatos ora juntos, ora separados. O local funcionava como uma espécie de vitrine da coligação. Ao final da eleição, nenhum deles foi eleito.

Para Américo a base da política é a ajuda. Disse-me certa vez que ficaria “realizado caso se tornasse um político para ajudar um número bem maior de pessoas”. Fazer política para ele tinha como sinônimo “ajudar”. Nas conversas que tivemos, em reuniões e atos de protesto que participei, os pronunciamentos dele – que gozavam de uma bela oratória – associavam as conquistas, geradas a partir da ajuda do “movimento”; histórias bíblicas; os eventos extraordinários, vivenciados pela coletividade como a ocupação, o despejo, a morte dos companheiros, a vida nos ginásios e; os problemas mais recentes ligados à transferência do acampamento para o conjunto habitacional.

Este breve trajetória de uma liderança nos inspira a pensar a diversidade de formas de ascensão na vida política. Independente dos motivos pelos quais Américo tornou-se um líder, o que observei era que alguém considerado por alguns como de fora se fez reconhecer como de dentro. A pretensão dele era falar em nome da comunidade, ser reconhecido pelos de fora e “projetar-se para dentro como se fosse da comunidade” (Heredia, 2006: 175). Sua condição de pertencimento era construída a partir de afinidades e era fundamental para o sucesso de sua gestão como liderança.

### **Militância e trajetórias**

Os casos que descrevi nos mostram que para estas pessoas ser militante é transformar o próprio trabalho em militância. Não se trata de abrir mão da vida que levam para viver o “movimento”. Vivem sua vida e o “movimento” como algo inseparável. Posso dizer que

---

<sup>23</sup> Ver santinho da campanha, conforme anexo II. O mesmo que fez Tereza romper com o “movimento”.



eles esperam o reconhecimento dos companheiros e também uma ajuda remunerada no fim do mês, para levar adiante a causa social pela qual lutam. Como me disse Pé-de-boi certa vez, “sem dinheiro e comida em casa não há ideologia que resista, foi por isso que saí do MST”.

Com isso, não tenho a intenção de dizer que se trata de um engajamento, puramente, de cunho econômico, e sim de um privilégio: transformar, o engajamento, a militância, em um trabalho remunerado. Em lugar de descrever um conjunto coerente e homogêneo de valores e práticas vinculado à participação dos indivíduos em determinado movimento, meu foco de investigação foi à apreensão da complexidade de lógicas postas em confronto nas dinâmicas de construção e de engajamento individual, nas respectivas causas e posições políticas defendidas. Seja ela da “ajuda” como um meio de se “fazer política” ou de como a “política” não se misturava a “ajuda”. Suas trajetórias e perspectivas de vida, mostrou-nos diferentes vias pelas quais ocorre o engajamento no intuito de levar adiante lutas, bandeiras, paixões, sonhos, projetos políticos e ideais.

Pé-de-boi no intuito de dar uma guinada na vida, ao ver a notícia da Ocupação Sonho Real na TV decidiu se juntar aos ocupantes. Comprou um lote e “cavou” uma oportunidade no “movimento”. Seus conhecimentos como militante do MST, lhe rendeu *status* entre o líder Américo, que lhe concedeu o título de homem de confiança – cobiçado no universo da honra. Foi por meio deste conhecimento que Pé-de-boi, tornou-se um dos principais cabos eleitorais de Américo durante a campanha e no acampamento, tornou-se um dos principais “homens do movimento” (termo usado por Américo para caracterizá-lo) responsável pelas demandas jurídicas, administrativas, logísticas e diplomáticas do local. Américo, Pé-de-boi e Paulo recebiam um salário pago pela AGEHAB para se dedicarem, exclusivamente, as tarefas que lhe eram delegadas pelos governos.

Paulo por caminhos similares se engajou no “movimento”. Porém, ele teve que trilhar outras vias para ser notado. Como não dispunha de um capital que o tornasse atrativo para o “movimento”, estabeleceu outras relações com Américo, fora do universo “da política”. Dividia seu tempo entre os afazeres do “movimento”; as reuniões do PSOL – vinculação quase que obrigatória para os militantes, devido às relações entre partido e “movimento” e; a escola de homilética – curso para formação de pastores oferecido pela igreja evangélica “Luz para os Povos”. Por meio dessa tenra aproximação religiosa, Paulo tornou-se “bem

conceituado na lista de Américo”, que acumulava além do cargo de coordenador-geral um papel de líder religioso. Lembrem-se que na sede do “movimento” funcionava uma célula da igreja evangélica Luz para os Povos (do Pastor Américo). Paulo, assim como Pé-de-boi, contava ainda com o fato de ser um dos principais apoiadores de Américo durante o pleito eleitoral e ter morado na mesma quadra de Américo na Ocupação Sonho Real.

Paulo era um homem que estava associando conhecimento, formação e religiosidade para se distinguir da “massa”. Américo o nomeou para ser outro consultor nos assuntos que envolviam a transferência dos acampados para o conjunto habitacional. Enfim, viu-se livre da vida de trabalho braçal, ajudante na construção civil, para se dedicar a rotina burocrática do “movimento”. O que me parecia mais interessante nesses casos, era a conciliação entre o militância político e a ascensão profissional aparecer como algo perfeitamente possível (Pialoux, 1997).

Tereza tomou um rumo diferente de seus ex-companheiros Pé-de-boi e Paulo. Ela se sentiu traída com a candidatura da liderança local e, por fim, queria acabar com a função do movimento de negociar com os governos a construção do conjunto habitacional. Para isso atacava Américo publicamente com denúncias de que ele se beneficiava das arrecadações recebidas pelo “movimento” – doações da sociedade civil organizada – para custear suas despesas familiares. Acusava-o de utilizar “a luta dos sem-teto” como trampolim para sua carreira política, de “ajudar as pessoas para fazer política”.

Injuriada com a candidatura de Américo (2006) para Deputado Estadual pelo PSOL, procurou um padre da CPT que a ajudou a erguer a Associação de Mulheres – com recursos adquiridos via uma ONG italiana para a construção de uma tenda. Esta entidade custeava também despesas de projetos (palestras e cursos profissionalizantes). Seu sustento provinha dos lucros da confecção de roupas, que funcionava na associação.

Américo mesmo diante de tais críticas à sua gestão como liderança, conseguiu o apoio maciço dos moradores na sua candidatura a Deputado Estadual, além de ser nomeado pela população como representante do acampamento, em todos os assuntos ligados ao conjunto habitacional, construído seguindo as diretrizes do Programa Cheque Moradia. Misturando elementos de ordens diversas, ele pouco a pouco construía sua carreira política<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Sugiro ver Offerlé (1999) para uma revisão da literatura voltada para o problema das relações entre posição social, ingresso e carreira na política

Suponho que é com base nesse esquema fundamentado na religião e na ajuda, que são concebidas tanto as relações com seguidores e apoiadores, como sua própria concepção da política. Por isso, nessa perspectiva na qual os vínculos (com seus apoiadores e seguidores) existem com base em determinadas políticas sociais e valores religiosos, um dos principais componentes de sua posição política é a ênfase, “na prática”, em oposição àquilo que, em certos casos, é classificado como discurso vazio e ideológico.

\*\*\*

Neste capítulo, tentei mostrar as relações entre dois movimentos opostos que atuavam no acampamento. A segmentaridade ligava-se diretamente a uma concepção de política e de ajuda. Para uns, fazer política era ajudar pessoas. Para outros, a ajuda deveria acontecer fora da política, e não era certo usar a ajuda e as pessoas ajudadas como uma forma de fazer política. É este posicionamento que, de modo geral, levou a uma cisão do “movimento” e o transformou em dois: o Movimento Luta e Moradia e a Associação de Mulheres. Tentei colocar em evidência também que o conflito entre estes movimentos, se diluiu quando de uma situação considerada uma ameaça externa. Fiz comentários sobre como as regras estabelecidas pelo governo estadual para a execução do programa Cheque Moradia, gerou uma triangulação entre militantes, objetos de políticas sociais e a público que as usufrui. Espero ter ficado claro, que os militantes que pesquisei fazem do trabalho, a militância e vice-versa. Isto não os livravam de serem acusados de acumularem benefícios materiais e simbólicos, como disporem de veículos, terem salários, o falar bonito e outras coisas mais que os distinguiam dos demais moradores local.

No próximo capítulo descreverei a relação entre estes movimentos/militantes com o Estado, seus técnicos e políticos profissionais, ligados direta ou indiretamente ao Programa Cheque Moradia.

## CAPÍTULO II – POLÍTICOS E TÉCNICOS DO GOVERNO



Neste capítulo procuro mostrar como o acampamento e o conjunto habitacional, por se tornarem uma espécie de vitrine dos governos estadual e municipal eram freqüentemente visitados por políticos profissionais e técnicos do governo ora para inaugurarem obras ou mesmo visitá-las, ora lançando programas assistencialistas ou garantindo a sua existência.

Trazer a tona o trânsito de políticos, técnicos do governo e militantes tem implicações importantes. Penso que os relacionamentos entre estes atores é matéria da qual a política é feita cotidianamente. A essas relações estão associadas, entre outros elementos, a reputação de políticos e líderes locais. Suponho que do ponto de vista de autoridades políticas, esses encontros (de políticos, técnicos do governo e a liderança local como na imagem que abre esta parte), registrados e exibidos nos sites do governo estadual<sup>25</sup>, fazem sentido na medida em que são formas de divulgação de seus nomes e ações em favor do município ou estado.

<sup>25</sup> Acessar, por exemplo, as fotos publicadas em <http://www.noticias.go.gov.br/index.php?idEditoria=2199>.

Para a liderança que pesquisei o apoio de políticos e a associação de seu nome a realização de obras públicas (no caso, a construção do conjunto habitacional) era um meio através do qual ele buscava assegurar a divulgação de seu nome para além da localidade no intuito de construir sua carreira de luta<sup>26</sup>.

Meu objetivo é mostrar como “o mundo da política”, que envolve visitas de políticos profissionais, militantes e técnicos do governo, para inaugurar ou manter certos programas sociais ou mesmo reafirmar o que foi feito pela comunidade explícita como “um universo exterior, de fora, pouco conhecido e de difícil acesso, é feito de relacionamentos pessoais” (Palmeira, 2006). Ao focalizar situações em que estas visitas aconteciam, explícito também como certas pessoas constroem carreiras e empregos na política (Borges, 2003, 2005). Por isso, os encontros entre estes personagens e eu são o material etnográfico que me debruço neste capítulo.

### **Filas e documentos**

Era sábado. Nesse dia homens e mulheres caprichavam mais na “arrumação”: roupas eram lavadas, o piso varrido e aguado, cães tomavam banho, e aqueles que possuíam algum veículo como bicicletas, motos, carros e carroças, carrinhos de papeleiro, faziam um *check-up* em seus meios de transporte.

De repente, uma *Kombi* passou por mim. O *slogan* do governo estadual estampava as laterais do veículo. A vizinha que varria a porta de sua barraca, largou o trabalho doméstico e saiu correndo em direção ao automóvel. Curioso com estes índices de que algo diferente aconteceria segui minha vizinha e o automóvel.

A *Kombi* era da SDS, agência do governo estadual, que atua na captação de recursos para a execução de programas sociais. Quando olhei para trás uma multidão descia a rua seguindo o rastro de poeira da *Kombi*, que parou em frente à sede das decisões locais: a tenda do “movimento” – onde funcionava também a igreja Luz Para os Povos. Dois PM’s e duas mulheres desceram do carro. Pé-de-boi estava na porta do local. Cumprimentamo-nos e ele foi em direção a estas mulheres. Os policiais, rapidamente, desceram várias caixas de leite e algumas cestas de pães e as acomodaram em um canto da tenda. Todos os presentes já sabiam qual era a benesse estatal. Só não sabiam quais os requisitos para ganhá-lo.

---

<sup>26</sup> Como já foi dito, quando o interpelei, certa vez, sobre os motivos pelos quais ele decidiu se candidatar a respondeu-me que estava construindo “uma carreira de luta na política para ajudar as pessoas”.

Pé-de-boi saiu do local e caminhou em direção à rádio comunitária. Abriu-a, ligou a aparelhagem e anunciou os informes que uma das mulheres (que desceu da *Kombi*) lhe passou, escritos em um pedaço de papel. Ele anunciava que o governo estadual realizava “o dia do mutirão”. As agentes da SDS estariam cadastrando todas as crianças de zero a cinco anos para receberem 05 pães e 02 litros de leite, diariamente. Muitos que estavam presentes ficaram frustrados com o informe por não preencherem os requisitos anunciados. Aqueles que estavam aptos a pleitearem o benefício foram até suas barracas trazerem os objetos que lhes garantiriam a benesse: filhos e documentos. Formou-se uma fila a pedido dos policiais. Para cada filho cadastrado com êxito um protocolo era oferecido. Toda esta movimentação durou pouco mais de 30 minutos.

### **Um político em ação**

Voltava à minha barraca e dali seguiria até a de meu anfitrião, quando um caminhão de médio porte passou por mim. Muitos que acabavam de retornar de uma fila, se dirigiam novamente ao local. Ansiosos para entrar noutra fila e, talvez, fazer o primeiro cadastro do dia. Na porta do veículo notei o *slogan* da Fundec, agência administrada pelo governo municipal<sup>27</sup>. O homem que dirigia o utilitário perguntou a uma senhora que estava próxima, onde era conjunto habitacional. A senhora, respondeu-lhe com outra pergunta. Ela queria saber qual era o motivo da visita. Dentro do automóvel pairou um silêncio.

Pé-de-boi saiu da rádio comunitária em nossa direção (éramos uma multidão parados na porta da sede do “movimento”). Ao chegar foi logo cumprimentando as pessoas que se encontravam dentro da automóvel. Perguntou para o motorista o que desejavam. O piloto do veículo disse que cometeu um engano. O destino era o “Real Conquista”. A prefeitura entregaria cestas básicas às famílias capazes de comprovar que possuíam rendimentos mensais inferiores a dois salários mínimos. Pé-de-boi se afastou e ao pé do ouvido parecia passar alguma instrução a Paulo que acabava de chegar. Logo após se aproximou mais uma vez do caminhão. Iniciou uma conversa com as pessoas que estavam no interior do veículo, no intuito de convencê-las a deixar as cestas no acampamento.

---

<sup>27</sup> Penso que talvez o fato dos *slogans* governamentais estamparem os veículos utilizados em “serviços políticos”, incite a curiosidade e mesmo o senso investigativo dos moradores locais. A circulação destes automóveis indicando a presença do Estado, trata-se de um índice poderoso, para a população perceber a face pública e concreta da política.

Naquele momento, ele expôs seu “modelo de competência para a justiça” (Boltanski, 1990). Registrei em meu diário de campo:

Pé-de-boi disse ao motorista da *Kombi* que o pessoal da comunidade precisava mais das cestas básicas do que os moradores das casas. O pessoal que estava no conjunto já tinha aliviado muito o sofrimento, por estarem debaixo de um teto de alvenaria. Ele falava que os políticos, às vezes, se esqueciam deles. Era por estas e outras razões que a eles iriam eleger um vereador, no próximo ano, “da comunidade” (Américo). Aí teriam alguém para falar por eles, “de cima”. Alguém que tomaria decisões, que olharia pela saúde, pela educação, pelo trabalho. Alguém que trabalharia exclusivamente para a comunidade. Pé-de-boi suplicava ao motorista. Dizia ele: “o que custa amigo” [dirigindo a pergunta ao motorista]? Seria um favor, uma ajuda ao próximo. Afinal de contas aquele dia não era o tal “dia do mutirão”, “dia de ajudar os outros”? O motorista disse que as cestas básicas não tinham nada a ver com o evento da prefeitura. Ali era coisa do governo estadual<sup>28</sup> (Extraído do diário de campo, p. 20, dia 22/01/2007).

Enquanto Pé-de-boi tentava convencer técnicos do governo a distribuírem o benefício no acampamento (uma conversa que durou aproximadamente 20 minutos), Paulo ligou para um vereador da cidade de Goiânia – instruído por Pé-de-boi durante a conversa ao pé do ouvido que tiveram – para fazer contato com uma pessoa política. Pouco depois, Pé-de-boi anunciou a chegada do vereador Elias Vaz<sup>29</sup>: “recebemos uma graça. Tenho certeza que ele vai resolver o problema, se ele não puder ninguém mais pode”. A aparição do vereador, profetizada nas palavras de Pé-de-boi (um evangélico fervoroso) deu-se de maneira triunfal.

Mais tarde, quando Paulo e Pé-de-boi contaram-me que a conversa entre Pé-de-boi e técnicos do governo foi uma “estratégia para ganhar tempo”, entendi porque rapidamente um político apareceu em cena. Pé-de-boi não tentava convencer os técnicos do governo. Paulo dizia que o feito era uma jogada do “movimento”, para se fazer justiça. Utilizavam-se desse método quando a situação necessitava um político, mas um político poderoso, capaz de tomar decisões, influente e articulado. Como nos fala Heredia (2006) ser portador desses atributos já implica ter poder, qualifica-o também para fazer mais e mais favores, tornando-

---

<sup>28</sup> Boltanski (1990: 53-109) propõe a construção de modelos de competência, já que vivemos em uma sociedade crítica, “en el sentido que todos tienen acceso aunque en grados desiguales a recursos críticos y los utilizan de un modo casi permanente en el curso ordinario de la vida social” [...] “Hablar por las cosas conduce siempre a trascender la propia singularidad para ascender a un nivel más elevado de generalidad que incluye a otras personas”.

<sup>29</sup> No capítulo anterior, mencionei alguns aspectos da trajetória de Elias Vaz como político profissional. Suas vinculações partidárias (PV e atualmente PSOL) e os mandatos do mesmo, como vereador da capital (2001-2004) e (2005-2008).

o poderoso. Para eles tinha certas coisas que só um político era capaz de resolver. Paulo me dizia que Américo sabia se relacionar muito bem com os políticos. Mantinha contatos com vereadores, deputados e ministros. Os acampados não podiam se queixar. O “movimento” não deixava escapar recursos e benefícios que ajudavam a comunidade.

Elias Vaz (na hora do telefonema de Paulo, estava em um bairro próximo: o Grajaú<sup>30</sup>) tinha prestígio e popularidade entre as pessoas do local. Como Paulo nos disse: “ele sempre foi uma pessoa do nosso lado. Nunca abandonou a luta. O acampamento a gente deve, em parte, a ele e outros políticos do Fórum de Apoio e da CPMI”. Pé-de-boi complementava o argumento de Paulo, narrando a nova conquista do vereador para os “sem-teto da cidade”.

Durante meses, este político participou de plenárias e assembléias gerais para discutir um projeto de sua autoria junto à câmara de vereadores. Em linhas gerais o projeto-lei seria uma garantia de arrecadação de um fundo monetário dedicado à construção de moradias para populações de baixa renda. Em janeiro de 2007 sua proposta foi aprovada e anexada ao Plano Diretor de Urbanização de Goiânia.

O vereador como todo político que se preze desceu do carro e cumprimentou a todos. Alguns diziam se tratar de uma “pessoa gente boa, humilde e muito trabalhador” e por isso o consideravam um “bom político”. Não tinha “frescura” em pisar na terra, e acordar cedo para trabalhar. Um senhor ao meu lado, falava que tinha visto ele até tomar café na barraca de um amigo<sup>31</sup>. Estas conversas que ouvi, me lembravam os comentários de Chaves (1996: 14) sobre a pessoa política em Buritis-MG, onde “o político é um entre muitos, mais um no meio do povo, com ele se mistura, embora sem com ele se confundir”. Por mais que muitos atestavam a proximidade e simplicidade do político, o jeito de falar, os trajes sempre bem passados e vistosos, o diferenciava da multidão, embora se misturasse nela. Na ocasião acima o político se erige como uma pessoa prestigiosa, detentora de poder, talvez, pelo fato de expressar consideração pelos demais. Sua qualificação de “bom político” e “boa pessoa” inscreve-se na sua atitude prestimosa, na sua disponibilidade em ajudar, fazer-se próximo e em demonstrar não ter orgulho de colocar seu carro na terra e sujar a sola de seus sapatos

---

<sup>30</sup> O nome do local deve-se, como ouvi, a referência mais próxima: o Conjunto Habitacional Grajaú. Para um de meus colegas, foi por acaso que escolheram Acampamento Grajaú. De tanto repetirem para as pessoas de fora como se chegava na localidade. Nestas horas sempre diziam: o acampamento fica perto do Residencial Grajaú. Depois de um tempo, explicavam assim: o Acampamento Grajaú, fica próximo ao Bairro Grajaú.

<sup>31</sup> Como apontou Kuschinir (2000) em sua pesquisa sobre a rotina de vereadores na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a visita é um símbolo dessa integração e faz com que o político, se sinta mais próximo do ideal de pertencimento que, segundo sua própria visão, é vital para o êxito de um mandato.



da cor local. Nota-se aqui como em Buritis-MG, que a pessoa não é apenas uma categoria socialmente investida de valor moral, possui um significado na vida política. É exatamente o conteúdo significativo da pessoa (como uma categoria social) que confere ao emprego político, eficácia durante ou depois da eleição.

Votemos ao evento. Serenamente, o político dizia que as cestas básicas não sairiam do local. No caminho ele ligou para o diretor da Fundec pedindo para que a secretaria fosse solidária com a localidade. O vereador fez uma ligação e entregou o celular ao motorista. Assim que desligou o telefone ele olhou para o rapaz e disse: “pode começar a descarregar as cestas, não pode”? O rapaz falou um sim tímido diante da euforia dos presentes. Alguns gritavam: “esse é nosso vereador”.

Neste caso, cabe salientar que,

legitimando-se o político no papel de distribuidor a função pública não é tomada como uma delegação, mas como uma investidura. Segundo a percepção local, ela possibilita o acesso aos recursos públicos e à autoridade sobre sua distribuição, tornando-os por concessão, favores. A posição que o político ocupa garante-lhe um *status* especial. Ele é percebido como uma espécie de funcionário do governo. Capaz de agenciar os bens públicos (Chaves, 1996: 08).

Onde a prática política confunde-se com favores e obras, a idéia de “política” como ação do Estado, como ação impessoal dos poderes públicos para atingir uma determinada finalidade, associada “ao bem estar da comunidade, é algo de difícil equacionamento, quase impensável” (Palmeira, 2006: 145). Ouvi de algumas pessoas comentários falando sobre a confiança que depositavam naquele homem (político), trabalhador, que não tinha preguiça de sair de sua casa, para ir trabalhar, “fazer política”.

Nestas situações, percebemos como a confiança de um cidadão no político, passa “pela sua capacidade de prestar favores, de dar assistência, de beneficiar a comunidade, de cumprir as promessas feitas ou o que é entendido como promessa” (*idem*, p.144). Além disso, o fato de atender ao pedido de Paulo em nome da comunidade, não se trata apenas de saldar uma dívida (uma promessa ou algo assim), e sim de reforçar o vínculo, instaurando uma nova prestação. Com isso, noto que o político não é apenas um canal inócuo (um *elo*), e sim um processador de diversas lógicas envolvidas que sintetiza e elabora pontos de vista, criando soluções e projetando-as em ações eficazes.

Resolvido o conflito Elias Vaz pediu a Paulo que levasse as mulheres (que desceram do veículo) até a sede do “movimento” e lhes arranjasse mesas e cadeiras. O altar (utilizado para celebrar cultos religiosos) transformou-se em um guichê governamental. Neste, as mulheres anunciavam os documentos necessários para pleitear uma cesta: comprovante de residência (o protocolo da AGEHAB). Estavam excluídos da seleção aqueles que recebiam outros benefícios dos governos – como renda cidadã<sup>32</sup>, bolsa família, bolsa escola etc. Era preciso um comprovante dos rendimentos mensais. Aqueles que não possuíam meios para comprovar este item, o governo disponibilizaria uma ficha cadastral, na qual a pessoa que pleiteava o benefício público deveria atestar sua penúria com uma autodeclaração de quanto arrecadava por mês. Esta movimentação foi rápida.

Neste contexto, a política é entendida, principalmente, como um meio de acesso aos recursos públicos, no qual o político atua como processador entre a comunidade e diversos níveis de poder. As pessoas que participam dessas redes, seja como eleitores em potencial, seja como políticos, nunca concordariam com os acadêmicos que considerassem suas ações um mero “clientelismo”. Do ponto de vista “de uma antropologia da política”, os políticos não estão “privatizando bens públicos” (para usar a definição clássica de clientelismo); ao contrário, os políticos profissionais viabilizam o acesso a bens e serviços a pessoas que não os teriam de outra forma.

Como se coloca, então, “a antropologia da política” ante a questão da democracia? Se nos basearmos em princípios conceituais, as relações de troca que mencionei são um grande desserviço. Entretanto, como intelectuais, temos que evitar que nosso desejo de melhorar a qualidade da democracia interfira na forma como coletamos e interpretamos os dados frutos de pesquisas etnográficas. Senão, ficaremos perpetuamente rotulando as pessoas em vez de tentar compreendê-las. Para lembrar das palavras de Peirano (2006), esses mesmos rótulos operam segundo lógicas de poder da academia ou até lógicas de poder mais amplas. Assim, o mesmo fenômeno classificado como máquina política nos EUA, torna-se “clientelismo” na América Latina, ou “serviços aos eleitores”, na Inglaterra. Ou para citar Borges (2005: 22):

[As] interpretações diádico-clientelista calcada nas noções de *brokerage* ou o par padrão-cliente sustentada nos primórdios de uma antropologia de fenômenos políticos nos Estados nacionais que se seguiu ao *boom* dos estudos antropológicos da política nas ditas sociedades primitivas *ressalta* a

---

<sup>32</sup> Mais adiante explicito o funcionamento deste programa assistencialista do governo estadual.

distância entre as práticas e representações nativas em relação ao parâmetro eurocêntrico [...] Esses autores ao sugerirem o clientelismo no Mediterrâneo, garantiam uma posição politicamente esclarecida de seus próprios países (notadamente Inglaterra, França e E.U.A).

Passado o fim de semana, presenciei uma situação intrigante na sede do escritório da AGEHAB que funcionava no local.

### **As mulheres contra [Dora] o Estado**

Dada as regras para a execução do programa “Cheque Moradia” fez-se necessário a AGEHAB estabelecer um ponto de atendimento no acampamento, devido (i) ao número de beneficiários no local, 1.270 famílias (ii) a dificuldade de locomoção dos moradores locais até a AGEHAB (falta de transporte coletivo e a distância do acampamento ao centro da capital, onde se localizava a sede desta agência governamental. Por isso, o governo decidiu deslocar – enquanto durasse o trabalho de cadastrar, analisar documentos e transferir as famílias do acampamento para o conjunto habitacional – uma equipe de técnicos para o local. Esta equipe técnica era composta por três pessoas que trabalhavam em uma barraco de madeira, construído ao lado da rádio comunitária (que raramente funcionava) próximo a Associação de Mulheres e a sede do “movimento”.

Das vezes que estive no escritório da AGEHAB, que funcionava três dias na semana, presenciei fatos interessantes para pensarmos a triangulação entre um governo em exercício suas políticas sociais e o público beneficiado. Focalizo uma situação específica, ocorrida em uma destas visitas a sede da AGEHAB no local.

Certo dia, Pé-de-boi me apresentou aos funcionários que trabalhavam no ponto da AGEHAB. Dora, Robson e Francisco eram seus nomes. Naquele dia, ele logo que terminou as apresentações, deixou-me ali e disse que precisaria resolver certos problemas ligados a documentação de alguns acampados. Dora, ofereceu-me um copo de café. Aceitei, sentei-me (o local possuía duas mesas, cadeiras) e iniciamos uma conversa. Perguntei a ela qual era seu trabalho. Explicou-me que seus colegas e ela realizavam um “trabalho social” com os moradores locais: os ajudavam a conferir documentações, encaminhavam pessoas para consultas nos postos e hospitais de saúde da capital e; entregavam para os beneficiados o contrato, garantindo a posse provisória do imóvel no conjunto habitacional. Os homens, Robson e Francisco, saíram para trabalharem em uma enquete sobre as uniões matrimoniais

recentes. Dora e eu continuamos nosso diálogo. Ela me contava como havia arrumado seu emprego de “assistente social” na AGEHAB.

Dora foi contratada na AGEHAB como assistente social, com a ajuda de um político para quem trabalhou como cabo eleitoral no pleito de 2004. Eleito, o companheiro de curso (formaram-se juntos) lhe arrumou um cargo comissionado. Quando foi agraciada com este emprego, em janeiro de 2006, a chefe das assistentes sociais da AGEHAB lhe designou para trabalhar com os moradores do acampamento.

Conversamos ainda sobre o trabalho dos militantes Pé-de-boi, Paulo e Américo. Eles colaboravam com o trabalho de técnicos, realizavam enquetes mensalmente para saber o número de famílias que habitavam o local, divulgavam listas com nomes dos contemplados, fiscalizavam o trabalho de remoção (desmanche) das barracas de famílias que se mudavam para o conjunto habitacional, ajudavam os moradores com emissão de documentos como Identidade, CPF, Título de Eleitor.

Pouco depois, certas mulheres tomaram conta da cena. Faziam um estardalhaço. O grupo manifestante esbravejava que se naquele dia fulano mudasse, teria “pau”. Utilizando os meios que dispunham para protestar (gritos e papéis) as mulheres criticavam a máquina burocrática do Estado, personificada na funcionária da AGEHAB. Os papéis que portavam eram recibos de cadastros, contratos assinados e até um B.O contra uma pessoa que fora beneficiada. Dora, desesperada e aflita com aquela situação, tentava explicar à todas que se encontravam aglomeradas na pequena sala da AGEHAB – cerca de 1,5m<sup>2</sup> – que ela e seus colegas de trabalho, não tinham acesso e não influenciavam na lista de nomes que chegava. Dora falava: “vocês sabem, não tenho poder para alterar a lista ou dizer quem pode ou não mudar. O que vocês ganham me torturando com isso”.

Dora assim como a senhora Pascale (assistente social que trabalhava em um conjunto habitacional no “subúrbio” francês) entrevistada por Bourdieu, esbarravam em obstáculos encontrados em qualquer ação social:

A resignação de indivíduos desmoralizados por uma longa série de fracassos e decepções e a inércia de uma administração atomizada e atomizante, confinada na rigidez de suas rotinas e pressupostos (“os casos”) e nunca tão inoperante a não ser quando põe em prática a democracia por ordem de uma “social-burocracia” tecnocrática. A assistente social só pode dar o que tem: a confiança e a esperança mínima para tentar encontrar uma solução (Bourdieu, 1997: 226-227)

Para mim, ficava claro como Dora,

refletia as contradições do “Estado” que são vividas, freqüentemente no mais profundo deles mesmos, como se fossem dramas pessoais: contradições entre as missões, quase sempre desmedidas, que são confiadas – principalmente, em matéria de emprego e habitação (Bourdieu, 1997: 215)

A solução que Dora encontrou, naquele contexto, foi explicar, de forma polida, como funcionava a confecção das “listas”. Dizia a todas que tal lista era gerada por meio de um *software*. Portanto, a ação humana não interferia no sorteio. Era perceptível no semblante daquelas mulheres, a desconfiança que tinham em relação à explicação da assistente social. Uma delas gritou: “Dora, você é o Estado aqui mulher, faça alguma coisa”.

Em meio ao comentário Dora continuou sua explicação nos dizendo que as mudanças para o Residencial Real Conquista, eram realizadas de acordo com os resultados adquiridos pela soma de agruras. Dentro desta operação matemática da miséria e do sofrimento (que fazia parte da engenharia do governo) somavam-se mais pontos famílias que apresentavam: (i) doenças contagiosas e/ou cancerígenas, (ii) portadores de necessidades especiais, (iii) elevado número de filhos, e (iv) pessoas da terceira idade sem parentes na cidade. Dora forneceu estes dados verbalmente dizendo que a prioridade era beneficiar, primeiramente, as famílias que se enquadravam nos perfis acima citados. Borges (2005a) em seu artigo “Sobre pessoas e variáveis: etnografia de uma crença política” descreve os meandros da engenharia social do Estado, para classificar, quantificar e qualificar as pessoas como aptas a pleitearem/receberem um benefício (um lote em uma cidade satélite do DF) oriundo de uma política pública usando categorias muito próximas.

As mulheres diziam que isto (esta engenharia social) “era balela”. Repetiam – todas ao mesmo tempo – que no local Dora respondia em nome do governo [o Estado], por isso, “ela tinha que fazer alguma coisa”. As manifestantes dispunham de provas (testemunhas e alguns documentos) que o fulano prestes a ser mudar era uma pessoa sozinha, portanto, seguindo as regras do programa deveria ser preterida. As mulheres falavam que era errado o governo passar na frente uma pessoa sozinha e deixá-las padecerem ali com os filhos doentes e os maridos alcoolizados. Algumas diziam que se Dora, não era capaz de resolver o problema delas, então queriam falar com alguém do Estado para fazerem uma denúncia e resolverem a situação. Tratava-se do caso de Índio, um senhor que morava sozinho. Não

negavam que ele tinha direito, já que estava na luta desde a ocupação. Porém, se sentiam ofendidas com o governo, por beneficiar alguém sozinho, que era considerado um paranóico no local, por se reconhecer como indígena, falar outra língua (guarani), e contar grandes histórias de guerra (como a guerra das Malvinas) tendo-o como personagem central (digamos que o ponto de vista de um soldado sobre a guerra).

Índio, tinha uma trajetória extremamente particular. Apresentaram-me a esta pessoa, dizendo que eu, ao escrever sobre o local, deveria conhecer uma das figuras mais notáveis daquele espaço. De fato, sua trajetória merece outra dissertação. Joao era o que constava, na lista do governo e em seus documentos. Este senhor não possuía sobrenome. Afirmava que era um indígena, criado em uma aldeia no Paraná. Porém, se autoidentificava como “Cinta-Larga” (uma população da região amazônica), nascido na cidade de Tamara-PR. Gostava de exibir que sabia falar em guarani (em uma visita, apresentou-me o nome das hortaliças e leguminosas de sua roça, em guarani. Além disso, tecia “teorias políticas” no intuito de explicar a ausência de seu sobrenome – para ele tratava-se de um erro da engenharia social do Estado. Convivi muito com ele, mas creio que deter-me em sua trajetória aqui, desviaria o assunto que focalizo.

Era contra um senhor aparentando ter mais de 50 anos – morava sozinho e tinha como ofício a atividade de perambular pelas ruas da cidade atrás de materiais recicláveis – que aquelas mulheres protestavam, reconhecendo em Dora a presença de um Estado vivido.

Refletindo suas experiências de campo, no Recanto das Emas-DF, no Hotel Popular-RJ e na África do Sul, Borges (2007) traz uma reflexão, apresentada em uma mesa-redonda na 27RBA, capaz de iluminar a situação descrita acima, sobre o Estado vivido:

essa conceituação vivida é importante para se perceber uma teoria sobre o Estado que não é exógena ao contexto estudado, mas que surge exatamente no exercício de um Governo [...] Passei a sugerir que o Estado não se trata nem de (i) uma arena vazia para encenações de poder nem de (ii) um conceito apartado da experiência.

Portanto, a fala daquelas manifestantes dizendo “Dora você é o Estado aqui mulher” revela-nos que esta instituição pode ser vista como uma rede, sempre aberta, de agentes e operações políticas. Este e outros eventos em campo ensinaram-me que o Estado (o que não

passa de um nome) trata-se de um conjunto de instituições e estratégias que se apóia nos mecanismos sociais mais cotidianos (Herzfeld, 1997: 34).

Por fim, Dora falou-nos (descobri depois que todas faziam parte da “Associação de Mulheres”) que “tinha mais o que fazer”. Ficar ali “batendo boca” não levaria a nada. Ela precisava trabalhar e cuidar da transferência de uma família que se mudaria naquele dia. E Joao seria removido no dia seguinte, como determinava o governo. Se o estardalhaço não parasse, ela contra sua vontade, seria obrigada a chamar a PM para acalmá-las. De repente um caminhão parou em frente ao escritório da AGEHAB. Dora passou a mão em alguns papéis que estavam em cima de sua mesa e pediu para que todas se retirassem. Ela faria a entrega do contrato de posse provisória do imóvel da família que esperava lá fora dentro do caminhão. O motorista da AGEHAB que levava Dora e os outros funcionários do governo ao local, estacionou o carro (com Robson e Francisco) poucos minutos depois do caminhão de mudanças.

### **Walter e Claudiene**

Dora, trêmula, pediu a Robson para fechar o escritório. Despediu-se de mim, entrou no carro e falava com Pé-de-boi ao celular. Dora diante a situação sentiu um mal estar, e por isso, chamou Pé-de-boi para acompanhar a transferência da família. Na ausência de Dora ou outro funcionário do governo estadual encarregado do acampamento, Pé-de-boi e/ou Paulo eram responsáveis em despachar os beneficiados para suas novas casas.

Na porta do escritório apenas uma mulher desceu do caminhão e me perguntou se eu era da AGEHAB. Disse a ela que não. Falei que era um estudante. Percebi que três homens e duas crianças ficaram dentro do veículo. Pé-de-boi logo chegou, cumprimentou-nos e me apresentou a Claudiene. Esta, simpática e bem humorada, convidou-me para presenciar a mudança para sua nova casa, pois já havia falado de meu interesse em acompanhá-la, antes de Pé-de-boi chegar.

Pé-de-boi, entregou duas folhas timbradas com o *slogan* da AGEHAB e pediu para que Claudiene as assinasse. Vejamos o conteúdo deste documento.

Autorização para mudança era o título. Logo abaixo, tínhamos o subtítulo: “termo de vistoria e recebimento do imóvel”. Nas linhas seguintes, nome do beneficiário, número da

da Carteira de Identidade e CPF. Depois, em caixa alta: RESIDENCIAL REAL CONQUISTA, seguido de um pequeno texto:

O Governo do Estado de Goiás junto com o Governo Federal e Municipal, através da AGEHAB com o Programa Cheque-Moradia, resolução 460-imóvel na Planta, concede a mudança para sua respectiva casa própria conforme endereço citado na Rua A, qd. 02, lt. 24. O proprietário fica responsável pelo próprio imóvel. Fica proibido qualquer alteração na estrutura física do mesmo, até a vistoria que será realizada pela CEF. Ainda, o beneficiário deve estar ciente de que o imóvel recebido não pode ser vendido, trocado, alugado ou emprestado nos próximos 08 (oito) anos e seu proprietário não poderá se ausentar por mais 15 dias do imóvel.

No final do contrato, a assinatura do presidente da AGEHAB, Álvaro Luorenço, a assinatura da assistente social, Dora, dois espaços para a assinatura das testemunhas<sup>33</sup> e um espaço reservado à assinatura do beneficiado. Para assinar, Claudiene (a titular) precisou apresentar Carteira de Identidade e CPF à Pé-de-boi (naquele momento cumpria a função de representante legal do Estado). Pé-de-boi mesmo conhecendo Claudiene “pessoalmente”, cumpriu as regras formais do Estado em ação ao pedir a ela seus documentos pessoais, naquele momento solene. Ela precisava “atestar a autenticidade de sua pessoa” (Peirano, 2006: 35), por meio do número de CPF e da cédula de identidade. Meu anfitrião disse a senhora que Dora a visitaria para lhe explicar novamente os termos do “contrato de posse provisória do imóvel”.

A entrega deste documento, era um ritual para conferir legitimidade ao processo de mudança, aonde pessoas alteravam seu *status* perante o governo: passavam de beneficiárias à beneficiadas do Programa Cheque Moradia. Quem pleiteava uma casa popular, mantinha com o governo uma relação estabelecida a partir de duas categorias que eram acionadas para diferenciar dois momentos distintos dessa relação. A primeira, “beneficiária”, indicava um período liminar, transitório. Trata-se do tempo em que as pessoas – após se cadastrarem em algum programa do governo – esperam o parecer do Estado no benefício demandado. O segundo termo, “beneficiado”, indica o fim do tempo de espera ou do período liminar. Período este em que o processo, a demanda, podia ser deferida ou indeferida pelos técnicos

---

<sup>33</sup> Certa vez, Pé-de-boi e um colega estavam no escritório da AGEHAB no acampamento assinando uma pilha de papéis. Curioso, lhes perguntei qual era o motivo de estarem ali assinando aquela “papelada”. O rapaz que acompanhava Pé-de-boi então me disse que aqueles papéis eram os contratos dos beneficiados com uma casa no Real Conquista. Pé-de-boi dizia que faziam isso para não empatar a vida dos novos moradores.



do governo. Para os residentes no acampamento, o fim da posição de beneficiária era o ritual da entrega do contrato de posse provisória do imóvel. Depois de assinar o contrato, e se tornar uma beneficiada, Claudiene, a família e eu partimos rumo ao Real Conquista.

O marido de Claudiene, cujo nome era Walter, e seus dois amigos, bebiam, cantavam e jogavam pétalas de rosas por onde o caminhão passava. Fui intimado a dar um gole na cachaça e acompanhar a melodia que entoavam em meio a tanta euforia. Para minha sorte, a mulher de Walter, dentro da boléia do caminhão, ralhava com ele, dizendo que eu era uma pessoa séria, “não estava ali para tomar cachaça e sim para estudar”. O marido ignorou o comentário da mulher e voltou a insistir em sua proposta. Com jeito, recusei a cachaça, e me juntei ao coro. Como não sabia a letra da música sertaneja entoada, apenas os imitava descompassadamente.

Percorremos uma longa estrada até avistarmos o Residencial Real Conquista. Walter chorava. Freneticamente, esbravejava que enfim depois de quase dois anos de sofrimento, avistavam “a terra de Canaã que Deus” reservou para eles (Claudiene era evangélica e o marido, para ela, ficava “em cima do muro”, já que não largava os pecados da carne como a “bebedeira”) depois de muita luta. Ele contava-me sua trajetória da Ocupação Sonho Real até o acampamento. No dia do despejo, estava trabalhando e soube do evento pela TV, na hora do almoço. Saiu correndo do trabalho e nem se preocupou se o patrão deixaria ou não ele se ausentar. Quando chegou na ocupação, PM’s cercavam a área e impediam a entrada de pessoas. Soube que uma parte das pessoas foram presas e levadas para averiguações no 20°DPG. Os demais que não foram presos, caminhavam rumo a Igreja Catedral. Tomou um ônibus e foi até lá no intuito de encontrar sua família. Segundo ele, a mulher aos prantos, relatava que teve a sensação de estar em uma zona de guerra.

Walter dizia que Claudiene comparava o despejo com as guerras que eles viam pela TV nos filmes e nos telejornais. Para o marido, a mulher ficou traumatizada: “não falamos da desocupação em casa, ela começa a chorar”. Walter contou-me que uma vez, durante um ato de protesto que o “movimento” organizou, o filho caçula de 10 anos ao ouvir o barulho de um helicóptero, fez xixi nas calças de medo, pois o som da aeronave o lembrou daquelas que sobreavam a ocupação lançando bombas de gás.

Desde a desocupação Walter se tornou um apoiador de Américo e tinha certeza que seria recompensado. Nos últimos anos ficou sem “trabalho fichado” para cuidar da moradia.

O sustento da família advinha de alguns “bicos” esporádicos e do programa renda cidadã<sup>34</sup>, patrocinado pelo governo estadual, que segue a mesma lógica do Cheque Moradia, onde os comerciantes que participam do programa podem pagar apenas seus impostos [ICMS] com o dinheiro recebido dos beneficiados. Depois desses anos vivendo para o “movimento”, não pretendia trabalhar lá fora, na “sociedade”, pois das últimas vezes que tentou procurar um emprego fora do acampamento, sentiu-se discriminado, pelo olhar, gestos, e os comentários em voz baixa a seu respeito, ao dizer que era morador do “Grajaú”<sup>35</sup>. Não queria mais ser alvo de humilhações. Sonhava em trabalhar no/pelo conjunto habitacional. Engajou-se na luta para conquistar um teto para a família. Teria que cuidar para ele não desmoronar. Não queria mais a ajuda dos governos, e sim um emprego fixo, para tirar do trabalho “o sustento da família”. Estava cansado de demonstrar suas necessidades, suas desvantagens históricas (Borges, 2005) para técnicos do governo como Dora.

Quando nós avistamos o conjunto habitacional uma paisagem exuberante se impôs. Walter filosofava. Para ele a “luta” havia se transformado em “Real Conquista”.



Foto V

---

<sup>34</sup> O “Renda Cidadã” é um programa assistencial do governo estadual que tem como principal objetivo atender famílias de baixa renda do estado. As famílias atendidas pelo programa são beneficiadas com R\$80,00 mensais que devem ser gastos exclusivamente com gêneros alimentícios, nos supermercados credenciados.

<sup>35</sup> Champagne (1997: 73), comenta situações próximas, ao entrevistar jovens de um subúrbio francês: “esses locais de moradia são apresentados como insalubres e sinistros, e seus moradores como delinquentes. Os jovens que procuram trabalho não têm mais coragem de dizer que moram no subúrbio mal falado pela mídia”.

Este “olhar de longe” – da lente de minha máquina fotográfica – me proporcionou uma visão de casas recém-construídas, de forma harmoniosa e simétrica, no alto de uma serra, cercadas de muito verde. Porém, esta paisagem exuberante, não apagava a arquitetura do conjunto que nos mostrava “como o mesmo foi planejado para ficar afastado das vias de circulação, isolado e separado do centro da cidade” (Champagne, 1997: 79).

Lancei tal comentário a Walter que em partes concordou comigo a respeito de minha fala sobre segregação social e espacial. Sobre minha visão de longe, que me proporcionou a impressão do conjunto pronto (harmônico e simétrico), como o enxerguei, ele explicava-me que de perto, tínhamos outra visão: “podia-se observar que tudo estava inacabado”. Falava-me que as obras não iriam parar tão cedo. Depois que as casas fossem entregues, viriam as “benfeitorias”: asfalto, escola, creche, posto de saúde, delegacia, praças, etc. Para ele, estas obras obedeciam o ritmo das eleições, portanto, estavam coladas aos mandatos políticos.

Passamos em frente à “fabrica de casas” que fica no começo da avenida principal. Ao lado do portão de entrada, um *outdoor* do governo, trazia as cifras gastas na construção do conjunto habitacional:

<p>Custo total da obra: <b><u>RS 45,2 milhões.</u></b></p> <p>Previsão de entrega do conjunto habitacional Real Conquista: <b><u>2008</u></b></p> <p>Número de casas: <b><u>2.470 casas</u></b></p> <p>Investimentos:</p> <p><b><u>RS 25,9 milhões provenientes do FGTS, Governo Federal (construção das casas)</u></b></p> <p><b><u>RS 14,2 milhões do Governo Estadual de Goiás (construção das casas)</u></b></p> <p><b><u>RS 5,1 milhões da Prefeitura de Goiânia (compra do terreno)</u></b></p>
---

O papel do *outdoor* era fornecer uma prova material de que – como nos fala Bourdieu (1996) – através da redistribuição, o imposto entra em um ciclo de reconhecimento da face pública e concreta da política. O mural tendia como quer uma leitura oficial, a corrigir as desigualdades da distribuição e, sobretudo, a produzir o reconhecimento da legitimidade do Estado. Por meio do *outdoor* o Estado se apresentava de maneira performativa, dentro da

proposta teórica de Austin (1962), na qual “dizer”, (por meio de imagens), “é fazer alguma coisa”.

Walter, olhando para o painel, dizia que ele e a mulher fizeram o curso e “ficharam” (aqui fichar indica fazer um cadastro, diferente das colocações de Tereza, sobre o “emprego fichado”, com carteira assinada, de um de seus ex-maridos) na fábrica. O casal aguardava na fila de espera para tentar trabalhar no local. Perguntei a Walter e seus colegas como funcionava esta fábrica.

Segundo ele, na fábrica, produzir as paredes de uma casa, era como produzir tijolo em olaria, ou seja, as casas eram construídas em série. Assim que um lote de paredes estava pronto, dois caminhões com guinchos saíam para montá-las. O alicerce; a solda das paredes (feita com cimento e areia); a colocação de telhas, portas e janelas; a divisão dos cômodos, a pintura e outros serviços ligados à parte elétrica e hidráulica, eram feitos por uma equipe – recrutada no acampamento e no Real Conquista, pela AGEHAB – a qual, Walter sonhava em fazer parte.

Os funcionários que trabalhavam na fábrica de casas, não precisavam ter experiência no ramo da construção civil. A AGEHAB e o SESI/SENAI forneceram cursos para todos os interessados. O pré-requisito para o preenchimento dos cargos oferecidos era comprovar residência no acampamento. A fábrica gerava mais de 300 empregos diretos, como consta no site da AGEHAB. Sem contar os empregos indiretos como vendedores ambulantes que faziam ponto na entrada do local, com a venda de espetinhos, cervejas, refrigerantes, sucos e salgados.





Fotos VI, VII, VIII e IX

Sáimos da avenida principal. Na rua o caminhão subiu e pudemos avistar a fábrica de casas ao alcançarmos o ponto mais alto do conjunto habitacional. Deste lugar, fiz as fotos (acima) com a perspectiva panorâmica que o local oferecia. Naquele instante as palavras de Walter sobre “o olhar de perto e o olhar de longe” fizeram sentido.

Ao nos aproximarmos da nova morada da família, os amigos de Walter começaram a soltar rojões, fogos de artifícios, de dentro da carroceria do caminhão em que viajávamos. Naquela hora, pude compartilhar com a família uma alegria exacerbada que radiava a todos os passantes.

Tratei de ajudá-los a colocar os pertences dentro da nova residência. Contei dez casas de cada lado da rua. Como a casa não era murada, os vizinhos do fundo cruzaram o terreno e vieram cumprimentar a nova família. O senhor, cujo nome era Vicentino, nos ajudou a descarregar o caminhão com os pertences da família. Walter o convidou para um churrasco.

Enquanto Claudiene e os filhos arrumavam a mobília na casa, Walter improvisou uma churrasqueira. Ele olhando para sua nova casa, discutia comigo as reformas que faria em breve.

Para Walter a casa era boa: dois quartos, sala, cozinha, banheiro. As telhas, portas e janelas eram de qualidade. O piso não era cerâmica, mas como disse Claudiene: “para quem tinha como piso a terra batida, seria um prazer encerrar o cimento verde”. Disse ainda que a nova casa possuía um defeito: “os tanques foram assentados no sol, sem um ‘puxadinho’ para se esconder”. O marido falou-nos que em breve resolveria a situação: do acampamento trouxe madeiras e telhas recicláveis (usadas pelo governo para construir as barracas) para

fazer um puxado até ter condição de construir a área como “mandava o figurino”, ou seja, de alvenaria. Olhando pelo quintal percebi que este tipo de construção era comum. Avistei dezenas de áreas construídas com telhas recicladas e paus roliços.

Em seguida, disse a eles que precisava ir embora, pois acordaria “cedo” no outro dia para ir ao evento homenagear Pedro do Nascimento e Wagner Gonçalves, mortos em 16 de fevereiro de 2005 durante a despejo da Ocupação Sonho Real.

### **Saudar os mortos: uma forma de “fazer política”**

Dois anos após o despejo do Parque Oeste Industrial, (16/02/07) aconteceu um ato em homenagem aos mortos, em frente à entrada principal da antiga Ocupação Sonho Real.

Dias antes Pé-de-boi dizia estar muito ocupado com os preparativos evento para não deixar passar em branco a morte de Pedro e Wagner. Estávamos no sofá de sua casa. Pé-de-boi explicava o trabalho dos bastidores, para realizar uma manifestação (pessoas, cartazes, a presença da mídia, políticos, agitadores). Falou-me que não estava satisfeito com o ato no Parque Oeste Industrial (em frente à antiga ocupação), diferentemente, de seus colegas que aprovaram o local da homenagem. Para ele o ato deveria acontecer no Real Conquista ou no acampamento. O evento não poderia acontecer em frente à antiga ocupação, pois aquela não era uma boa hora para chamar a atenção da mídia e “morder a canela do governo”. O feito podia atrapalhar a construção das casas, se aos olhos do Estado a manifestação fosse interpretada como uma provocação.

Evaldo, o motorista do “movimento”, que almoçava conosco achava que o ato deveria acontecer em frente à ocupação, porque no fim das contas “o Real Conquista saiu do papel graças a morte dos colegas. Estado, ONG’s e a mídia, não os notariam sem as mortes destas duas pessoas. Este fato, como Sigaud (2004) em seu artigo sobre as ocupações de terras no Brasil, os livraram de serem clientes dos programas emergenciais e pontuais do Estado. A morte de duas pessoas, foi fundamental para mobilizar o mundo da política, do Estado. Pé-de-boi concordou, porém, achava que o certo era fazer “menos barulho”. Sua proposta era algo “mais simbólico”. De todo modo, segundo ele, era bom mostrar para a população que o “movimento estava vivo”. O ato em homenagem aos mortos era uma forma de “falar aos políticos, para fazer política” pedindo agilidade na construção e entrega de todas as casas do conjunto habitacional.

Neste ato de protesto, Pé-de-boi ficou encarregado de anunciar o evento e gerenciar as tarefas demandadas na realização da manifestação como o aluguel de um trio elétrico, o encaminhamento do ofício (à empresa de transportes coletivos) expedido pelo vereador Elias Vaz (em nome do PSOL), concedendo a responsabilidade pelo pagamento do serviço ao partido pelo uso de dois ônibus coletivos para transportar os moradores do acampamento até o local do ato. Paulo cuidaria das faixas, inclusive, pensar o conteúdo destas e repassá-lo ao “letreiro” (pessoa que pinta faixas e *outdoors*). Américo contactaria a mídia, políticos e autoridades religiosas. Kilzes, sua mulher, seria a narradora do evento. Vamos a ele.

Apenas dois ônibus coletivos (fretados pelo PSOL), o carro do “movimento” (dirigido por Evaldo), dezenas de motos e outros veículos de passeio compareceram ao evento. Por volta das 09:00h. Paulo me dizia que no local não havia duzentas pessoas.

Homens, mulheres e crianças se aglomeraram em frente a avenida Pedro Ludovico, esquina com a rua das Magnólias (a principal via de acesso à antiga Ocupação Sonho Real). Os manifestantes avançavam lentamente rumo a rotatória da avenida. Em certos momentos formavam um bloco compacto. Em outros, o cortejo estirava-se, dispersava-se. À frente vinha os militantes mais aguerridos, como Américo, Paulo e Pé-de-boi. O líder, ostentava um megafone. Outros seguiam em desordem. Conversavam entre si. Um ar triste e sombrio era legível em seus rostos. A mídia compareceu massivamente. Jornalistas de diferentes emissoras perambulavam entre os manifestantes com filmadoras, máquinas fotográficas e “bloquinhos de anotações”. Tínhamos ainda os policiais e um trio elétrico, contratado pelo “movimento” para servir de palanque para os atos de fala que se seguiriam naquela manhã.

A movimentação para acomodar os manifestantes e posicionar estrategicamente as faixas de protesto, em locais visíveis para os passantes na rua, foi rápida. O “movimento” providenciou duas faixas com o mesmo conteúdo: “desocupação Parque Oeste, dois anos de morte e violência. Exigimos: punição para os culpados e desapropriação da área”. Pé-de-boi não gostou do conteúdo da faixa, como me relatou outro dia. Muitos reclamavam do calor e da demora para iniciar o ato. Américo era entrevistado e posava para fotografias (ao lado de parlamentares e autoridades religiosas), que no dia seguinte eram capa de alguns jornais locais. Na coletiva concedida aos jornais, Américo relatava o sentido daquele ato: pedir a punição dos soldados que atiraram nos companheiros e reivindicar a desapropriação

“daquela área sem utilidade” (servindo para fins de especulação imobiliária, ou seja, a área não estava parada do ponto de vista de seus proprietários) desde então.

O ato foi aberto por Kilzes, a mulher de Américo, que apresentava dados em relação aos mortos, feridos e presos no dia do despejo. Logo em seguida ela, chamou os políticos Maurício Beraldo-PT e Elias Vaz-PSOL (vereadores) e autoridades religiosas, Reverendo Elias Mayer e Frei Marcos Sassateli, a subirem no “palanque” – a parte superior do trio-elétrico. Ela solicitou também a presença de Américo, Paulo e Pé-de-boi. Pé-de-boi preferiu não ficar no palanque, pois esperava aflito, a chegada das mudas de palmeiras, que seriam plantadas na entrada da antiga ocupação em homenagem aos mortos.

Kilzes, enquanto isso, chamou o primeiro a discursar. O vereador Maurício Beraldo, disse que lutava desde o início de seu mandato político (2005-2008) para “baixar uma lei” que desapropriasse os donos de terras urbanas improdutivas. A constituição garantia esta ação. Para ela se tornar usual, era preciso empenho do poder público. Desde o despejo, trabalhava no intuito de desapropriar a área para construir nela, casas populares. Para ele o interesse de uma pessoa (dono da área) não poderia prejudicar a vida de milhares de outras pessoas que esperavam do Estado uma moradia popular.

Ouvi dizer de algumas pessoas que estavam próximas a mim – e pelo tom jocoso do comentário, não gostavam muito deste vereador – que o tal Maurício Beraldo nunca pisou no acampamento, e nem mesmo, na ocupação. Ali, segundo alguns, não era hora de fazer política, “tinha um tempo certo pra isso”. O evento era para lembrar a sociedade goianiense a truculência da PM naquele dia, que culminou na morte de duas pessoas feridas letalmente por armas de fogo. Como coloca Heredia (2006: 141):

Se aos especialistas, que são os políticos, é dada a possibilidade de fazer política, ou seja fazer favores e obras a todo tempo, ou lembrar a população o que já foi feito, por meio de discursos; para a comunidade como um todo, há um tempo certo para a política, o tempo da política, a época da política ou simplesmente a política, identificada ao período eleitoral

Em seguida Elias Vaz agradeceu o apoio do movimento e do povo do acampamento. Disse que os manifestantes seriam sempre os primeiros de sua lista de prioridades enquanto perdurar seu mandato como vereador . Falou ainda que em momento algum deixou de estar ao lado do “movimento”. Acreditava na causa que eles defendiam. O conjunto habitacional



estava em construção, todavia, era preciso assegurar mecanismos de inclusão social para as famílias, garantindo equipamentos e serviços públicos de educação, saúde, transporte e, principalmente, geração de emprego e renda. Ele e outros companheiros batalharam muito para tirar o Real Conquista “do papel”, ou seja, do projeto, da planta. Elogiou o trabalho de Américo a frente do “movimento”, que participava ativamente de todo o processo para a execução do Programa Cheque Moradia. Américo era testemunha de que ele sempre esteve do lado do povo e do “movimento”. Nunca deixou de atender um chamado, não importava a hora e o dia (como descrevi no evento das cestas básicas).

Elias Vaz pedia para a multidão lembrar que ele caminhou lado a lado com eles para sepultar os corpos de Pedro e Wagner. Fez tudo que estava a seu alcance e até mesmo fora dele, para ajudá-los com a criação do acampamento e com a construção do Real Conquista. O político aproveitou o dia solene para anunciar um de seus projetos, n.2007000187, que denominava de “Wagner Gonçalves”, a praça situada entre as ruas RC19, RC42, RC44, localizada no Real Conquista<sup>36</sup> [Aplausos].

Depois o reverendo Elias Mayer lembrou-nos da ação truculenta da PM que a golpes de cassetete, retiraram mais de 2.000 famílias daquelas terras, no ano de 2005. Reiterou para a sociedade que no local não houve uma desocupação que seguia os princípios da lei. Para ele, houve um massacre, comprovado pelas mortes ocorridas durante o “evento militar” (o despejo). Já Frei Marcos Sassateli, coordenador da CPT em Goiás, falou de sua proposta para aquelas terras. Segundo ele, naquele local deveria ser construído um Parque de Lazer para trabalhadores.

Américo, foi quem mais se estendeu. Primeiro, deu “um recado às autoridades”:

que eles não *durmam de botina*, porque quando acordar pode ser tarde. Porque o povo revoltado ocupa de novo essa área para e não sairiam mais. Exigiam da imprensa, dos meios de comunicação, dois pontos: punição para os culpados e também a desapropriação da área... (Filmado dia 16/02/2007).

Continuou seu discurso, remontando “o ano da política” (2004) para lembrar a todos das promessas feitas pelo atual prefeito de Goiânia, Íris Rezende, de desapropriar a área do Parque Oeste Industrial. Lembrou ainda que o prefeito sinalizou que no fim das contas eles

---

<sup>36</sup> Consulte [http://www.camaragyn.go.gov.br/detalhes\\_vereador.aspx?ID=46](http://www.camaragyn.go.gov.br/detalhes_vereador.aspx?ID=46) para maiores informações sobre os projetos leis implementados pelo vereador Elias Vaz em seus dois mandatos.

sairiam vitoriosos daquela disputa. Fez questão de frisar também o compromisso de outro chefe do poder executivo, o governador de Goiás, que na época, prometeu não enviar a PM para retirar os residentes daquelas terras. Prometera, inclusive, que os ocupantes poderiam construir seus barracos de “tijolo e cimento”.

Passo a passo, Américo foi reconstruindo o dia do despejo, invocando os políticos, a polícia, os trabalhadores mortos e os locais de moradia que passaram até então. Terminou sua fala dizendo que:

Não podemos esquecer de muitos que ainda não tem casa. Por isso, nós pedimos que essa área seja desapropriada e que o governo construa casas populares. E também para a sociedade de Goiânia não esquecer, do dia 16 de fevereiro de 2005, da violência que aconteceu aqui para não acontecer com mais movimentos sociais (Filmado dia 16/02/2007).

Os presentes aplaudiram, estusiasmadamente, as palavras de Américo. Em seguida, todos desceram do palanque e se juntaram aos manifestantes para encerrar o ato. Pé-de-boi, que no início do evento estava aflito, parecia mais calmo, abraçado em um dos coqueiros. Kilzes – enquanto manifestantes cavavam buracos para enterrar os coqueiros – agradecia a presença de todos e pedia para eles não desistirem da luta.

Cada orador do evento, escolhido por sua notoriedade e reconhecimento em causas sociais,

dipunha de um capital pessoal de notoriedade e de popularidade – firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um nome, uma reputação, etc.) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição de aquisição e da conservação de uma boa reputação (Bourdieu, 2000: 191)

Por mais que este evento foi realizado, fora do “ano da política”, ele demonstra assim como apontou (Bezerra, 2006) que apresentar, publicamente os laços existentes com certos políticos, é uma maneira de uma “líderança comunitária” expor suas qualidades, como suas relações políticas e, com isso, talvez se habilitar para o exercício da “política profissional”, já que se apresenta como alguém que possui contatos com autoridades – “socialmente tidas como necessárias para aquele que se propõe a ocupar um cargo que estará em disputa no próximo pleito eleitoral” (*idem*, p.193).

Ao fim do ato, voltamos para o acampamento e conferimos a matéria no telejornal enquanto almoçávamos. No sofá da barraca de Pé-de-boi, ele e Paulo explicavam-me que “saudar os mortos era uma forma de fazer política”, para o “movimento” e para os políticos ligados aos governos municipal, estadual e federal.

Américo ao expor suas boas relações com o “mundo da política” (na gestão de uma entidade civil que representa milhares de pessoas junto aos governos municipal, estadual e federal na execução do programa Cheque Moradia) mostrava ser capaz “de fazer política para ajudar pessoas”. Pé-de-boi dizia que era com este espírito que planejavam a campanha de Américo. Divulgar boas relações com os políticos e sempre deixar claro o papel do “movimento” na efetivação de uma luta por direitos, era uma forma de projetar Américo para fora do acampamento, como um candidato de luta pela moradia que “cumpria o que prometia”, já que poderiam utilizar o Real Conquista como prova concreta dessa luta bem sucedida. Nas palavras de Paulo esta era uma “bandeira” que arrastava multidões.

Para os políticos anunciar que as obras do conjunto habitacional saíram do papel, divulgar seus projetos e suas intenções era uma forma de mostrar que – como bem disse Palmeira (2006: 140) – “a obra é a face pública da política, ao revelar o uso que é feito dos recursos públicos e ao assinalar, para qualquer entendedor a presença óbvia da política”. E aqui mesmo que uma obra – por exemplo, anunciar um projeto-lei – não seja propriamente materializada em benefício de uma determinada comunidade, ela garante, ao menos, certo compromisso do político com a localidade.

### **Políticas sociais e empregos na política**

Certas atividades aqui apresentadas (e levadas a cabo pelos militantes, políticos e empregados políticos) voltam-se “para a chamada inclusão social de pessoas que de outra forma ficariam à margem da cidadania e do cumprimento de seus direitos” (Borges, 2005: 119). Essa parcela da sociedade é nomeada de forma diversa na academia, nas agências governamentais e nas ONG’s: pobres, excluídos, pessoas em situação de risco social, classes populares ou classes trabalhadoras.

Muito já se produziu sobre os relacionamentos entre políticos, pessoas que recebem benesses do governo e os trabalhadores que fazem tais objetos oriundos de políticas sociais circularem. Neste capítulo, algumas colocações que pontuei a respeito das redes tecidas a

partir de relações entre políticos, técnicos do governo, militantes e os beneficiários do Programa Habitacional Cheque Moradia, baseiam-se, sobretudo, nas reflexões de Borges (2003, 2005a) a respeito de empregados e empregos políticos. Ao descrever certos aspectos da execução deste programa assistencialista, em especial, “o modelo” de relacionamentos sugerido pela AGEHAB – uma parceria entre os governos e entidade civil (“o movimento”) – percebi que certas faces concretas da política – cadastros, filas, documentos, protocolos, listas e obras – “deixam pegadas governamentais e não governamentais” (Borges, 2005: 119). Quero dizer com isso que para a execução de uma política pública o Estado dispõe tanto de funcionários públicos, como de “empregados políticos”. Isto implica dizer que o cumprimento de tarefas técnicas (na aparência, exclusivamente, de cunho burocrático) não se dá sem um ação politizada, da mesma intensidade.

Dora e outros militantes que trabalhavam no acampamento, eram exemplos de como isso acontecia. No caso desta assistente social, ela não era funcionária pública concursada. Possuía um cargo comissionado indicado por um político para quem trabalhou como “cabo eleitoral” nas eleições de 2004. Quando cheguei no local, ela era uma velha conhecida dos acampados, por ser vista como autoridade (o Estado em carne e osso) já que era vinculada diretamente à AGEHAB e usava um crachá desta agência estatal.

Noutros casos, por mais que um “emprego na política”, não dependia, diretamente, da posse ou exoneração de políticos profissionais, ele era fruto de relações entre uma liderança comunitária, técnicos do governo e políticos profissionais. Podemos citar o caso de Walter. Ele depois de realizar parte de seu projeto, a conquista de uma moradia popular, esperava ser recompensado com um emprego pelos anos dedicados a Américo, ao “movimento”. Não se queixava do líder, todavia, desejava mais. Um emprego na política, possibilitaria a ele realizar um trabalho voltado para a comunidade, o que lhe tiraria o rótulo “excluído”. É curioso, que este senhor, não esperava do “movimento” seu emprego na política, e sim de Américo, pois era para esta liderança que Walter dizia trabalhar esses anos todos. Vale aqui lembrar de Palmeira (2006: 174) ao analisar a relação entre políticos e os cabos eleitorais: “eles sempre dizem trabalhar para alguém, isto é, para um candidato em particular e nunca para um partido em geral”.

Quanto aos políticos se lhes é dado à possibilidade de fazer política o tempo todo, isto “pode significar saber distribuir, segundo diferentes critérios, os recursos de que se dispõe”

(Bezerra, 2006: 185). Tais recursos vão desde a inauguração de obras e programas sociais, até a simples tarefa de reafirmar o que foi realizado em prol de uma comunidade.

Decorre daí, por exemplo, que o vereador Elias Vaz, era sempre chamado tanto para resolver conflitos (entre moradores do acampamento e os governos) ligados a distribuição de objetos oriundos de políticas sociais, como para (re)afirmar o que já havia realizado pela comunidade – o evento para saudar os mortos. Na situação descrita (na qual o político usou de sua relação com uma pessoa que ocupava um cargo de confiança no governo municipal, o secretário da SDS) ficava claro como o “mundo da política”, visto como pouco conhecido e de difícil acesso é feito de relacionamentos pessoais. É por isso, que a confiança de uma pessoa em um político passa pela sua capacidade de prestar favores, de dar assistência, de beneficiar a comunidade e de cumprir o que fora prometido (Heredia, 2006). E segundo a população para ser um bom político, era preciso ser uma boa pessoa, não ter frescura em pisar – com os sapatos engraxados – na terra e, sair de sua casa, no final de semana para trabalhar, isto é, “fazer política”.

Estas reflexões me levaram a perceber como militantes, políticos, empregados na política e beneficiários de políticas públicas e/ou programas assistenciais, “sintetizam o Estado, a Política e o Governo” (Borges, 2005b). Assim como nos casos analisados por esta autora – de Aloísio, Silvano e Catarina que trabalhavam em um Hotel Popular-RJ – alguns dos quais apresentei, nos mostram como

o governo atualiza-se ou toma forma por meio de seus funcionários, cuja contratação se dá de modo geral após um envolvimento visceral como cabo eleitoral, isto é, como apoiador de um candidato durante as eleições [...] Os governos nada mais são do que o Estado funcionando, em movimento (Borges, 2005a: 115-119).

Assim é possível perceber como políticas governamentais – que proporcionam ações capazes de intervir de forma visceral na vida de pessoas que lutam por direitos – inspira

uma reflexão a respeito da validade de seguirmos, de forma derogatória, nomeando tais fenômenos como populistas. Essas ações governamentais voltadas para problemas sociais marginais, frutos da própria atitude deliberada do Estado [...] concomitante ao fim do *Welfare State*, fazem emergir uma intrigante questão que diz respeito a um aparente contra-senso de tamanho investimento público em programas de assistência social em um momento teórico e político que apregoa estarem tais obrigações

localizadas fora do âmbito de atuação dos governos, que devem se eximir de tais responsabilidades (Borges, 2005a: 116)

Tal perspectiva se confirma (para citar um dentre inúmeros exemplos) na ontologia *A miséria do mundo*, coordenada por Bourdieu (1997), na qual depois dos autores mostrarem a heterogeneidade de casos e pessoas situadas em diferentes posições sociais nos subúrbios franceses, dedicam uma parte do livro para falarem da “demissão do Estado”. Em um dos textos Bourdieu resume os anseios dos diversos autores que apresentam suas vivências com moradores e “trabalhadores sociais” destes locais:

Estamos vendo como a demissão ou a retirada do Estado determinou efeitos inesperados, em todo o caso, nunca desejados verdadeiramente, pois esses efeitos são de natureza a ameaçar, com o passar do tempo, o bom funcionamento das instituições democráticas, se uma política bem firme de um Estado decidido a encontrar realmente os meios para colocar em prática as intenções proclamadas não vierem com toda a urgência, a superá-los (Bourdieu, 1997: 223)

Justamente por reconhecer a qualidade etnográfica da obra, aposto mais na presença viva do Estado ao se manifestar concretamente nos relacionamentos entre pessoas situadas em diferentes escalas no universo das políticas sociais. Ao invés de enveredar em uma “sociologia da sociologia” (para usar um termo de Latour, 2004), penso que há muito “mais do que simplesmente “política neoliberal” nos casos em que os autores (de *A miséria do mundo*) apresentaram pontos de vista sobre a demissão do Estado: há poderes, *agencies*, processos, subjetividades, e toda uma série de variáveis cuja natureza fundamental e quase imperceptível exige mais e melhores teorias etnográficas (Goldman, 2006).

\*\*\*

No presente capítulo procurei relacionar dados etnográficos que tratam de encontros entre políticos, militantes, “empregados na política” e uma literatura sobre abordagens da política de um ponto de vista “nativo” no intuito de mostrar como este universo, que para o senso comum, é visto como exterior e muito pouco conhecido, é feito de relacionamentos pessoais. Tentei evidenciar que rotular estes fenômenos como clientelismo e/ou populismo,

nos afasta de entender como as pessoas percebem-nos. Posso dizer que o diferencial de uma “antropologia da política”, é mostrar que os políticos não estão privatizando bens públicos (uma definição clássica de clientelismo); ao contrário, os políticos viabilizam o acesso a bens e serviços a pessoas que não os teriam de outra forma.

Na próxima parte discuto o engajamento político dos empreendedores. Como coloca Boissevain (1987) estas pessoas são vistas como empreendedores que procuram manipular suas redes de relações para resolverem problemas e atingir seus fins.

As pessoas que apresentarei no último capítulo prestavam serviços aos governos e ao “movimento”, derrubando as barracas dos moradores do acampamento que eram agraciados com o objeto pelo qual se lutava: “uma casa popular”. Eles recebiam como pagamento por este trabalho (que evitava a entrada de novos moradores no acampamento) todo o material arrecadado com a derrubada das barracas. Parte destes objetos eram utilizados na reforma de barracas, daqueles que permaneceriam no local por mais algum tempo. Outra porção era vendida para lojas de materiais de construção de segunda mão. Percebi que estas pessoas recusavam a vida de apoiador político (funcionário administrativo-burocrático do “movimento”), por dizerem que “não gostavam de política”.

## **PARTE II**



### CAPÍTULO III – EMPREENDEDORES



Não tardou para que os primeiros raios do sol clareassem a barraca em que dormia<sup>37</sup>. Lavei o rosto escovei os dentes e saí até a rua. Passava das 07:00h. Na rua, encontrei Paulo e Pé-de-boi. Fomos até a sede do “movimento”. No local, Bola e Magrão aguardavam uma lista das barracas vazias daquelas pessoas que se mudaram ou em breve se mudariam para o conjunto habitacional. Os militantes do movimento, me apresentaram aqueles dois rapazes. Paulo foi cuidar da lista. Pé-de-boi deslocou-se até o centro da cidade de moto. Bola era um empreendedor local. Magrão seu sócio-gerente. Eles construíam, reformavam e derrubavam barracas. Para entendermos como a derrubada de barracas, era um trabalho social (do ponto

<sup>37</sup> Durante a realização do trabalho de campo, passei o primeiro mês, dormindo fora do acampamento. Como não conhecia ninguém no local, demorou até encontrar alguém que pudesse me receber em sua barraca como hóspede por algum tempo. Na quarta semana, depois da mudança de um senhor que eu tinha relações mais próximas ele pediu ao movimento que eu ficasse em sua barraca para realizar minha pesquisa. A partir daí passei a ter um “canto” no local. Ficou sob minha responsabilidade desmontar a barraca que gentilmente me foi cedida.

de vista daqueles que o executavam) fruto de uma “sociedade com o governo”, remonto o início da entrega das casas do Residencial Real Conquista.

A partir de dezembro de 2006, os governos municipal, estadual e federal, passaram a entregar as primeiras casas no conjunto habitacional e, concomitantemente, anunciaram o fim do acampamento em seis meses. Bola viu no processo de remoção de acampados para o residencial uma possibilidade de expandir o trabalho que fazia, devido as normas impostas pela AGEHAB para a entrega das habitações.

Algumas exigências foram estabelecidas para que os acampados se mudassem para o conjunto habitacional. Dentre as principais que ouvi falar: (i) beneficiados poderiam levar apenas seus pertences de foro mais íntimo, bem como, objetos e utensílios que compunham a mobília da casa; (ii) a barraca do beneficiado deveria ser totalmente demolida para que a mesma não fosse ocupada por outras pessoas; (iii) proibiu-se que os acampados retirassem objetos como madeira, lona e telhas<sup>38</sup>.

O “movimento” não sabia o que fazer diante das exigências impostas para prosseguir com a entrega das casas. O que mais preocupava o “movimento” era arranjar uma estratégia garantia de que o acampamento seria demolido na medida em que as novas moradias, no conjunto habitacional, eram entregues.

Bola acompanhou passo a passo o dilema enfrentado pelo “movimento”. Certo dia ele procurou Paulo. Falou-lhe que o assunto era muito sério. Ele queria marcar uma reunião com os militantes e técnicos do governo, para expôr seu projeto: uma sociedade entre eles (ele, governo<sup>39</sup> e movimento). Sua idéia era organizar uma equipe para demolir as barracas e auxiliar os moradores locais a despacharem seus pertences para o conjunto habitacional. Além disso, fiscalizaria a demolição dos prédios. A contrapartida pelos serviços oferecidos era o governo doar o material arrecadado na demolição, à equipe. Unanimamente o projeto de Bola foi aprovado pelo “movimento” e pela AGEHAB.

---

<sup>38</sup> Esta restrição não tinha muito efeito, mesmo que para os engenheiros fosse algo vital para a harmonia estética do conjunto. Lembrem-se do caso de Walter, que levava do conjunto madeira e telhas recicláveis para construir uma área de serviço para a mulher em sua nova casa. Inclusive, Bola era solicitado, freqüentemente, para realizar algum serviço do tipo no conjunto habitacional. Como descrito anteriormente, percebi diversas construções do tipo naquela visita ao conjunto.

<sup>39</sup> Bola usava os termos “governo” e “Estado” como sinônimo. Por isso, opto em usar apenas “governo” para indicar, neste caso, as três esferas do poder legislativo (municipal, estadual e federal). Quando me refiro, a alguma destas esferas, em particular, específico.

Depois de ler a tese Moura (2003) sobre os condomínios horizontais em Goiânia-GO passei a vê-lo como empreendedor no universo que pesquisei. A autora, ao comentar sobre o caso de Paulinho – um empreendedor do mundo dos condomínios horizontais – nos fala que o termo se articulam valores morais que têm a ver com certa concepção de pessoa cuja referência é a valorização do indivíduo que sabe aonde quer chegar, que enxerga boas oportunidades de negócios. Esta definição utilizada pela autora me fez colocar em simetria casos de pessoas e mundos separados e ao mesmo tempo próximos. Os empreendimentos são suas obras, através das quais eles se realizam e se mostram ao público.

Permiti-me a esta comparação seguindo as pistas de Bourdieu (1997: 161) ao escrever sobre o trabalho de campo com pessoas que residiam em conjuntos habitacionais franceses: “esses lugares de densa concentração de propriedades positivas ou negativas constituem armadilhas para o analista que, aceitando-os como tais, condenava-se a deixar escapar o essencial”. Para mim figuras tão díspares não podem ser bem compreendidas a não ser que os coloquemos e pensemos como ambos ocupavam posições elevadas em seus respectivos espaços de atuação.

Neste capítulo, os empreendimentos de Bola e Magrão (seus clientes, sua sociedade com o governo) evidenciou uma complexa rede de pessoas que viviam juntas, e mantinham distintos processos de se contabilizar a riqueza (bens materiais e relações), e de se fazer contratos de trabalho. Ser visto no acampamento como um empreendedor conferia a eles (i) amplas possibilidades de crédito no pequeno comércio local; (ii) suas barracas eram mais confortáveis que outras do local, por serem equipadas com varanda de lavar roupa, paredes de madeira, banheiro, piso de concreto, tanquinho de lavar roupas, TV, geladeira, sofá; (iii) tinham um trabalho remunerado que lhes possibilitavam ajudar seus companheiros.

O material apresentado nesta parte trata das duas últimas semanas de pesquisa. Tempo em que consegui uma moradia no local e passei a seguir outras pessoas no acampamento, a fim de evitar um ponto de vista único sobre o local.

### **Bola e Magrão**

Ao entrarmos em uma barraca a ser demolida – Bola, Magrão e eu – deparamo-nos com uma senhora que organizava, cuidadosamente, seus pertences. Quando meus anfitriões disseram que iriam demolir aquele edifício, a Tia disse-nos que já “tava tudo acertado”. Ela

havia se mudado para essa barraca porque na sua goteirava muito. Bola argumentou que se ela quisesse ficar naquela barraca, sua antiga teria que ser destruída. Essa era a lei: “uma família se mudava, uma barraca era derrubada”. A senhora contra-argumentava dando a entender que sua filha moraria em sua barraca antiga para ficarem mais próximas. Ela falou que seria assim. O marido da filha era violento demais. Esta era a chance que sua filha teria de se separar do “traste que ele chamava de marido, de largá-lo”. Bola que não estava a fim de discutir com a Tia disse para irmos à outra barraca.

Passava das três da tarde quando fomos à procura de mais uma barraca da lista que Bola trazia no bolso. Paulo e Bola traçavam seus itinerários a partir de uma lista ou melhor da mesma lista enviada pela AGEHAB ao “movimento” com o nome dos beneficiados com uma casa. As listas eram entregues na medida em que as casas eram construídas e acabadas. Chegamos juntos, nós e o “caminhão da mudança”. Bola, Magrão, Gilson – um conhecido que passava e eu – fomos de grande valia. O utilitário havia atolado no lamaçal formado com a chuva do dia anterior. Desatolamos o veículo e ajudamos a carregar a mudança. Uma chuva desabou sobre nossas cabeças.

Um rapaz, que Bola chamou de Vinícius, surgiu em cena reivindicando a barraca e os pertences que a ex-moradora deixara (um guarda-roupa e um aparelho de som). Dizia que a dona da barraca deu-lhe não só os objetos como a barraca para que ele fizesse uma reforma na sua, já que ele sabia que seria um dos últimos a ir para o Real Conquista, ou seja, que ficaria morando mais tempo no acampamento. Ele concordava com o fato de ser preterido, era jovem e cheio de saúde. Para ele os idosos e doentes deveriam ir primeiro. Bola para não estender a vendeta, decidiu deixá-lo desmontar a barraca.

De repente paramos embaixo de uma árvore (ícone) do cerrado: “um pequizeiro”. A chuva havia cessado. Bola propôs de ficarmos ali. Um banco de madeira nos esperava em baixo da árvore. Magrão acatou a idéia. Bola, lembrando da situação desagradável de ter que discutir com Vinícius para desmanchar uma barraca, se perguntava quando seria a sua vez de sair dali. Perguntei-lhe como foi parar na Ocupação Sonho Real e o que fazia lá para sobreviver. Contou-me, mais ou menos, o seguinte.

Bola trabalhava como “corretor de lotes em ocupações” em 2004. Casado, tinha três filhas. Para ele “tudo começou” quando foi até a ocupação negociar um lote. Era a primeira transação que iria realizar no local. Falou-me que os primeiros ocupantes trataram de cercar

a maior extensão de terra possível. Alguns os dividiam em lotes individuais de no máximo 10m<sup>2</sup> e os colocavam à venda. Dizia ele que foi assim que surgiu o comércio de lotes no local. Ele presenciou “lotes” trocados por uma garrafa de cachaça e outros por um carro. Ambos, de mesmo tamanho.

No primeiro dia que foi ao local, ele vendeu um lote por R\$150,00 e comprou outro, para si, por R\$100,00. Em menos de 10 dias ergueu um barraco de alvenaria (três cômodos e um banheiro “de fora da casa”) e tratou de buscar a família. Lá viveu como corretor até a desocupação, em 2005.

Continuou sua história dizendo que toda esta “correria da casa”, que envolvia as listas de mudanças, documentos, o “protocolo”<sup>40</sup>, ficava sob a responsabilidade de sua mulher.

Bola dizia que era sua mulher quem fazia essa correria – ele não tinha mais paciência. Enquanto ele cuidava do sustento da família, sua mulher era responsável pelo processo da casa. Em muitas casas que entrei, enquanto a mulher cuidava da barraca, dos filhos e do processo da casa, o homem trabalhava para manter o sustento da família. Esta, de modo geral, era uma das formas de divisão do trabalho que encontrei no local, onde ao pai cabe a função de provedor principal. E a mãe designava, além do trabalho doméstico, importantes funções de gerência do orçamento familiar, de responsável pela socialização das crianças e pelos relacionamentos com os técnicos do governo.

A elas são relegadas estas tarefas, em especial, os relacionamentos com os técnicos do governo, pelo seguinte motivo: segundo o que ouvi, os homens sofriam dos “nervos”, não tinham paciência. Não sabiam quando era hora de ouvir e hora de falar. Não aprenderam a linguagem do questionário. Atrapalhavam-se quando precisavam “responder direitinho” às perguntas dos técnicos do governo. Não sabiam esperar o nome sair na lista. Podiam ficar impacientes e pôr tudo a perder. Como me disse uma senhora, “não sabiam se relacionar”.

---

<sup>40</sup> Tal documento (protocolo) era, para Bola, uma espécie de contrato consensual – que o governo assinou – de suas futuras casas. Do ginásio aos dias em que ali estive, o protocolo (que trazia um código numérico e um nome) era guardado como o único e mais precioso bem que eles possuíam. Um tipo de amuleto ou bilhete da sorte que a qualquer hora podia ser premiado, além de funcionar como um tipo de documento de identificação das pessoas locais – lembrem-se, por exemplo, dos casos de cadastros nos “programas governamentais” apresentados no capítulo anterior. Peirano (2002) em suas reflexões sobre a cidadania nos fala que o documento, no caso um protocolo (uma folha de papel com um carimbo do governo estadual, onde se lê uma dezena de números) legaliza e oficializa a pessoa junto ao Estado. O documento “faz” um cidadão em termos performativos e obrigatórios.

Durante o trabalho de campo e quando escrevia o presente texto a todo o momento certas passagens da etnografia de Borges (2003) serviam de inspiração e fonte de constante comparação. Lembro-me bem da autora mencionar que certas pessoas que conheceu no Recanto das Emas-DF, perderam o benefício que pleiteavam por não saberem responder às perguntas como os demais membros de seu grupo. Tratava-se do caso de Lúcia que morava em um quiosque. Sua situação era peculiar em relação às demais observadas pela autora. Ela não morava em um barraco (na invasão) nem morava em uma casa. Lúcia disse à autora que não foi contemplada com um lote por não saber responder às perguntas dos técnicos do governo. No acampamento, era preciso além de saber responder às perguntas, não sofrer dos nervos. Os nervosos do grupo familiar não estavam aptos a manterem relações com o Estado (com os governos).

Neste contexto específico, têm sentido as interpretações de Duarte (1995) interessado em conhecer os processos de construção de identidades face à diferenciação acentuada das experiências no trabalho por que passava as classes trabalhadoras urbanas. Ao realizar esta pesquisa o autor despertou-se para um campo semântico cheio de significados: “os nervos, os nervosos e o nervosismo”. Trouxe a referência desta etnografia, *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras*, por se tratar de uma linguagem “comum” no acampamento. Muitas mulheres quando interpeladas sobre a divisão do trabalho em suas barracas, justificavam o fato de estarem à frente no “processo da casa” porque os maridos “sofriam dos nervos”. Tal categoria extrapolava o campo fisiológico ao se tornar um recurso que permitia as mulheres um *status* diferenciado (elevado) perante aos homens quando o assunto era relacionarem-se com o Estado. Elas eram mais controladas e concentradas, sabiam a hora certa de falar e responder. Tinham mais persistência. Qualidades inimagináveis para um homem que sofria dos nervos – tal pessoa era vista como alguém que não estava apto a se relacionar com os governos.

Além disso, como ouvi de algumas mulheres não era confiável deixar os homens tomarem conta do dinheiro do barraco. Ouvi este comentário, inclusive, da mulher de Bola, que tinha um cuidado extremado com sua barraca, que possuía piso de concreto, banheiro, pia para lavar roupa, tanquinho, um sofá para receber as visitas, TV, geladeira, dois quartos (um era reservado ao casal, e outro às pequenas, três meninas – 02, 07 e 11 anos).

Esta situação trata de uma diminuição da importância da figura masculina em favor da expansão do papel feminino. A chamada família matrifocal é, sem dúvida, uma realidade na organização social destas pessoas. Bola reconhecia o valor de sua mulher, para gerenciar os alimentos da família, cuidar do processo da casa, enquanto ele e outros residentes do local, tinham que se dedicar a pequenos biscates para garantir a renda ou um complemento dela.

Todavia, como presenciei em algumas situações, a mulher de Bola reclamava de sua falta de ambição. Falava incessantemente para o marido largar a vida de biscateiro, e galgar uma oportunidade no “movimento”, o que lhe renderia um trabalho mais estável. Bola dizia que não servia para trabalhar com política, aliás, não gostava de “política”, muito menos de trabalhar em escritório. Gostava mesmo era do que fazia: trabalhar para ele mesmo, ser o seu próprio patrão. Além do mais, se dizia neutro em relação às “picuinhas” entre Tereza e Américo – este comentário provava que a “segmentaridade” era explícita. Bola jamais se queixou de Américo e falava que o apoiou e o apoiaria novamente, no momento certo. Bola me lembrava Thiery, personagem apresentado por Christin (1997), na ontologia organizada por Bourdieu, *A miséria do mundo*. Durante uma entrevista concedida a pesquisadora, a mulher de Thiery o acusava de,

não desejar subir mais na hierarquia profissional, porque então ele estaria nos escritórios e não mais na máquina, como gostava. Françoise ficou um pouco irritada com esse interesse por demais exclusivo, mas ela encontrou uma justificativa, pois em contrapartida, ela conduzia a família como quer, decide sobre a educação das crianças, administra o orçamento, Thiery concordando sempre. Dele ela falava pouco, como se seu casamento estivesse na ordem das coisas, inevitável (Christin, 1997: 55).

Além do mais, discussões de um assunto político (por exemplo, uma candidatura) na qual estavam presentes amigos e colegas, se tornavam raras, pois muitas vezes acabam mal. Bola era generoso, prestativo, pronto a atender os gostos da família e era também sem meios termos, como diziam alguns, “pronto a explodir”. Como Magrão relatou-me certa vez, quando ele [Bola] falava de política, acabava fazendo declarações julgadas excessivas pelos outros, que provocavam um certo embaraço, às vezes até indignação”, com pessoas que ele tinha “consideração”. Pude perceber que Bola evitava falar de política, ou ao menos usar termo, para não suscitar desavenças inúteis com seus conhecidos.

Mais ainda, quando meus colegas diziam não gostar “de política”, ou de “falar sobre isso”, para evitar brigas e desentendimentos com seus pares, o que estava implícito era uma forma polida de mostrar como se fazia a pequena política da vida cotidiana, aquela em que uma pessoa social, precisava zelar de um nome, de uma reputação que implicava a “ética da honestidade” e de saber cultivar os relacionamentos pessoais e profissionais. Para alguns seguir esta filosofia, era um caminho para ser visto pelos outros como uma pessoa honrada, como um trabalhador que corria atrás, para afastar os estigmas da pobreza.

Nessa prosa longa, que me rendeu lições preciosas sobre a importância das mulheres, nos relacionamentos domésticos e governamentais, e também de como se fazia a política da vida cotidiana, vi o dia encerrar. Pela manhã acordei Bola para tomar café. Regado a café, pão e manteiga, Magrão e eu, ouvimos de Bola a história da firma.

### **A história da firma**

Poucos meses após se mudarem para o acampamento Bola e um antigo parceiro seu Beto – que já se mudou para o Real Conquista – começaram a perceber que haviam várias barracas desocupadas no local. Atento, Bola começou a frequentar o escritório da Secretaria da Cidade que funcionou apenas dois meses ali<sup>41</sup>.

Bola e seu parceiro perceberam as reclamações que surgiram com as barracas vazias, tais como: pessoas estranhas ao acampamento que usavam o local para desmanchar cargas roubadas; pessoas do local que aproveitavam o fato de encontrar uma barraca vazia, para implantar um parente ou conhecido, para assim, iniciar o pleiteamento de uma casa; entre outras coisas. Ao descobrir que a secretaria das cidades havia iniciado um levantamento para saber a quantidade de barracas desocupadas, passou a ir, diariamente, ao escritório da mesma na esperança de saber que barracas eram essas. Ou seja, na visão de Bola o pessoal desta instituição trabalhava.

A estratégia armada por Bola dera certo, “a gente puxava uma conversa aqui, outra ali e rapidinho ficávamos sabendo de umas duas barracas (a cada dia) que estavam vazias”.

---

<sup>41</sup> Certa vez, perguntei a Paulo porque uma sede desta agência do governamental funcionou tão pouco tempo. Respondeu-me que “lá não trabalhava técnicos e sim políticos”. Segundo ele, o “movimento” se revoltou contra os agentes que não prestavam um serviço técnico adequado às famílias e ofereciam ajudas financeiras aos moradores em troca de votos, durante o ano eleitoral em 2006. O caso mais grave foi à denúncia de uma menina que se dizia molestada por um agente da secretaria. Diante da acusação o “movimento” pediu o afastamento desta secretaria junto ao Ministério Público e preferiu deixar somente a AGEHAB atuar no local.



Bola e Beto, começaram a entrar em ação. De posse da informação que precisavam, saíam pelo acampamento afora em busca das barracas vazias. Desmanchavam-na no raiar do dia e a noite contratavam um caminhão para carregar a madeira até a cidade, para vendê-la em uma demolição<sup>42</sup>. O negócio ia bem, inclusive, tinham informantes no acampamento para apontarem as barracas desocupadas, após o escritório da secretaria da cidade fechar. O que afundou o empreendimento, para Bola, foi derrubarem a barraca de uma senhora que se encontrava fora do local – a dona da barraca ficou um mês hospitalizada. Bola disse que algumas horas depois que ele e Beto haviam desmanchado o barraco, a polícia bateu em sua barraca. Estava com o “prato de comida” na mão. Os policiais chegaram e lhe perguntou por que ele desmanchou a barraca de D. Joana, “uma senhora de idade”. Bola disse que não teve muita conversa. Os policiais pediram para ele esclarecer “a história da derrubada das barracas” no 20º DPG.

Ao chegar na delegacia Bola algemado foi conversar com o delegado. Este, amistoso, lhe perguntou porque diabos ele desmanchou a barraca de D. Joana. Bola tratou de fornecer ao delegado sua versão do que se passava. O trabalho que ele e seu parceiro realizavam, era “um trabalho social”. Além de contribuírem com a limpeza do acampamento, contribuíam com o serviço da própria PM, já que havia reclamações ligadas às barracas desocupadas pelo fato de servirem de esconderijo para ladrões e fugitivos da Agência Prisional de Goiás. Ele contou para o delegado como conseguia as informações sobre as barracas. Nessa hora, segundo Bola, até o “doutor” começou a rir. O delegado o liberou com a condição de que ele não mais derrubaria barracas no local. Foi D. Joana quem o denunciou a polícia assim que regressou do hospital e descobriu que ele havia derrubado sua barraca e guardado alguns pertences que havia nela, na casa do vizinho mais próximo. Bola me explicou que perguntou aos vizinhos de D. Joana se alguém sabia do paradeiro dela. Ninguém sabia o que tinha acontecido com ela, na versão de Bola.

Assim que regressou da delegacia, Bola foi até a barraca de Beto lhe informar que a “firma” recém-fundada, tivera seu fim. Bola, diante do material arrecado com a derrubada das barracas, resolveu abrir outro negócio. A nova firma iria se chamar “Bola construções e empreendimentos”. O surgimento dessa empresa foi possível pelo fato de que nas lojas de compra e venda de materiais de construção usados, o único objeto que tinha valor era a

---

<sup>42</sup> Loja de materiais de construção usados.

madeira roliça com mais de dois metros e oitenta. Outros objetos usados na construção de uma barraca não tinham valor fora do acampamento. Por isso, tratou de agregar valor de uso e de troca a toda mercadoria que adquiriu na derrubada de barracas como lonas, vasos, pias, canos, torneiras, pregos, telhas etc.

A nova firma, fora anunciada na rádio comunitária por Paulo. A partir daí, Bola não parou mais de reformar, ampliar e construir moradias e comércios no acampamento. Ele e Magrão construíram todo o centro “nervoso” do local: bares, armazéns, escritórios públicos como o escritório da AGEHAB, associação comercial, igrejas, entre outros prédios de suma importância para a economia local. Além disso, foi ele quem implementou as melhorias do acampamento como aumentar cômodos, varanda, área de serviço, banheiro, trocar a lona preta por madeira. Reformas e adequações que facilitavam a vida de quem morava em uma barraca. Beto não participou do negócio, foi trabalhar na “fábrica de casas”. Neste ramo, convidou outro colega – Magrão – para ser um sócio-gerente de sua mais nova atividade de trabalho: “reformas e construções locais”.

### **“Sociedades com o governo”**

Em novembro de 2006, o governo municipal iniciou as obras para asfaltar o bairro mais próximo do acampamento: Residencial Grajaú. Máquinas e o material usado na obra de pavimentação do bairro ficavam guardados a menos de 1km do acampamento.

Bola falou que no depósito do governo, encontrava-se de tudo para construção. Areia, brita, blocos de concreto (uma peça muito usada para fazer fogões à lenha como passei a observar depois desta conversa).

Os interessados em fazer uma reforma na barraca como colocar um piso de concreto; jogar uma camada de brita no quintal para amenizar a poeira nos meses da seca e a lama dos meses da chuva; construir um fogão a lenha de “blocos de concreto”, conversavam com ele. Na época, passavam a noite toda transportando material para o acampamento. Faziam de cinco a seis viagens por noite. Era uma época de ouro para eles. Possuíam dois carrinhos de papaleiros. Enquanto as obras para asfaltar o conjunto habitacional Grajaú prosseguiram, a firma de Bola esteve em alta.

Bola dizia que a sociedade fazia este tipo de correria aparecer ali na comunidade. Ela não dava oportunidades as pessoas do local, como afirmou Walter, no capítulo anterior.

Para Bola o jeito era criar estratégias para ganhar dinheiro, e ter que evitar entrar numa fila para conseguir “comida”. Isso tirava a dignidade de um homem, depender do governo para alimentar a família. Não lhe agradava depender do governo para tudo. Orgulhava-se de sua “sociedade com o governo”, mesmo que nessa época ela funcionasse “debaixo do pano”.

Na época que estive ali, sua sociedade era oficializada. O projeto que apresentou junto ao “movimento” e aos técnicos do governo não teve questionamento. A idéia era brilhante, como falei no início do capítulo. Ele organizou uma equipe, responsável em demolir as barracas e auxiliar os acampados a despacharem os pertences para o conjunto habitacional. Como pagamento, ficaria com todo material arrecadado na demolição dos prédios.

Esta “sociedade” lhe possibilitava dar continuidade no “trabalho social” realizado no acampamento por ele (desmanches, reformas, construções) e expandir suas atividades, pois passaria a comercializar parte do material arrecadado nas lojas de materiais de construções usados, demolições, ou seja, voltou para um rumo que lhe rendeu um bom dinheiro noutros tempos. Seus projetos sociais eram meios e modos de garantir “os gostos” de sua família e uma forma de construir sua carreira no universo dos recicláveis. A pretensão de Bola era montar uma demolição – para fornecer serviços de reformas e construções – em sua nova casa, no Real Conquista. Naquele momento este era seu projeto de vida.

### **Os empreendimentos**

Depois de ouvir os relatos da história da firma, e sobre as formas de sociedade com o governo, fomos à barraca de Domingos. No dia anterior este senhor havia encomendado a construção de um muro. Antes de sairmos carregamos a viatura (um carrinho de papeleiro) da firma<sup>43</sup>, com os materiais necessários para a construção do empreendimento. O dia seria agitado.

Chegamos ao local. Descarregamos a viatura. Em seguida Bola e Magrão projetaram a obra. A planta foi riscada no solo. As madeiras foram enterradas nos ângulos retos do espaço quadrangular que eles demarcaram na terra. Antes de começar a obra foi preciso espantar um cavalo que pastava no quintal de Domingos. Ao ver esta cena, o contratante nos deu um dos motivos para erguer um muro: “não agüento mais estes bichos”. A foto que abre este capítulo, era o início da construção do muro.

---

<sup>43</sup> Um lote cercado, que outrora abrigou uma família beneficiada, em frente à barraca de Bola.

Sete paus roliços foram enterrados para formar a base do muro. Cada buraco tinha de dois a três palmos de profundidade. Antes de revestirem a base era preciso reforçá-la. Para isso, entrelaçava-se sarrafos de madeira entre as vigas (verticais). O resultado que tínhamos após enterrar as madeiras no solo e pregar os sarrafos era, como se dizia localmente, “um caixote”. Outro trabalho se impunha feita esta tarefa. Era hora de revestir “o caixote” com o “anti-pescoço”.

Para uns a cerca no estilo “caixote” (vazada) era suficiente, para outros era necessário deixar o espaço interior da barraca longe dos olhares alheios. Por mais que Domingos tenha nos dito que decidiu cercar o lote pela entrada de animais estranhos – e não tenho dúvidas que este já era um motivo deveras relevante – quero listar outros que descobri enquanto almoçávamos após a primeira etapa da obra concluída.

Durante o almoço Bola sugeriu que Domingos deixasse a obra como estava: uma cerca vazada (sem o revestimento de lona). Já que ele a queria para proteger sua barraca da entrada dos cavalos que circulavam pelo acampamento. Os carroceiros (atividade muito difundida no local) deixavam os bichos pastarem soltos, à noite, pois assim economizavam metade do dinheiro gasto por mês para alimentarem os animais. Eis que Domingos nos deu outros motivos para a construção da cerca.

Os cavalos são muito desagradáveis, mas o pior é vizinho *pescoçando* dentro da sua casa. Isso sim é muito ruim! É só passar um vizinho ou conhecido, que se a gente tá comendo alguma coisa diferente ou tomando uma coca-cola, nego já vai entrando e se oferecendo para sentar-se à mesa. Do jeito que minha barraca tá, qualquer um vai entrando, não tem respeito. As pessoas começam a folgar dentro da sua casa. E o acampamento, mingando, nego vai querer invadir aqui. O melhor é garantir o meu<sup>44</sup>

As razões pelas quais Domingos resolveu cercar sua “propriedade” iam além da mera entrada de cavalos. Este homem queria proteger o que considerava seus bens materiais e simbólicos: a intimidade da família, o lote e um barraco relativamente grande. No caso dos bens materiais tratava-se de um sentimento de posse simbólica do local já que se trata de um acampamento provisório. Uma casa no Real Conquista, era algo incerto para ele.

---

<sup>44</sup> Este trecho do diálogo que Domingos e eu tivemos foi gravado porque naquele dia estávamos filmando a construção da cerca para a produção de um vídeo. Enquanto conversávamos a filmadora, dentro do barraco, estava direcionada para fora, captando imagens de Bola e Magrão trabalhando na construção da cerca.

Após o almoço, feito pelo próprio Domingos, pois a mulher e os dois filhos foram visitar um parente em um bairro de Goiânia (conhecido como Urias Magalhães) iniciamos uma conversa enquanto Bola e Magrão faziam a sesta – no caso, fumar um cigarro.

Perguntei a Domingos porque a casa no Real Conquista era algo incerto para ele? Ele, por ser morador do acampamento, não teria direito a uma casa no local, como as demais pessoas que estavam acampadas ali?

Domingos me respondeu que em teoria deveria ser assim, mas na prática a coisa era bem diferente. “Meu caso está parado, não aprovaram meus documentos”. Perguntei a ele por quê o caso dele estava parado? Fez tudo certo. Tirou as cópias dos documentos listados no protocolo, autenticou-os. Não faltou nada. Levou identidade, CPF, e o documento dos filhos. Respondeu às perguntas dos técnicos do governo, levou comprovante de residência “muito, muito antigo”, como fez questão de frisar. Para explicar-me sua teoria a respeito dos motivos pelos quais “seu caso/processo estava parado” precisou me contar sua história na Ocupação Sonho Real (2004-2005), onde era dono de um bar. Aproveitando a deixa, quero colocar que este senhor contou-me que ele sempre foi dono de bar em Goiânia, para onde vai “monta um bar”.

Certo dia, alguns clientes de longas datas o avisaram sobre o início de uma ocupação de terras no Parque Oeste Industrial. No dia que ficou sabendo desta ocupação fecharia o bar que “tocava”. Encontrava-se falido. O aluguel do imóvel estava atrasado havia meses. O dinheiro que ele ganhava, mal dava para alimentar a família e repor as bebidas do bar.

Alguns amigos que comemoravam a conquista de um lote na ocupação, o aconselhou a ir para lá também. Brincaram com ele: disseram-no que assim ficaria mais fácil tomar cervejas. No local ainda não havia um bar. Domingos mostrou interesse pela ocupação e começou a especular. Perguntou o que ele precisava fazer para conseguir um lote no lugar. Os rapazes disseram a ele que de graça não havia mais possibilidades de conseguir um lote, “mas por R\$200,00 ainda acharia lotes bons”. Para ele o local não era desconhecido. Uma de suas irmãs morou em um bairro próximo à ocupação. Ao saírem do bar, um dos rapazes deixou telefone e endereço, caso Domingos tivesse interesse em adquirir um lote no local.

No dia seguinte, ele tomou um ônibus e procurou o rapaz que deixara seu contato. De seu bar (sua casa ficava nos fundos do bar) até a ocupação não gastou trinta minutos. Ligou para o celular de Bola (era o rapaz do contato), de um orelhão, assim que desceu no ponto

de ônibus mais próximo à ocupação. Bola ficou à sua espera, com um amigo que desejava vender a metade de seu lote. O rapaz que desejava vender 50% de sua área argumentava que ele não precisava de tanta terra para viver só. Domingos, junto com os rapazes, foi até o local onde seria sua futura morada. Ali mesmo fecharam negócio. O lote que possuía mais ou menos 10m<sup>2</sup> saiu por R\$200,00 + 10% de comissão para Bola. Em menos de 15 dias seu mais novo bar estaria pronto. Pagou R\$1.200,00 (financiado) nos materiais e R\$150,00 (à vista) de “mão-de-obra” para construir dois banheiros, três cômodos de alvenaria e uma varanda de telha Eternit. Um dos cômodos e um banheiro ficou destinado ao bar. Outros dois, mais um banheiro, para abrigar a família.

As coisas caminhavam bem. Pagava as prestações dos materiais de construção em dia. Sua freguesia era boa e até regular. Antes da desocupação, ele pensava em aumentar seu barraco. Perdeu tudo durante esta ação: o dinheiro gasto com a compra do lote; as parcelas já pagas dos materiais que usou para erguer o barraco e; o capital empregado na mão-de-obra para construí-lo. Além de sair lesado com a perda de equipamentos que estavam no bar como mesas, cadeiras, balcão, freezer, bebidas e uma mesa de sinuca que até hoje não conseguiu pagar. Lamentava o nome estar “sujo” no SPC/Serasa, por duas dívidas: a mesa de sinuca era consignada e 29 parcelas que restavam (de um total de 36) para “liquidar os materiais de construção”. Na época do bar, na ocupação, Domingos se considerava “um cidadão”: “tinha crédito na praça, movimentava conta corrente e trabalhava com folha de cheque”<sup>45</sup>. O que lhe sobrou foi à barraca em que estávamos e o bar que funcionava ao lado noutra barraca.

Na medida em que Domingos narrava sua trajetória, se justapunham elementos que justificavam a inércia de seu processo requerendo uma casa popular junto ao governo. Ele tinha certeza que o nome “sujo”, o impedia de conquistar seu lar. Profundamente ressentido com o “movimento” ele clamava por justiça. Disse que ninguém “fez muita questão” do seu caso e que por isso ele era uma das pessoas que iria lutar para ficar no acampamento. Dali

---

<sup>45</sup> Peirano (1986: 56) coloca que os documentos emitidos por agências públicas, preenchem a função de distinguir um “cidadão de um marginal”. No caso de Domingos, que não se considera cidadão tão pouco marginal, parece que a carteira de trabalho e o título de eleitor, signos tradicionais da cidadania no meio rural e urbano brasileiro, respectivamente, não têm a menor importância para ele. O que lhe garante um *status* de cidadão é “ter crédito na praça, estar de posse de objetos emitidos por uma agência financeira”. Eis aí outro ponto para pensarmos a percepção do que é ser cidadão. A autora deixa bem claro em seu texto este ponto: “cidadão e cidadania são conceitos cujo significado é heterogêneo tanto do ponto de vista das ciências sociais como do ponto de vista das pessoas de carne e osso” (*idem*, p.60).

ele não saía porque sabe que não teria direito a uma casa tão cedo. E ele era merecedor de uma casa mais do que qualquer um ali no acampamento, pelo tempo que residia na cidade. Falava isto tirando da carteira o “protocolo” com sua inscrição feita no ginásio de esportes, naquele momento, parada<sup>46</sup>.

De repente, Bola nos chamou para conferir o toque final do trabalho: colocar o “anti-pescoço”. Primeiro, preparou-se os pregos. Tais pregos possuíam arruelas de plásticos que outrora serviram como recipiente para refrigerantes. O “anti-pescoço” era feito de *big-bag* (grandes sacos plásticos usados para transportar, por exemplo, grãos e rações para animais). Tais *big-bags* possuem capacidade para 100 kilos. Abertos todos os lados do saco ele media uns dois metros. Uma cerca como a que estava sendo construída gastava em média quatro *big-bags*. O trabalho de pregá-los foi rápido. Naquele dia não havia barracas para demolir.

#### **“Nosso nome é pronto”**

No dia seguinte, Magrão estava munido com as ferramentas de seu ofício. Martelos, serrotes, enxadas, pregos, cavadeiras e um facão compunham o “kit” (termo usado por ele).

Ao chegarmos à barraca de Bola, ele já estava de pé. Dizia a sua mulher que iria fazer a correria do pão de queijo. Sua filha caçula, Carla, clamava por este quitute. Mais uma vez nos dirigimos à padaria. No caminho encontramos Treme-treme que precisava de três paus roliços para reformar sua cerca, arrombada por um cavalo na noite anterior. Combinaram o preço da madeira. A venda ficou acertada em R\$5,00. Ele queria protelar o pagamento do material que acabara de adquirir. Bola retrucou e argumentou que precisava comprar “o leite das crianças”, precisava pelo menos “de uma entrada”. Treme-treme então sacou do bolso R\$2,00. Era o suficiente para Bola comprar o café da manhã da família. O restante do pagamento depois acertariam<sup>47</sup>. Voltamos à barraca de Bola para ele entregar a mercadoria

---

<sup>46</sup> Borges (2003: 89) em sua etnografia nos diz que o “Tempo de Brasília”, não se refere somente aos anos vividos na capital, mas a capacidade de comprovar os dissabores e agruras de toda ordem e, mais ainda, a habilidade em comprovar esses dissabores por meio de documentos cujo emblema e garantia é, por sua vez, “um papel com o número da inscrição que todos trazem consigo”.

<sup>47</sup> Atento as observações de Weber (2002: 163) em seu artigo sobre práticas econômicas e cálculos ordinários, nestes contextos estamos longe das garantias jurídicas oferecidas pelos contratos e pelo direito comercial, que se fazem acompanhar de provas escritas e de assinaturas, e nos aproximamos de um tipo de “universo em que a palavra dada e o pertencimento ao grupo são suficientes”. Esta garantia da palavra dada se cerca de um cerimonial específico; ela permite evitar o recurso à escrita. Sua autoridade está intimamente ligada à existência de um meio de interconhecimento de ambos os atores muito extenso.

a seu comprador. Feito isso, seguimos à padaria. Convidei Bola e Magrão para tomarmos café. Ambos, não titubearam.

Carla (filha caçula de Bola) esperava o pai na esquina. Quando o viu a menina pulou em seus braços. A sacola plástica recheada de quitutes, fez com que ela abrisse um sorriso enorme. Pegou-a e às pressas retornou para casa. Vi estampado no semblante de Bola sua satisfação em fazer “o gosto” da filha. Dali, fomos em direção a barraca de Baco-baco, para derrubá-la. Apostos, não tardou para que os sons dos martelos começassem a compor a melodia de uma música cantada por Bola cujo nome é Funk até o caroço (autor B-Negão).

Em menos de 40 minutos uma barraca estava no chão. A primeira coisa a fazer era deixá-la no “esqueleto” (apenas com a madeira). Para isso, era preciso tirar as paredes da barraca, geralmente, feitas com lona preta ou outra cor qualquer. Quando se tinha dinheiro usava-se madeira. Aliás, este era um ponto importante de distinção social entre as pessoas. Apenas os mais abastados tinham condição de revestir a barraca com madeira ou construir um muro como Domingos o fez. Bola, certa vez, falou que “madeira no acampamento era poder”! Ela era capaz de indicar o *status* social de uma pessoa. No local apenas os donos de edifícios, ladeados com madeira eram chamados de *Dom* (os padrinhos do local). Neste universo Patrão ou *Dom* era aquele que tinha contatos, podia solicitar produtos e serviços de diversas ordens. Suas barracas se destacavam em meio às demais. Por dentro, o piso era de concreto, paredes pintadas e, geralmente, a casa era equipada com objetos – nem sempre encontrado nas demais – ventilador, TV, DVD, geladeira, fogão a gás e tanquinho de lavar roupas.

Donos de barracas que se encaixavam no perfil descrito acima, em sua maioria, eram comerciantes locais, militantes, pastores, pessoas que tinham empregos fora da comunidade e papelheiros. Bola dizia que era comerciante, trabalhador autônomo.

Feito o trabalho de retirar as paredes. Passemos ao telhado. Este era outro ponto de distinção social, assim como acontecia com as paredes e o muro. Na cobertura tínhamos pelo menos três tipos de materiais: telha Eternit, telha reciclada e lona. O primeiro tipo era um objeto de luxo. Eram as peças mais caras da firma de Bola, vendidas a R\$10,00 cada unidade, quando havia, pois como se tratava de um material externo ao acampamento (isto é, que precisava ser comprado fora do local) nem sempre a oferta atendia a demanda. Os outros dois tipos foram fornecidos pelos governos para a construção do local (2005). Cada



morador ganhava um *kit* para armar sua barraca composto de 15 paus roliços, pregos, 16 metros de lona, e 04 metros de telhas recicláveis (cuja matéria prima era querosene, restos de piche e papelão). O corpo de bombeiros auxiliou na montagem do acampamento que chegou a abrigar mais de 1.300 famílias.

Bola, desmontando cuidadosamente (para aproveitar integralmente o material, no caso uma lona branca) as paredes da barraca lembrava desta história e nos dizia que este foi o pontapé para cada um criar sua própria “obra de arte”.

Enquanto Magrão ficou no local para terminar de separar o material, fomos até a oficina de Freitas resgatar a viatura da “firma” – um carrinho de papeleiro movido à força humana. O eixo central estava quebrado devido ao excesso de peso. Bola dizia que o dono da bicicletaria, assim como ele era trabalhador, não vivia de malandragem, ou bandidagem, ou ficava a vagar pelo acampamento como os P.I’s (“Pé Inchado”, sinônimo de cachaceiro) atrás de uma esmola.

Em nossas conversas Bola, primeiro sempre se identificava como um trabalhador, e se contrapunha aos P.I’s (Pé Inchados) que ficavam perambulando no local, pedindo esmolos, para tomar cachaça (uns goles), ou àqueles que viviam de “malandragem” e “bandidagem”. Seu trabalho era honesto, não prejudicava ninguém, e sim, ajudava a “comunidade” ter um pouco de conforto para agüentar a precariedade de quem residia em uma barraca de lona.

Bola ao longo de sua vida passou e o fez com freqüência, tanto de um emprego para outro, quanto de uma ocupação para outra. Foi, açougueiro, vendedor em lojas de calçado, de peças automotivas, corretor de imóveis em ocupações, vendedor de cervejas em festas e shows sertanejos, e por fim se dedicava a todo e qualquer tipo de atividade relacionada as melhorias locais (pequenas reformas nas barracas, instalação de redes de água, construções, demolições, e venda de materiais de primeira qualidade – madeira e telhas *plan*). De modo análogo, isso valia para seu companheiro Magrão, que trabalhou como entregador de pizza, pizzaiolo, vendedor de peças para caminhão, dono de ferro velho, e mais recente, era um “correria”, ou seja, fazia de tudo para manter o sustento de forma honesta, sem pilantragem.

Percebia sempre o “orgulho” de ambos, falando de suas atividades como um trabalho, digno e honesto, que garantia o sustento da família. “O fulano é trabalhador”, trata-se de uma afirmação feita com o respeito de quem falava e busca-se o respeito dos demais.

Para eles “homem, que era homem, tinha que ganhar dinheiro, não podia ter medo de trabalhar”, e nem se contentar só com o auxílio do governo. Era preciso, garantir um agrado para os meninos, “fazer o gosto das crianças e da patroa, com quitandas, carne, verduras, um refrigerante, e ele vez ou outra, queria “biritar” (tomar cerveja) e comer carne assada com os colegas. Pobre, para Bola, era aquele que vivia encostado, pedindo esmola, isto é, uma pessoa que esperava a comida das mãos do governo e da sociedade. Ao mesmo tempo, ele dizia que era duro ser “pobre”, ter que correr atrás de restos de barraca (madeiras, telhas e outros objetos) e vendê-los para garantir os gostos da família. Mas para ele, era melhor ter saúde e inteligência para trabalhar, e não precisar pedir esmola, ficar encostado, “chorando o que já foi”.

### **No bar da loira**

Depois de um dia árduo, fomos comemorar o fim de correrias bem sucedidas. Bola e Magrão passaram em suas respectivas barracas para trocarem de roupa. Afinal de contas nosso destino era um lugar festivo, público, onde riquezas eram destruídas (consumidas) e compartilhadas. Falei a Bola que faria o mesmo. Disse que eu não precisava: minha roupa era de marca, de *play boy*. Por mais que minhas vestimentas fossem gastas de tanto uso, o tênis era um *Rebook*, a camiseta da *Hering* sem estampas, e uma calça *jeans* que não me lembro a marca. Além disso, minha roupa não estava rasgada e suja. Ou seja, eu apesar de não os ajudar (ou raramente fazia isso) na lida diária, não precisava retirar os signos, os símbolos ou qualquer outra terminologia que “expresse a pobreza” para estas pessoas. Bola falava que não adiantava ter dinheiro no bolso, e ficar com os traços de um P.I. sujo, com a roupa rasgada. As pessoas poderiam pensar “que seu dinheiro era fruto de esmola”. Magrão disse então que gostava de mim, pois eu não tentava forçar a barra. Não os imitava em seu linguajar. Também não forçava uma ajuda, em tarefas que eu não tinha a menor habilidade, somente para ficar perto deles. Nesta hora, me senti honrado, pois sabia, que mesmo sem ser uma figura muito útil a eles na lida diária, eu era uma pessoa com quem gostavam de conversar. Depois de trocarem de roupa, seguimos para o bar.

No local muitos falavam de suas futuras moradias no Real Conquista. Para outros, ter uma casa no conjunto habitacional ainda era um sonho distante devido a alguma pendência

burocrática que fazia, lembrando Domingos, o processo parar. Alguns acusavam Américo. Outros o louvavam. Bola falava que ainda haveria muita “correria”. Conquistar uma casa seria uma jornada longa para muitos, inclusive, para ele. Falava ainda que ali não era “local nem hora para falar de política”, pois este assunto sempre acabava em briga. Estávamos no bar para nos divertirmos. Magrão aconselhava a turma: “não era hora de amarelar”. Suas correrias trouxeram um pouco de conforto a todos (como banheiro, água dentro de casa, e eventuais reformas para melhorar a estética dos barracos) para agüentarem os percalços locais.

Em breve, de um jeito ou de outro, todos seriam beneficiados, como lembrou Freitas, presente no bar. Por ora, comeríamos a carne, doada por Bola, para acompanhar a “berita”. Vinícius – que outro dia discutia com Bola a posse dos materiais de uma barraca – se prontificou em fazer uma fogueira para assar a carne (costela e lingüiça). Treme-treme, foi até sua barraca pegar uma grelha. Um sujeito cujo apelido, era “Já-morreu”, pagou uma garrafa de cachaça para todos os presentes. Contribuí com algumas cervejas, Bola e Magrão com outras tantas. Ao todo éramos sete pessoas no local.

Bola fazia apreciações sobre como dividia o dinheiro ganho, diariamente; o papel de sua mulher no sucesso da economia doméstica e; como se orgulhava de ser um trabalhador, que mesmo morando em um acampamento se divertia por não ter medo de encarar o que pintava para garantir seus gostos e os da família<sup>48</sup>. A carne, apreciada por todos, merece um pouco mais de destaque, como signo que afastava os estigmas da pobreza, que se ligavam à privação nutricional e, simultaneamente, a renda. Ela era um símbolo poderoso de prestígio e riqueza sendo acionada quando meus colegas queriam mostrar sua prosperidade (como seus negócios iam bem). Para Bola, “fazer uma graça” para os amigos e colegas que nem sempre tinham a oportunidade de comer carne, era uma forma de mostrar as compensações de “se trabalhar, correr atrás”. Cerveja e carne o fazia se sentir “vivendo uma vida normal”. Bola era generoso, como constatei e ouvi de muitos. Dizia que não se importava em gastar com os colegas, independente, se estes tinham ou não como retribuir materialmente, já que no plano das relações, ele gastava no bar e os “brothers” retribuíam o indicando para fulano ou sicrano, que tinha algum “serviço pra fazer”.

---

<sup>48</sup> Bola me disse que assim que chegava de uma “correria”, entregava parte do dinheiro que ganhava para sua mulher. Ela era responsável pela economia doméstica. Mas deixava sempre “algum” para se divertir.

Ficamos ali por um tempo, conversando sobre diversos assuntos. Tomamos cervejas, jogamos algumas partidas de sinuca e comemos carne. A carne fora comprada em minha homenagem. Preferi não recusar as cervejas, pois aquele era meu último dia no local.

### **De volta ao campo**

Meses depois, retornei ao acampamento para rever os colegas que me receberam em suas casas e vidas. Quando fui embora, no final de fevereiro de 2007, as estimativas sobre a população local giravam em torno de 900 famílias. No mês de maio retornei. 600 famílias aguardavam ansiosas suas futuras casas. Destas, 187 apresentavam cadastros irregulares<sup>49</sup>.

Ao chegar no local encontrei o “centro nervoso” fechado: o escritório da AGEHAB, a rádio comunitária, a sede dos movimentos e os bares. Na praça da rua, não “topei” com um conhecido ou desconhecido. Saí pelo acampamento à procura das pessoas que conhecia. Fui à casa de Pé-de-boi. Sua barraca já não mais existia. Em seguida, à de Paulo. No lugar da barraca apenas as cinzas de uma fogueira. Dali subi até a de Treme-treme. Lá encontrei Vinícius. Depois que Treme-treme se mudou para o Real Conquista, ele vendeu sua barraca ao colega por R\$9,00. Fui à barraca de Tereza. Não encontrei ninguém. A vizinha disse-me que ela e as meninas foram visitar o irmão no assentamento do MST, em que ele residia.

Um vento frio soprava no acampamento. Continuei a caminhada. Fui até a barraca de alguns dos rapazes de Pé-de-boi. Nada além de mato e entulho no local das barracas. Ao chegar próximo à barraca de Magrão, percebi que ela estava muito diferente. Uma cerca feita de lona azul e branca foi colocada. Uma varanda na porta foi erguida e um cachorro sinalizava para que eu não entrasse. Do portão chamei Magrão. Uma mulher abriu o portão perguntando o que eu desejava. Perguntei se Magrão ainda morava ali. A mulher repondeu-me que não. Falou que ele havia voltado para sua terra natal, há umas duas ou três semanas atrás<sup>50</sup>, e doou sua barraca a ela. A barraca que passei um tempo, foi desmontada no dia seguinte de minha partida do local, como eu havia combinado com Bola, Magrão, Paulo e Pé-de-boi.

---

<sup>49</sup> Dados retirados do site do governo estadual: [www.noticias.gov.go.br](http://www.noticias.gov.go.br)

<sup>50</sup> O diretório do PSOL de Goiânia organizou uma comitiva com dois ônibus que saíram da cidade para ir até a capital carioca participar do I Congresso Nacional do PSOL que aconteceu no *campus* da UFRJ, Praia Vermelha, de 07 a 10 de Junho de 2007. Como um dos ônibus foi destinado aos moradores do acampamento, Magrão aproveitou a carona e ficou na capital paulista par rever sua família. Pois, para chegar ao Rio de Janeiro, passariam por São Paulo. Magrão segundo informações desceu em um ponto da cidade de São Paulo.

Caminhava de volta para a praça da rua. Deixei para ir a barraca de Bola por último. Longe, ouvi a voz de meu camarada: “E aí meu *brother*”! Cumprimentamo-nos. Bola dizia estar cheio de novidades. Perguntou se eu estava a fim de ir ao banco, em que passávamos horas conversando.

Dizia-me que o acampamento “tava morrendo”. Ele me falou que houve um problema com seus documentos. Não era “coisa muito fácil de se resolver”. O carro que tinha quando se mudou para a Ocupação Sonho Real (um gol ano 88), estava em débito com o governo. Em suas contas “uns 05 anos de impostos atrasados”! Por isso, o nome de Bola apresentava problemas na Receita Federal. Enquanto a dívida não fosse regularizada, ele não assinaria o contrato garantindo o “cheque moradia” e sua casa no conjunto habitacional.

Para ele foi melhor assim, como afirmou para meu espanto. Caso não residisse mais no acampamento, talvez perderia o negócio que, nas últimas semanas, tornou-se uma fonte de renda importante para garantir os “gostos” de sua família. Como o acampamento já não oferecia uma boa demanda por serviços (reformas e construções), o material retirado das barracas que ele demolia e acumulava, sobretudo, telhas e lona, não tinha mais clientela no acampamento. A demolições, estavam abarrotadas de madeiras. Desmanchou a equipe e, naquele momento, atuava sozinho. Lamentava muito a partida de Magrão para sua terra natal. Bola dizia que isso era coisa de homem, sozinho, que não tinha família e corria atrás de coisas apenas para si próprio. Contou-me que ele, certo dia, ao saber do ônibus que iria para o Rio de Janeiro, resolveu largar tudo, pegar uma carona com os militantes até São Paulo e voltar para a casa da mãe, dona de uma pizzaria, na cidade de São Caetano do Sul. Alegava estar muito doente para continuar a viver no local. Pé-de-boi disse a Bola que ele desceu na Marginal Tietê em São Paulo e dali seguiria para São Caetano.

Uma melhora desse quadro, acontecera dias atrás, quando um senhor encomendou a Bola uma carga grande de telhas, madeiras e lonas. De pronta entrega disse a ele que não tinha o material. O homem deixou o número de seu telefone celular e falou que caso ele arrumasse o material, podia lhe procurar. O pagamento seria à vista. Bola falou que estava “na pindaíba”.

Dois dias depois, Bola ligou para o homem e lhe disse que o material “tava na mão”. Contratou três amigos para ajudarem no carregamento. Em menos de 40 minutos o quarteto saiu acampamento afora recolhendo o material. Depois de carregarem a “caminhonete”

(cedida pelo comprador do material) Bola perguntou ao comprador o que ele construiria com aquela quantidade de material: duzentas telhas, cem paus-rolíços e dez carrinhos de lona preta. E quem o havia indicado, pois ele não morava no local. O homem respondeu a Bola que um parente de sua mulher (conhecido como Lamparina) morava no acampamento e o indicou a ele. Ao saber de quem se tratava, meu anfitrião ficou tranquilo. O material adquirido seria usado para construir um acampamento “sem-terra” na BR-153, saída para a capital paulista. No local havia 10 famílias acampadas e outras 50 aguardavam a compra daquele material para erguerem as barracas. Foi um grande negócio, que ainda estava lhe rendendo “algum” pois o número de “sem-terras” crescia dia a dia no local. Ted era o nome do comprador.

Meu colega pensava seriamente em se mudar para os “sem-terra”, por uns tempos, e deixar a família nos “sem-teto”. Transferiria a papelada da casa para o nome da mulher, que era “limpo”. Ela agilizaria a casa e ele uma “grana” para montar seu negócio. Transferir-se para os sem-terra poderia ser mais lucrativo do que continuar nos sem-teto. O acampamento dos sem-terra estava em construção. Trabalho era o que não faltava. Ele não seria invasor, foi convidado por Ted para se integrar no movimento sem-terra (ligado ao MST) pelos serviços prestados aos sem-teto. Era um empreendedor local e seria de grande valia na construção do acampamento.

Para Bola isso era uma prova da expansão de sua obra. Ted se dizia impressionado – ao dar uma volta pelo Acampamento Grajaú – com sua arquitetura. Afinal de contas, ele e seu parceiro Magrão, haviam construído grande parte dos edifícios do local.



Foto XII



Foto XIII

De repente, ouvimos o barulho de uma moto. No final da rua a avistamos. Um senhor de cabelos e olhos claros, desceu do veículo e pronunciou o nome de Bola. O homem não me cumprimentou e Bola não fez questão de me apresentá-lo. Disse-me, simplesmente, que precisaria sair. Rapidamente colocou um capacete na cabeça e acenou com os braços. Com a moto ligada Bola me disse para eu voltar outro dia – quem sabe eu não o encontraria em sua nova casa no conjunto habitacional concretizando seu sonho (de moradia e de trabalho) ou morando no acampamento sem-terra que ajudaria construir. Nessas horas, me lembrava do texto de Wacquant (1997) sobre Rickey – um *hustler* – que residia (e trabalhava) em um “gueto” norte-americano. Nas histórias de ambos personagens,

Em circunstâncias semelhantes de insegurança social permanente, onde a vida se resume na arte de sobreviver e de fazer o melhor que se pode com o que se tem, o presente é tão incerto que ele devora o futuro e se proíbe de o conceber de outro modo que sob a forma de sonho Wacquant (1997: 189).

Comparar as “correrias” de Bola e o mundo do *hustling* em que vivia Rickey pode ser perigoso, mas tem a vantagem de trazer pistas interessantes sobre a hierarquia local. Pois, em ambos os casos é necessário prevenir-se de ver em Rickey, ou em Bola, um personagem exótico e marginal: eles se mostram uma encarnação condensada e personalizada de uma figura que ocupa posição central no espaço físico e social do gueto e do acampamento. Estão longe de serem estatisticamente raros, já que congregam de maneira exemplar um repertório de propriedades e de práticas colocadas em alta posição na escala dos valores de cada grupo em questão. Sabem se safar e sobreviver na base do *street smarts* ou da correria: o fundamento de um estilo de vida expressivo (de correr atrás, “saber o que se quer e aonde se quer chegar”) que torna suportável a atmosfera tensa e sufocante da rotina do dia-a-dia de quem coabita em uma barraca ou casas deterioradas, nas cercanias da metrópole.

Esta foi a última vez que nos vimos. Era sábado. Sozinho segui para o Real Conquista no intuito de visitar alguns colegas como Paulo, Pé-de-boi, Américo, Walter, Claudiene e tantos outros personagens que me acolheram em suas vidas durante o tempo que passei no acampamento. Foi neste fim de semana que aconteceu o episódio da invasão das casas no Real Conquista, por onde iniciei a escrita desta etnografia.

### **“Nosso, trabalho é um trabalho social!”**

O trabalho realizado por Bola ou Magrão, constitui um tipo de fenômeno que prova a impossibilidade da monetarização completa das relações de trabalho e engajamento. Bem como, pode evidenciar que uma parte das teorias econômicas e sociológicas que tendem a ver locais como acampamentos, ocupações, favelas etc., como áreas enquanto um bloco homogêneo onde todos estariam em iguais condições de penúria e precariedade material e social traz uma falsa imagem da complexidade que se verifica nestes locais.

É interessante chamar atenção para o fato de grandes cidades brasileiras apresentarem áreas precárias que – como apontou Nunes (2006: 06) em seu estudo sobre a Estrutural no DF – “resultam de estratégias de sobrevivência de camadas desfavorecidas da população, as quais tornam visível a natureza heterogênea de nossa sociedade”. O que se observa é que com frequência “os meios de comunicação colocam essas áreas no ostracismo aparecendo, em geral, nos relatos de crimes, transgressões à ordem etc.” (*Ibid idem*). Raras vezes são assuntos na imprensa de circulação nacional. Para que isso ocorra é necessário um fato insólito, digno de nota. Por outro lado, o grupo que se vê inserido nessa ordem discursiva é encarada como o outro e é, na maioria das vezes, percebido como um conjunto homogêneo de pobres<sup>51</sup>.

No meio acadêmico nos referimos a estas categorias (excluídos, imigrantes, pobres, etc) sempre nos conduzindo real ou mentalmente aos seus lugares de habitação. Em geral, entre nós, favelas, cortiços, ocupações, acampamentos são vistos como áreas deterioradas. Como nos lembra Tissot e Poupeau (2005) por detrás destas construções mentais há sempre palavras de ordem tão vagas quanto metafóricas – “erradicação de favelas”, “de pessoas desempregas ou subempregadas” e “incapazes de garantir a sobrevivência” – rotineiras nas políticas sociais no Brasil e outras partes do mundo, onde o Banco Mundial dita “o conceito da pobreza” (Ugá, 2004).

A construção da “pobreza” como conceito sociológico parte justamente desse tipo de raciocínio. O pobre é o sujeito incapaz, que não consegue – ou não garante – o seu emprego e nem mesmo a sua subsistência. Conseqüentemente, a pobreza acaba sendo vista como um fracasso individual daquele que não consegue ser competitivo. De acordo com as propostas do Banco Mundial, é desse pobre que o Estado deve cuidar (Ugá, 2004). Com os outros

---

<sup>51</sup> O trabalho de Reis (2000) nos mostra como a elite pensa a pobreza como uma massa homogênea.



indivíduos – os competitivos – ele não precisa se preocupar, pois são capazes de garantir seu próprio sustento. É aos pobres (uma categoria vaga e homogênea), então, que a política social deve se voltar.

O hábito de enxergar essas áreas enquanto um bloco homogêneo onde todos estariam em iguais condições de penúria e precariedade material e social é o que nos faz pensar nestes termos metafóricos e vagos para intervir nessas áreas – chamadas pelos técnicos do governo – de áreas de risco social. Penso que na maioria dos casos de áreas pobres de uma grande cidade, mostrará, se olhada bem de perto, uma complexa hierarquia entre indivíduos estabelecida segundo critérios específicos de relações – nem sempre de cunho criminoso<sup>52</sup>.

Procurei escapar, de um ponto de vista meramente descritivo, que enquadraria como “pobres” todos aqueles incluídos nas faixas de renda mais baixas. Ou ainda, não ser presa fácil do que Wacquant (1997: 183-814) chamou de a “dupla cilada da leitura miserabilista”:

É necessário contornar a dupla cilada da leitura miserabilista, que se comove e se compadece com o espetáculo da miséria, e seu contrário, a leitura populista que exalta as virtudes e a invencibilidade do dominado e apresenta, como estratégia heróica de resistência, o que em geral não é senão uma tática econômica de autopreservação face a uma ordem de dominação tão brutal que afinal não é mais percebida como tal nem posta em causa. Por isso, é necessário aceitar tomar sobre esse mundo o ponto de vista que o próprio “Rickey” adota, ou seja, a atitude segundo a qual as coisas são imediatamente evidentes.

Meus interlocutores não tinham a pobreza como opção de vida. Muito menos usavam de uma suposta superioridade espiritual (“aos pobres, é reservado o paraíso”) para justificar os infortúnios.

Além disso, existem formas de relações sociais e de trabalho (para além do dualismo pobres/ricos, formal/informal) que se passam a nível comunitário cujo sentido é atribuído mais pelos grupos do que pela sociedade. Em certos casos a condição de “precariedade” (do nosso ponto de vista) termina por reagrupar indivíduos dando-lhes condições de, inclusive, resistir à desaprovação social, resgatando uma identidade e sua inclusão em grupos, mesmo que internamente existam conflitos, facções e divergências ideológicas.

---

<sup>52</sup> Espero que as situações e ações descritas na segunda parte foram suficientes para deixar claro este ponto. As diversas situações narradas como a construção do muro, as diferenças de status dos moradores (devido à diferença do material usado na reforma das barracas: madeira é poder). A mobília da barraca dos patrões são situações que evidenciam a heterogeneidade deste universo social.

Foi justamente, uma situação peculiar que escapa as definições como trabalho formal e informal, que procurei evidenciar para mostrar a complexidade de uma “sociedade com o governo” que sintetiza uma forma de trabalho, um projeto social e um tipo de engajamento no “movimento”. E, sobretudo, uma teoria vivida, sobre complexas hierarquias no interior de grupos, vistos como uma massa homogênea “de pobres”, devido ao local de moradia.

Mais ainda, é em sua definição de “trabalhador” oposta a outras categorias como P.I, bandido, malandro que podemos perceber os contornos fortes de um local hierarquizado e heterogêneo.

Por fim, acrescento que a militância política e associativa destes atores, assim como colocou Champagne (1997: 105) sobre uma militante de um conjunto habitacional francês:

caminhava junto com o sucesso relativo de seus projetos de ascensão social, o ativismo político não sendo aqui senão um componente de um ativismo social mais geral que contribui para reforçar pelas relações e informações que ele possibilitava. Ele era também uma maneira de reafirmar princípios morais (honesto e sem medo de trabalhar), o que precisamente tornava possível uma lenta mas segura promoção social: “eu vejo quando trabalho, mesmo que a paga seja pequena, que o trabalho é tudo...

Longe da resignação e do fatalismo ou, ao contrário dos projetos totalmente irrealis que caracterizam freqüentemente as frações mais baixas da população, Bola e Magrão eram capazes de mostrar uma atitude de reivindicação razoável: “era preciso buscar pela luta, um jeito de melhorar de vida, sem se querer o impossível” (Champagne, 1997: 108).

\*\*\*

Minha intenção neste capítulo foi evidenciar as situações não previstas que decorrem da execução de uma política social. Focalizei como a pobreza, se olhada mais de perto, torna-se uma categoria vaga e imprecisa, utilizada nos manuais, pesquisas e relatórios dos governos para falar de lugares e pessoas que vivem em “áreas degradadas”. Longe de “os pobres” serem uma massa homogênea, decorrente de baixas rendas e local de moradia, o que percebi é uma forma complexa e complicada de falar de si e do outro. “Trabalhador” e “pobre”, sob o ponto de vista de meus colegas, guardam profundas diferenciações. “Ele é trabalhador” é uma afirmação que traz em si valores morais e elementos para afastar de

uma pessoa, o estigma da pobreza. “Pobre” designa aquela pessoa que obtém sua renda via esmolas pessoais ou governamentais. Tive a oportunidade de falar de outros elementos – como o vestuário, a carne, o tipo de material usado em uma barraca, seus eletrodomésticos – que contribuíam para a configuração de múltiplos estilos de vida, em meio a um cenário social (um acampamento) que, de longe, tende a ser visto como uma massa homogênea de pobres, ou excluídos socialmente. Bola e Magrão, são personagens exemplares de como o trabalho e a política da vida cotidiana tornam-se instrumentos poderosos, para estabelecer a fineza das hierarquias que se elaboram nas camadas mais baixas da sociedade.

## PÔR-DO-SOL



Foto XIV

### *Etnografia e teorias sobre a pobreza*

A primeira vez que fui ao acampamento, encontrei um quadro da vida social que não me era estranho e que foi eternizado em inúmeros documentários sobre o modo de vida dos “pobres”: ruas movimentadas, pessoas conversando na porta de suas casas, as crianças e suas brincadeiras ao ar livre, os jogos de azar (como sinuca e bicho) e tudo mais<sup>53</sup>. Porém, estas formas de socialização, não excluía os sinais de miséria, sublinhados pela própria composição material do lugar: ruas esburacadas, ora cheias de lama (no período chuvoso) ora cobertas de poeira (no período da seca), além dos dejetos fétidos de uma rede de esgoto, improvisada, que corria a céu aberto.

Não sabia ao certo o que encontraria no local, como também não tinha claro o que eu procurava. Em linhas gerais, delineei em meu projeto de pesquisa, “estudar o cotidiano político” de um local marcado pela execução de um programa habitacional voltado para a

<sup>53</sup> Ver [www.portacurtas.com.br](http://www.portacurtas.com.br) e [www.cinemamundi.com.br](http://www.cinemamundi.com.br) para uma filmografia sobre periferias urbanas.

população de baixa renda do estado de Goiás: “O Cheque Moradia”. Intrigava-me o fato de o Estado abrigar provisoriamente um grupo de aproximadamente 1.270 famílias – em um acampamento nas cercanias da capital – enquanto aguardavam a construção de um conjunto habitacional para assentá-los definitivamente. Para mim se tratava de algo novo, pois sabia da existência dessa modalidade de agrupamentos humanos ligada apenas ao MST. Para este movimento, acampar em barracas de lona preta, nas margens das rodovias é uma condição primordial para o acesso a terra.

Meus primeiros contatos com este universo social que tanto me fascinava, colaborou para que eu tomasse certos cuidados ao falar de um grupo rotulado de diversas formas tanto pelos políticos (“sem-teto”, “população carente”, ou simplesmente, “pobres”) como pelos técnicos do governo (“excluídos, grupos em situação de risco social”).

Considero que a primeira lição de que eu deveria tomar cuidado quanto ao uso destes termos, veio de uma senhora que conheci no ônibus, a caminho do acampamento. Assim que chegamos ao local, ela com um semblante triste e deveras sofrido me disse: “aí está, não é pobreza e pobre que você procura”. Logo em meus primeiros contatos pude perceber que as pessoas que me recebiam, desconfiadas, em seus locais de trabalho ou mesmo nas ruas, temiam que eu também estivesse à cata de estórias sensacionalistas para contar e me perguntavam, cheios de dignidade e certa indignação, se eu também ia explorar a miséria do povo.

Talvez, o olhar triste e ao mesmo tempo indignado daquela senhora devia-se em parte as constantes decepções daquelas pessoas com os meios de comunicação, que quando não os rotulavam como pobres e miseráveis, atribuíam ao grupo, a sina de serem reconhecidos, como bandidos, traficantes e criminosos. Ou seja, de um jeito ou de outro as “virtudes” – de um pessoal trabalhador (como presenciei e ouvi em várias situações) eram suplantadas por uma visão etnocêntrica que em certo sentido tende a homogeneizar estes locais como áreas pobres. Para compensar a paciência e os esforços incansáveis de meus colegas de responder minhas perguntas incessantes, às vezes sem sentido, procurei tomar o caminho inverso a fim de apresentar um universo heterogêneo, e cheio de nuances quanto à forma de pensar o trabalho, a pobreza, a militância, a política e o Estado. Rapidamente, retomo alguns pontos importantes sobre cada um destes temas explicitados no decorrer desta dissertação. Começo

pelo trabalho, ou mais precisamente, alguns efeitos de se evocar o termo “trabalhador” para afastar o estigma da “pobreza”.

Enquanto se opõe a bêbados, malandros ou bandidos, a categoria é usada para indicar o valor moral superior da pessoa assim referida. Ele é trabalhador, é uma afirmativa sempre feita com respeito de quem fala e que busca o respeito dos demais. Esta categoria indicou-me uma diferenciação hierárquica entre quem era “pobre” e “trabalhador”. Ora e outra tais perspectivas se cruzavam quando, mesmo correndo atrás, os ganhos materiais e simbólicos eram insuficientes para cobrir as despesas. As lamúrias de ser “pobre” e “trabalhador” eram logo esquecidas, ao se compararem àqueles que viviam de “ajudas” ou moravam nas ruas. Para fugir dos etnocentrismos me perguntava constantemente: quem eram, como viviam e se relacionavam, aquelas pessoas pensadas por meio de termos tão genéricos como “sem-tetos”, “pobres” ou “excluídos”?

Procurei levar a sério esta perspectiva ao apresentar, por exemplo, o caso de Bola e Magrão. As histórias e situações que descrevi, devem bastar para evidenciar a imprecisão de tratá-los como “pobres” e de (pré)conceitos como “trabalho informal” para caracterizar a “sociedade com o governo” que eles mantinham. Portes (1996) falou de certas visões que identificavam a informalidade com a “pobreza” ou que não distinguiam práticas criminosas (a venda de produtos ilegais) de outras situações não criminosas ou não previstas pela lei.

Desse modo, não é prudente falar das atividades de trabalho de Bola e Magrão como “trabalho informal”. Nesse caso, prefiro adotar o ponto de vista de meus colegas e tratá-lo como um “trabalho social” que lhes possibilitava uma remuneração e estava plenamente de acordo com o projeto de militância-e-trabalho adotados por eles caracterizado pela ajuda a “comunidade”, e pela conquista de suas realizações pessoais-e-familiares: “a casa própria” e os “gostos”. Suas “correrias” nos mostram como eles se tornaram empreendedores neste universo e quais as implicações desta posição social (que lhes conferiam certos benefícios materiais e simbólicos) em suas vidas e como eles definiam fronteiras que diferenciavam o “pobre” do “trabalhador”.

Sobre outros militantes (vistos aqui como empregados políticos) e seus engajamentos minha intenção foi apresentar a perspectiva que estas pessoas, atribuíam ao seu trabalho: suas expectativas, levando em conta a trajetória pessoal e profissional, o projeto de vida e como se situavam (politicamente) no movimento que trabalhavam.

O trabalho com a rotina burocrática no universo dos movimentos sociais é visto como um trabalho diferente. Diferente no que tange às situações que a maioria dos trabalhadores conheceu antes de ingressar neste mundo de reivindicação de direitos.

Nessa dimensão política do trabalho burocrático no universo dos movimentos sociais, a ação coletiva procura se expressar numa nova socialidade, isto é, uma nova maneira de viver junto e trabalhar. É por isso que para a grande maioria dos trabalhadores pesquisados o trabalho é engajamento social. A militância se desenvolve principalmente no âmbito do trabalho. Leva-se mais em conta o conjunto de elementos que contribuem para a realização pessoal: não só o trabalho e o engajamento político, também a vida familiar, o lazer e certa estabilidade financeira. Uma tentativa de combinar um estilo de militância política com a ascensão profissional.

E foi justamente, nessas ocasiões (onde se somavam interesses pessoais e coletivos, militância e ascensão profissional) que pude apreender como a segmentaridade local, tinha a ver com concepções e ações que ora aproximavam a “ajuda” da política, ora as colocavam distintamente separadas.

Ao descrever situações em que rompimentos, acusações, conflitos e uniões efêmeras eram o centro das atenções, pude perceber como estas tramas da vida social (Nunes, 2006) se fundamentavam nas concepções de política e ajuda defendidas por diferentes lideranças/movimentos que atuavam no acampamento. Para alguns fazer política era expandir a ajuda que se prestava a uma coletividade. Para outros, não era certo usar uma ajuda, um trabalho que, em tese, deveria ser voluntário e espontâneo, para se “fazer política”.

Para refletir o trânsito de militantes, políticos, técnicos do governo e beneficiários do Programa Cheque Moradia, o caminho que segui foi trazer a tona como o universo político, geralmente pensado como de difícil acesso e pouco conhecido – falo de sua tecnocracia – é feito de relacionamentos pessoais. Os casos em que, estes personagens transitavam juntos pelo acampamento ou pelo conjunto habitacional, tinham objetivos específicos: inaugurar obras ou mesmo visitá-las, lançar políticas sociais ou garantir a existência destas. Mais ainda, assim como a obra é a face pública da política, falar sobre elas ou sobre as políticas públicas tem o mesmo efeito. Procurei mostrar também a importância destes encontros para projetar o nome de uma liderança para além da comunidade em que atua. É por meio destes

relacionamentos entre lideranças comunitárias, políticos e técnicos, que podemos falar da construção de carreiras populares na política.

Ainda sobre o mundo da política, comentei sobre os empregos e empregados políticos (Borges, 2003, 2005). Esta forma de trabalho baseia-se nos relacionamentos entre políticos que pleiteiam cargos no executivo e seus apoiadores. Podemos perceber que nos casos em que analisei os funcionários criavam universos entre políticos e o povo, onde perspectivas se encontravam.

Dediquei-me a estas complexidades e escrevi pequenas crônicas das vivências de pessoas situadas em diferentes escalas no universo de políticas públicas, em especial, o Cheque Moradia, ligadas por um mesmo espaço físico e social, tido como um dos,

lugares ditos difíceis (como o conjunto habitacional) que são primeiramente, difíceis de escrever e de pensar e que é preciso substituir as imagens simplistas e unilaterais (aquelas que a imprensa sobretudo veicula), por uma representação complexa e múltipla, fundada na expressão das mesmas realidades em discursos diferentes, às vezes inconciliáveis; e à maneira de romancistas como Faulkner, Joyce ou Virgínia Woolf, abandonar o ponto de vista único, central, dominante, em suma, quase divino, no qual se situa geralmente o observador e também seu leitor (Bourdieu, 1997: 11-12)

Por isso, evitei um olhar despercebido, de fora e de longe, que classificaria ocupações e acampamentos como ações de indivíduos, que pela falta de uma moradia e engajados na luta por ela, estariam tão somente instrumentalizando uma estratégia de sobrevivência. Essa perspectiva atribuiria certo automatismo entre ausência de moradia e ocupação de terras como solução de um problema meramente individual. Pelo que sei esta explicação, como foi apontada anteriormente por Nunes (2006), é simplista e reducionista, e não dá conta de toda a complexidade do funcionamento de mobilizações coletivas em torno de causas e lutas por direitos e de como tais pessoas coabitam o espaço. Não se pode romper com falsas evidências dos lugares “a não ser de procedendo uma análise rigorosa das relações entre as estruturas do espaço social e do espaço físico”, como sugere Bourdieu (1997: 103).

Todavia não concordo que lugares considerados como periferias urbanas, se definam, “fundamentalmente, por uma ausência – essencialmente a do Estado, e de tudo o que disso decorre: a polícia, a escola, as instituições de saúde, as associações, etc.” (Bourdieu, 1997: 159). Penso que o “Estado” não se define apenas por meio destas instituições, mesmo que



em outros trabalhos me rendi a esta perspectiva<sup>54</sup>. Segundo, prefiro apostar que é lançando um olhar sobre os atores (concretos, dotados de agência e individualidades) e seus espaços, considerados como “desprovidos da assistência do Estado”, que podemos explicitar, como estas pessoas pensam e vivem o Estado, ou seja, os governos no gozo de suas atividades: as políticas sociais, as obras, as filas, os cadastros, os relacionamentos com os políticos e tudo mais que suscita a presença tácita desta instituição.

Este (des)encontro de minha posição teórica com a de Bourdieu, não foi empecilho para reconhecer que suas idéias são úteis para se pensar como o Programa Cheque Moradia, traduz:

o confronto e o ajustamento entre os altos funcionários do Estado, eles próprios divididos, os membros das coletividades locais e das repartições públicas, foi sendo elaborada a política da habitação, que principalmente através do sistema fiscal e das ajudas à construção operou uma verdadeira construção política do espaço (Bourdieu, 1997: 167).

Ao longo desta dissertação o desafio foi evidenciar a heterogeneidade de um mundo, visto pelo senso comum, como homogêneo (uma massa de pobres), mostrando-lhes as redes pelas quais se passam os empregos na política, os significados que as pessoas dão a estes trabalhos e o projeto de militância que adotam na luta cotidiana que travam para vencer as agruras e dissabores que a vida lhes impõe. Mais ainda, mostrei casos não previstos pela engenharia social do Estado (dos governos em ação), como as “sociedades com o governo”, as diferentes visões para se pensar a pobreza e o trabalho que culminam em modos e estilos de vida diversos. O acampamento constituía um universo dependente (das políticas sociais), “finamente diferenciado e hierarquizado”, que se organizava segundo princípios específicos produtores de lógicas que tornavam impossíveis, conduzir esta etnografia a partir de um único fio e problema conduzira a trama aqui apresentada. Por isso, me dediquei a múltiplos problemas e temas que, primeiramente, interessavam a meus colegas.

---

<sup>54</sup> Por exemplo, em meu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), reduzi os esforços de minha interlocutora – uma liderança comunitária que havia fundado um movimento popular de saúde no conjunto habitacional que residia – a uma suposta ausência do Estado, no que tange a manutenção e funcionamento do posto de saúde local. Longe do Estado se caracterizar pela ausência e esta ser o motivo da militância de Dona Guiomar, o que estava posto era como o “Estado” tratava-se de um elemento central, já que o movimento popular dependia de (i) uma licença junto a ANVISA para trabalhar com plantas medicinais. Essa relação era fonte de conflitos constantes e intermitentes entre militantes e técnicos do governo); (ii) de recursos públicos destinados aos projetos sociais para manter sua estrutura de funcionamento.

## **Inauguração do 2º Módulo do Real Conquista e Grajaú**

Nesta manhã de verão chuvoso, dia 10 de dezembro de 2007, foi inaugurado o 2º módulo do setor Real Conquista em Goiânia, bairro que em outro tempo e espaço bastante recentes, havia se chamado "Sonho Real". Estavam ali o governador Alcides Rodrigues, o prefeito Íris Resende, o Ministro das Cidades Márcio Fortes, o presidente da Agência Goiana de Habitação (AGEHAB) Álvaro Lourenço e o presidente da Associação de Beneficiários e do movimento social Américo Novais, além claro, de algumas famílias cadastradas no programa de habitação da Associação/AGEHAB e algumas pessoas e famílias moradoras do novo setor, avisadas um dia antes de "tão solene evento".

O bairro destinado ao assentamento das famílias despejadas do Parque Oeste Industrial (episódio bastante conhecido pela brutalidade policial e violação de direitos humanos, além de ser a maior demonstração de força do mercado imobiliário em Goiânia), vem sendo construído desde 2006. Uma fábrica foi instalada no local e combinando 'Cheque Moradia' (estadual), Caixa Econômica Federal, Ministério das Cidades, além da área cedida pelo poder municipal - todos eles muito bem representados pelos diversos banners, faixas e todo tipo de propaganda no local -, começa a ser construído.

Passados quase dois anos, aproximadamente 1100 casas estão de pé, estando 330 delas vazias. Um grupo de pessoas que se encontram ainda acampadas numa área provisória no bairro Grajaú, foram barradas, agredidas e ameaçadas por duas viaturas da polícia militar e outros seguranças dos 15 homens contratados pela própria Associação de Beneficiários, ao tentarem se aproximar para denunciar a condição que se encontra as 108 famílias abandonadas pelo poder público, ao relento deste mesmo verão chuvoso, além de todo tipo de insegurança que enfrentam ao permanecerem na área já esvaziada.

Além dos problemas trazidos pelas faixas detidas: "Socorro as famílias do Grajaú", "Há famílias morrendo nas barracas. Pedimos ao Ministro Márcio Fortes e ao governador que haja casa para todos", ambas as áreas sofrem ainda com a falta de postos de saúde, creches, escolas, asfalto e boeiros. Essa situação cria o medo e a submissão das famílias diante ao processo injusto de cadastramento que mantém as famílias na espera por receberem suas casas, submetidas a todo tipo de ameaça cada vez que tentam denunciar as irregularidades contidas na parceria entre a AGEHAB, Associação de Beneficiários e poderes públicos.

O motivo apresentado para justificar esta situação são a insuficiência de documentação, salário acima do teto para o 'Cheque Moradia' dentre tantos outros. A associação responsável por mediar as negociações chegou a sugerir para muitas destas famílias o divórcio (diminuindo assim o valor da comprovação de renda familiar), abandonarem seus empregos, dentre outros absurdos semelhantes.

A luta que esta sendo travada neste momento é por garantir a casa para as pessoas que vem passando pela tragédia que foi a desocupação em 2005 e que vem perdurando já há três anos. Sendo assim, o que precisa ser desvendado são quais os motivos que levam a Associação de Beneficiários do Real Conquista a abrir para novos cadastramentos, ao mesmo tempo em que mantém as 108 famílias em estado de calamidade pública na área no Grajaú.

Carta recebida de um morador do Acampamento Grajaú, em 08 de janeiro de 2008

## NOTÍCIAS DA AGEHAB

### **AGEHAB e Ministério Público assinam termo de fim do Acampamento Grajaú**

**10/01/2008**

O Governo do Estado, através da Agehab, juntamente com o Ministério Público Estadual através da promotora Marilda Helena, a Saneago, a Polícia Militar, a Caixa Econômica, Associação Real Conquista e os acampados do Grajaú, assinaram Termo de Ajustamento de Conduta, dando por finalizada a existência do acampamento do Grajaú.

**HISTÓRICO:** A Agehab cadastrou no final de 2004, 3.700 famílias invasoras de área no Parque Oeste Industrial. No início do ano seguinte mais de quatro mil famílias foram retiradas dessa área de propriedade particular. Após a desocupação, quem foi cadastrado pela Agehab, e que não tinha para onde ir, foi encaminhado para ginásios de esportes nos bairros Capuava e Novo Horizonte. Nesses locais a Secretaria das Cidades recadastrou e pré-selecionou 2.500 famílias, e enviou novamente para a Agehab. A Secretaria também foi encarregada de montar um acampamento (Grajaú) para instalar cerca de 1.130 famílias que não tinham para onde ir, o que aconteceu em maio de 2005. As demais famílias voltaram para seus locais de origem enquanto aguardava a construção de casas para morarem.

Enquanto Estado e Município preparavam uma área para a construção do Residencial Real Conquista, em paralelo a Agehab manteve por dois meses equipes atualizando os cadastros das famílias no acampamento Grajaú, e não permitir a chegada de famílias de outros locais. Terminada essa etapa, as equipes técnicas da Agehab também atualizaram durante um mês das demais famílias remanescentes do Parque Oeste Industrial, mas que estavam vivendo fora do acampamento do Grajaú.

Com a definição da área, finalmente a Agehab iniciou a construção das casas destinadas aos ex-ocupantes do Parque Oeste Industrial. Atualmente cerca de 1.100 famílias que estavam acampadas no Grajaú, já estão morando em casas próprias no Real Conquista. Após a transferência preferencial das famílias acampadas para suas novas casas, agora a Agehab já começou também a transferir as famílias cadastradas e aprovadas que foram viver fora do acampamento. À medida que as casas ficam prontas, imediatamente as famílias recebem autorização de mudança.

Fonte: [www.noticias.go.gov.br](http://www.noticias.go.gov.br)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. L. 1962. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press.
- AHLERT, Martina. 2008. *Mulheres de Monte Verde: etnografia, subalternidade e política na relação de um grupo popular de Porto Alegre e o Programa Fome Zero*. Dissertação de Mestrado. PPGAS/UFSC. Florianópolis.
- BAILEY, F. G. 1990. *Humbuggery and Manipulation; the art of leadership*. New York; Cornell University Press.
- BALAZS, Gabrielle. 1997. “Um mau investimento; A reabilitação; Desequilíbrio e dilema; Um equilíbrio tão frágil”. In: BOURDIEU, Pierre (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- BARREIRA, César. 2006. “Fraudes e corrupções eleitorais: entre dádivas e contravenções” In: \_\_\_\_\_ e PALMEIRA, Moacir. (orgs.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- BEZERRA, Marcos Otávio. 2006. “O caminho das pedras: representação política e acesso ao governo federal segundo o ponto de vista de políticos municipais”. PALMEIRA, M. e BARREIRA, C. (orgs.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- BOISSEVAIN, J. 1987. “Apresentando “amigos de amigos”: redes sociais, manipuladores e coalizações”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global.
- BOLTANSKI, Luc. 1990. *El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- BORGES, Antonádia. 2003. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- \_\_\_\_\_. 2005a. “Sobre pessoas e variáveis: etnografia de uma crença política”. Rio de Janeiro, *Mana*, 11(1): 67-93.
- \_\_\_\_\_. 2005b. “O emprego na política e suas implicações para uma antropologia da política” Brasília, *Anuário Antropológico*.
- \_\_\_\_\_. 2007. “Modelos etnográficos”. Texto no prelo recebido por e-mail.

- \_\_\_\_\_. 2008. “Os seus problemas nos interessam ou, o que aprendemos com uma etnografia popular”. Texto apresentado na MR: Transformações teóricas e políticas da pobreza. 27RBA, Porto Seguro, Bahia.
- BOURDIEU, Pierre. 1996. “Marginália: notas adicionais sobre o dom”. Rio de Janeiro, *Mana*, 2 (2): 7-20.
- \_\_\_\_\_. 1997. “O espaço dos pontos de vista”; A rua dos Junquinhos; A ordem das coisas; Efeitos de lugar; A demissão do Estado; Uma missão impossível; A má-fé da instituição; Desequilíbrio e dilema; O fim de um mundo; Um equilíbrio tão frágil; Suspensa por um fio; Uma vida perdida; Compreender”. In: \_\_\_\_\_ (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. 1989. “A representação política”. “Elementos para uma teoria do campo político”. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- BOURGOIS, Philippe. 1997. “Homeless in El bairro”. In: BOURDIEU, Pierre (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- CACCIAMALLI, C. 1983. *Setor informal e as formas de participação da produção*. São Paulo: IPE/USP.
- CASTEL, R. 1998. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- CASTRO, Eduardo Viveiros. 2002. “Entrevista”. In: *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify.
- CHAMPAGNE, Patrick. 1997. “Uma família integrada; A última diferença; A visão do Estado; A queda”. In: BOURDIEU, Pierre (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- CHAVES, Christine Alencar. 1999. *A pessoa política*. Brasília, Série Antropologia, 206.
- \_\_\_\_\_. 2000. *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- CHRISTIN, Rosine. 1997. “Cada qual em sua casa; Testemunha silenciosa; Trabalho à noite”. In: BOURDIEU, Pierre (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- CLASTRES, Pierre. 2001. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac&Naify.

- CORADINI, Odaci. 2006. "Relações profissionais e disputas eleitorais". In: PALMEIRA, M. e BARREIRA, C. (orgs). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará
- COMERFORD, J. C. 1999. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- \_\_\_\_\_. 2001. *Como uma família*. Rio de Janeiro Relume-Dumará.
- CORCUFF, Philippe. 1995. *Les nouvelles sociologies: constructions de la réalité sociale*. Paris: Nathan.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. 2004. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. III. São Paulo: Editora 34.
- DUARTE, Luiz Fernando. 1985. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. 2000. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- EVANS-PRITCHARD, E. 2001. *Os nuer*. São Paulo: Perspectiva.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global.
- GARCIA, Sandrine. 1997. "A obra roubada". In: BOURDIEU, Pierre (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- GOLDMAN, Márcio, CRUZ DA SILVA, Ana. 1999. Por que se perde uma eleição. In: GOLDMAN, Márcio. *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará/ NuaP/UFRJ. p.145 -166.
- \_\_\_\_\_. 2003. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, v.46, n. 2. São Paulo. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003477012003000200012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003477012003000200012&lng=pt&nrm=iso) Acessado em 10 de junho de 2008:10.1590/S0034-77012003000200012.
- \_\_\_\_\_. 2006a. "Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica". In: *Revista Etnográfica*, vol. X, (1), Portugal, p.161-173.
- \_\_\_\_\_. 2006b. "Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do Movimento Negro de Ilhéus". In: *Política no Brasil: visões de antropólogos*. PALMEIRA, M. e BARREIRA, C. (orgs). Rio de Janeiro: Remule-Dumará.

- GLUCKMAN, Max. 1987. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global.
- HARDING, P. e JENKINS, R. 1989. *The myth of the hidden economy: towards a new understanding of informal economic activity*. Milton Keynes: Open University Press.
- HEREDIA, Beatriz. 2002. “Entre duas eleições. Relação político-eleitor”. In: \_\_\_\_\_ *et al* (orgs.) *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- \_\_\_\_\_. *Et al* (orgs.) 2002. *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- \_\_\_\_\_. 2006. “Lutas entre iguais: as disputas no interior de uma facção política”. In: *Política no Brasil: visões de antropólogos*. PALMEIRA, M. e BARREIRA, C. (orgs). Rio de Janeiro: Remule-Dumará.
- HERZFELD, Michael. 1997. *Cultural Intimacy: social poetics in the nation-state*. New York: Routledge.
- HOFFMANN, H. 1980. *Desemprego e sub-emprego no Brasil*. São Paulo: Ática.
- JATOBÁ, J. A. 1990. “Pesquisa sobre mercado de trabalho na América Latina: o estado das artes”. *Literatura econômica*, 12: 3-106.
- KUSHINNER, Karina. 2000. *Eleições e representações no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Remule-Dumará.
- LATOUR, Bruno. 2005. *Reassembling the social: an introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- LEACH, Edmund. 1995. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: EDUSP.
- LEMENHE, Maria A. 2006. “Uma carreira política e vários modos de legitimação”. In: *Política no Brasil: visões de antropólogos*. PALMEIRA, M. e BARREIRA, C. (orgs). Rio de Janeiro: Remule-Dumará.
- LUXEMBURGO, Rosa. 1979. “Problemas da social democracia”. In: CARDOSO, F.H. *Política e Sociedade II*. São: Editora Nacional.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1984. *Os argonautas do pacífico ocidental – um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné e Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural.

- \_\_\_\_\_. Baloma: o espírito dos mortos das Ilhas Trobriand. In: *Magia, ciência e religião*. Lisboa: Perspectivas do homem/Edições 70.
- \_\_\_\_\_. 1934. *Coral gardens and their magic: a study of the methods of tilling the soil and agricultural rites in the Trobriand Islands*. London: George Allen and Unwin.
- MAYER, A. 1987. "A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas". In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global.
- MAUSS, Marcel. 2003 [1902]. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac&Naify.
- MOURA, Cristina Patriota de. 2003. *Ilhas Urbanas*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado. Museu Nacional.
- NORONHA, Eduardo. 2003. "Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.18, n.53, São Paulo, p.78-94.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. 2006. "Tramas da vida social: um mundo desviante no DF". Texto no prelo recebido por e-mail em 17 de maio de 2007 [fredholanda@terra.com.br](mailto:fredholanda@terra.com.br).
- OFFERLÉ, M. (dir.). 1999. *La profession politique*. XIXe-XXe Siècle. Paris: Berlim.
- PALMEIRA, Moacir. 2001. "Política e tempo: notas exploratórias". In: PEIRANO, Mariza (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- \_\_\_\_\_. 2006. "Eleição municipal, política e cidadania". In: \_\_\_\_\_ e BARREIRA, Cesar (orgs.). *Política no Brasil: visão de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- PEIRANO, Mariza. 1986. "Sem lenço e sem documento. In: *Sociedade e Estado*, 1(1): 49-63.
- \_\_\_\_\_. 1995. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- PEIRCE, Charles S. 2003. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva.
- PIALOUX, Michel. 1997. "O velho operário e a nova fábrica". In: BOURDIEU, Pierre (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- PINTO, Louis. 1997. "Carreiras destruídas". In: BOURDIEU, Pierre (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- PORTES, Alejandro. 1996. "The informal economy and its paradoxes". In: N. Smelser e R. Swedberg (eds.). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, p.403-425.



- REIS, Elisa. 2000. “Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.15, n.42, p.143-152.
- SIGAUD, Lygia. 2004. “As condições de possibilidade das ocupações de terra”. São Paulo, *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 17 (1): 255-280.
- \_\_\_\_\_. 1981. *Os clandestinos e os direitos: um estudo sobre os trabalhadores da cana em Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades.
- SILVA, Cristhian Teófilo. 2002. *Borges, Belino e Bento: a fala ritual entre os Tapuios do Carretão*. São Paulo: Annablume.
- SIMMEL, Georg. 1971. The stranger. In: *Individuality and Social Forms*. Chicago: The University of Chicago Press.
- SOUZA, Nelson Rosário. 1999. “A esquerda militante: entre o engajamento pastoral e os revides locais”. In: *Revista de Sociologia e Política da UFPR*. (2) 8: 131-146.
- \_\_\_\_\_. 1993. *A igreja católica progressista e a produção do militante*. São Paulo: FFLCH USP.
- STRATHERN, M. 1996. “Cutting the network”. In: MOORE, H. E SANDERS, T. (eds.) *Anthropology in theory – issues in epistemology*: Oxford: Blacwell, 2006, p.480-491.
- TISSOT, Sylvie e POUPEAU, Frank. 2005 “La spatialisation des problèmes sociaux”. In *Revue Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Seuil, Centre de Sociologie Européenne/ EHESS. Paris, Septembre, p.4-10.
- TOKMAM, V. E. 1990. “Sector informal en América Latina: de subterráneo a legal”. In: *Mas alla de la regulación: el sector informal en América Latina*. Santiago: OIT, p.3-23.
- TURNER, Victor. 2000. *Floresta de símbolos*. Rio de Janeiro: EdUFF.
- UGÁ, Vivian. “A categoria pobreza nas formulações de política social do Banco Mundial”. In: *Revista de Sociologia e política*, Curitiba, 23, p. 55-62, nov. 2004.
- WACQUANT, Loïc. 1997. Da América como utopia às avessas; A zona. In BOURDIEU, Pierre (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- WEBER, Florence. 2002. “Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo”. Rio de Janeiro, *Mana*, 8 (2): 151-182.
- WEBER, Max. 1982. *A política como vocação*. In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- WHYTE, William Foote. 2005. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SINGER, Paul. 2002. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo.

### **Materiais consultados**

CMI. Arquivo digital. Disponível: <http://www.midiaindependente.org/>. Acesso: 2006-2008.

“Sonho Real: uma história de luta por moradia”. Longa-metragem (cor, documentário, DVD, 60’). CMI, Produção Coletiva Goiânia: 2005.

AGEHAB. “Manual-Geral do Beneficiário”. Arquivo digital (pdf). Goiânia, 2001.

CÂMARA DE VEREADORES DE GOIÂNIA. Decreto. Lei municipal n.1432/06.

CONGRESSO NACIONAL. Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana (CPMI da Terra). *Requerimento n. 13/03-CN*. Brasília, 2005.

### **Sites**

[www.agehab.gov.br](http://www.agehab.gov.br)

[www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)

[www.noticias.go.gov.br](http://www.noticias.go.gov.br)

[www.in.gov.br](http://www.in.gov.br)

[www.psol.org.br](http://www.psol.org.br)

<http://sonhoreal.naxanta.org>

<http://cidadededeus.globo.com/>

<http://www.goiania.go.gov.br/>

<http://www.camaragyn.go.gov.br/>

<http://www.eliasvaz.com.br/>

### **Periódicos consultados (versões on-line e impressas):**

*Diário da Manhã*

*O Popular*

## SEQUÊNCIA DE FOTOS

Com exceção da foto da capa, as demais fotografias apresentadas foram tiradas pelo autor da presente dissertação.

**Desenho capa** – Pintado por um colega, a partir de uma foto que tirei em campo.

**Foto I** – Américo (líder da organização) anunciando os nomes dos beneficiados do mês com uma casa no Residencial Real Conquista. Neste dia aconteceria uma reunião do “movimento”.

**Foto II** – Américo sendo entrevistado pelo repórter da emissora T.V Record. A pauta da reunião marcada para aquele dia foi adiada para os jornalistas presentes. Os moradores do Acampamento reivindicavam do poder público uma posição já que o prazo dado pelo STJ para a construção de 1.200 casas tinha expirado.

**Foto III** – Uma votação para decidir uma sugestão elaborada pelo Governo Estadual para resolver a demora na entrega das casas, que segundo o governo estava atrasada devido às chuvas.

**Foto IV** – O encontro entre políticos, técnicos do governo, militantes e a liderança local, para vistoriar as obras de construção do conjunto habitacional. Na foto temos a presença do presidente da AGEHAB, o vereador Elias Vaz, Pé-de-boi, Célio, Dora e algumas jornalistas.

**Foto V** – A praça da rua principal.

**Foto VI** – A primeira imagem que tive do Residencial Real Conquista ao acompanhar a mudança (do acampamento para o conjunto habitacional) de Walter e Claudiene.

**Foto VII** – O trabalho na fábrica de casas.

**Foto VIII** – A fabricação de uma casa

**Foto IX** – Imagem de uma quadra semi-pronta.

**Foto X** – Uma quadra de casas sendo pintadas.

**Foto XI** – Bola e Magrão iniciando a construção da cerca na barraca de Domingos.

**Foto XII** – Uma das casas mais engenhosas e funcionais do Acampamento. A arquitetura da obra é uma criação de Bola. Reparem na caixa d’água e como a árvore funciona como um ar-condicionado natural para climatizar a barraca.

**Foto XIII** – Uma barraca “da elite”.

**Foto XIV** – Um entardecer de domingo no Grajaú.

## **ANEXOS**

Anexo I

“Santinho” de Américo Novais

Presidente: **HELOÍSA HELENA 50**  
 Acesso: [www.americonovais.com.br](http://www.americonovais.com.br)

DEPUTADO ESTADUAL DE LUTA  
**Américo Novais 50.010**

Elias Vaz 50 Governador    Robson 210 Senador    Martiniano 5050 Deputado Federal

Frente de Esquerda PSOL PCB PSTU

Em momentos Difícies, que surge Verdadeiros Amigos.

Para Fortalecer a luta Por Moradia em Golás e Contra a Desigualdade Social.

Peço seu Voto e Apoio

DEPUTADO ESTADUAL DE LUTA  
**Américo Novais 50.010**

**Vote Certo !**

1º Deputado Federal	5050	Martiniano	CONFIRMA
2º Deputado Estadual	50010	Américo Novais	CONFIRMA
3º Senador	210	Robson	CONFIRMA
4º Governador	50	Elias Vaz	CONFIRMA
5º Presidente	50	Heloisa Helena	CONFIRMA

## Anexo II

### Documentos necessários para o cadastramento na AGEHAB

**CÓPIA DOS SEGUINTE DOCUMENTOS**

**1- Documentos do Casal, se for o caso:**

- Identidade;
- CPF;
- Cópia da última conta de energia do imóvel onde mora;
- Casados: certidão de casamento;
- Divorciados: averbação do divórcio;
- Viúvos: certidão de óbito do cônjuge.

**2- Documentos dos Filhos:**

- Certidão de nascimento ou identidade dos filhos, que moram com o casal;
- Comprovante de vacina (de zero a 5 anos);
- Comprovante de matrícula escolar (de 7 a 14 anos).

**3- Comprovante de Renda (apenas um dos citados, abaixo):**

- Carteira Profissional atualizada ou contracheque ou
- Comprovante da Previdência (no caso de aposentado / pensionista) ou
- Declaração do contador (no caso de autônomo) ou
- Declaração de renda familiar informal (modelo da AGEHAB).

**4- Comprovante de Vínculo com o Município apenas um dos citados, abaixo:**

- Carteira de trabalho ou
- Documentação escolar própria ou dos filhos ou
- Título de Eleitor ou
- Carta, cartão, telegrama, Sedex, contas de água, luz, telefone e demais correspondências oficiais **em nome do interessado**

*O cumprimento desse requisito tem por finalidade comprovar o tempo de moradia do interessado, no município, e não o seu endereço.  
Quanto mais antigo o comprovante, melhor para o interessado.*

**5- Para Reforma ou Construção em lote do Beneficiário, é necessário apenas um dos documentos:**

- Certidão de Registro do Imóvel ou
- Escritura do imóvel, com carimbo de registro atualizado ou
- Busca no Cartório de Registro de Imóveis.
- Contrato de compra e venda do imóvel com loteador, mais certidão de registro de imóvel do lote;
- Termo de Assentamento fornecido pelo Estado ou município, mais certidão de registro de imóvel;
- Outro documento que comprove a propriedade do imóvel.



**CHEQUE MORADIA**  
www.chequemoradia.go.gov.br

**AGEHAB**  
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO  
www.agehab.go.gov.br

**GOIÁS**  
Um Estado melhor a cada dia